



GOVERNO DO
PARANÁ

PDU

Política de Desenvolvimento
Urbano e Regional
para o Estado do Paraná



SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU apresenta-se como uma resposta clara e inadiável à necessidade de um sistema de planejamento capaz de fazer face às demandas do nosso Estado.

O grupo de técnicos convidados pelo Governador do Paraná, Senhor Roberto Requião, complementado por profissionais integrantes da Administração Estadual e com a importante contribuição das Associações de Municípios, em intenso trabalho multidisciplinar, elaborou este consistente documento em tão curto período.

A proposta central do documento é a organização de um Sistema de Planejamento Urbano e Regional permanente, que permita à Secretaria do Desenvolvimento Urbano uma função indutora, dando a partida e prestando apoio continuado, em escala municipal e regional, a programas, projetos e ações que visem a melhorar as condições de vida da população nas cidades e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda.

A soma de esforços do Governo do Paraná, com a contribuição da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e outras estruturas afins, será determinante para a melhoria da

Renato Guimarães Adur

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano



Sumário

Nota: a estrutura da formulação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná também é apresentada na forma de diagrama, após o sumário.

PLANEJAMENTO INDICATIVO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL.....	04
BASES CONCEITUAIS.....	05
Introdução.....	06
Urbanização e Desenvolvimento.....	08
Objetivos.....	10
Cenários de Inserção do Estado do Paraná.....	12
• Cenário Nacional e Internacional.....	12
• Cenário Estadual e Regional.....	14
Níveis de Abrangência da Atuação.....	16
• Nível Municipal.....	16
• Nível Regional.....	17
• Nível Estadual.....	17
Linhas Estratégicas.....	19
Retrato da Urbanização no Paraná.....	20
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	26
POLÍTICA REGIONAL	
Política de Desenvolvimento Regional.....	27
PROGRAMAS REGIONAIS	
Programa de Estruturação das Grandes Aglomerações e suas Regiões de Influência.....	28
Programa de Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas.....	30
Programa de Atuação Dirigida a Regiões Especiais.....	32
PROJETOS REGIONAIS	
Proposta de Desenvolvimento Regional.....	35



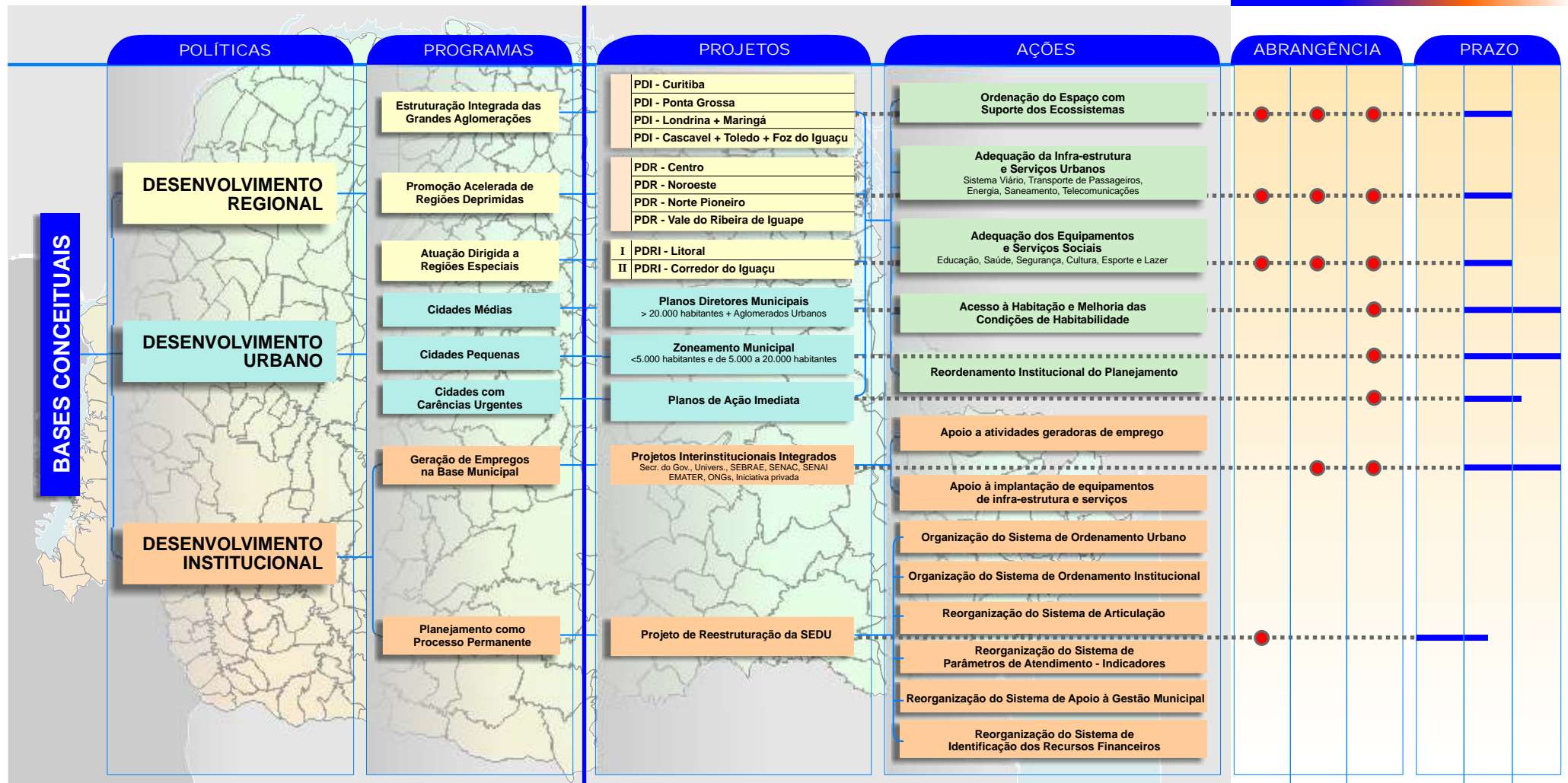
Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI da Região Funcional de Ponta Grossa.....	41	Acesso à Habitação e à Melhoria das Condições de Habitabilidade.....	90
Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI do Eixo Londrina-Maringá.....	44	Reordenamento Institucional Estadual do Planejamento Urbano e Regional.....	91
Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI da Região de Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu...	47	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	92
Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Centro.....	50	POLÍTICA INSTITUCIONAL	
Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Noroeste.....	53	Política de Desenvolvimento Institucional.....	93
Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Norte Pioneiro.....	56	PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	
Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Vale do Ribeira.....	59	Programas de Geração de Empregos na Base Municipal.....	94
Plano de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI do Litoral.....	62	Programa de Instituição do Planejamento como Processo Permanente.....	95
Plano de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI do Corredor do Rio Iguaçu.....	65	PROJETOS INSTITUCIONAIS	
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	68	Projetos Interinstitucionais Integrados.....	96
POLÍTICA URBANA		Projeto de Reestruturação da SEDU/PARANACIDADE.....	98
Política de Desenvolvimento Urbano.....	69	AÇÕES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	9
PROGRAMAS URBANOS		AÇÕES INSTITUCIONAIS	
Programas de Cidades Médias.....	70	Apoio a Atividades Geradoras de Emprego.....	100
Programas de Cidades Pequenas.....	71	Apoio à Implantação de Equipamentos de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos.....	102
Programas de Cidades com Carências Urgentes...	72	Organização do Sistema de Ordenamento Territorial.....	103
PROJETOS URBANOS		Informações do Sistema de Ordenamento Institucional.....	104
Proposta de Desenvolvimento Urbano.....	75	• Aparato Legal e Instrumentos de Planejamento Urbano e Regional.....	104
Planos Diretores Municipais.....	76	• Entidades Envolvidas com o Desenvolvimento Urbano no Estado.....	106
Zoneamento Municipal.....	78	• Conselhos de Desenvolvimento Urbano.....	107
Planos de Ação Imediata.....	79	Reorganização do Sistema de Articulação.....	108
AÇÕES PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL.....	82	• Articulação Intragovernamental.....	108
AÇÕES URBANAS E REGIONAIS		• Articulação dos Distintos Níveis Governamentais.....	109
Desenvolvimento Urbano e Regional.....	83	• Articulação com Segmentos Organizados	
Ordenação do Espaço com Suporte dos Ecossistemas.....	84		
Adequação da Infra-Estrutura e dos Serviços.....	87		
Adequação dos Equipamentos e			



• Articulação com Instituições de Ensino Superior.....	110
Reorganização do Sistema de Parâmetros de Atendimento - Indicadores.....	111
• Pressupostos.....	111
• Objetivos.....	112
• Avaliação do Sistema Existente.....	112
• Proposição.....	113
• Sistema de Monitoramento e Avaliação.....	114
• Organização Institucional.....	114
Reorganização do Sistema de Apoio à Gestão Municipal.....	115
• Objetivos e Estratégia.....	115
• Reestruturação dos Municípios para a Implementação do Novo Modelo de Gestão.....	116
• Atendimento à Legislação e às Políticas Governamentais.....	117
• Planejamento.....	117
• Temáticas Setoriais para o Programa.....	117
• Atendimento aos Serviços Sociais Básicos.....	118
• Atendimento ao Cidadão.....	118
• Abertura para a Gestão Democrática.....	119
• Monitorização e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Municipal.....	119
• Gestão do Conhecimento.....	119
Reorganização do Sistema de Identificação dos Recursos Financeiros.....	120
Referências Bibliográficas.....	122
Participantes.....	123



Planejamento Indicativo do Desenvolvimento Urbano e Regional



LINHA ESTRATÉGICA

LINHA TÁTICA

			Mar / 2003	Abr-Dez / 2003	2004 - 2006
ESTADO	REGIÃO	MUNICÍPIO	CURTO	MÉDIO	LONGO



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



GOVERNO DO
PARANÁ

Bases Conceituais

Bases Conceituais

*"Teatro de conflitos crescentes,
a cidade é o lugar geográfico e político
da possibilidade de soluções."*

Milton Santos • Geógrafo • 1993¹

Introdução

Do eixo central do desenvolvimento estadual que é a inclusão social, fundamento dado pelo planejamento do Governo do Estado do Paraná, decorre a proposta global de organização do território estadual, integrada a partir da articulação da rede de cidades paranaenses, tendo o quadro urbano em todas as suas escalas como teatro de atuação.

Assim, as palavras do eminente geógrafo, profundo conhecedor das cidades brasileiras, em estudo no qual descreve o processo em que o Brasil se transforma de um país agrário em um país com uma urbanização generalizada, onde a "residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana", norteiam a proposição de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná.

Enfatizam o fim da separação tradicional entre o rural e o urbano, na medida em que ocorre no país "uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas)".¹

Como reflexo da modernização nas estruturas urbanas, o Brasil estaria assim "deixando a fase da mera urbanização da sociedade para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território".¹



Apesar da relevância dessa dinâmica no território paranaense, ocorrendo por vezes até de forma desbalanceada, não houve, nos últimos anos, no âmbito do Governo Estadual processo de planejamento a se ocupar institucionalmente do desenvolvimento regional e urbano.

A reversão desse descompasso é agora objeto central de iniciativa da nova estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, que apresenta sua política de atuação.

A crise econômica por que passa o País, junto com a centralização dos tributos no nível federal, fez desaparecerem os recursos para investimentos em infra-estrutura urbana e em habitação, os quais, entretanto, espera-se que voltem a irrigar as necessitadas áreas urbanas das cidades brasileiras com a criação do Ministério das Cidades, órgão superior do Governo Federal para resolver os agudos problemas urbanos nacionais.

Equacionada essa questão no nível federal, o governo paranaense pode então formular a sua política urbana e regional, para atuar também como forma de redistribuição de renda, incluindo todas as classes sociais na construção de uma sociedade econômica e socialmente mais justa no Paraná.



Urbanização e Desenvolvimento

O fenômeno da urbanização é inexorável e irreversível, pois cada vez mais um número maior de pessoas mora nas cidades.

No fim do século XX, a parcela dos habitantes urbanos passa a superar a rural em termos planetários, isto é, a metade da população da Terra vive em cidades.

Também o número de cidades que ultrapassam a marca do milhão de habitantes multiplica-se nesse século, sendo que atualmente existem até mesmo metrópoles mundiais que excedem os 10 milhões, entre elas São Paulo, no Brasil.

Em apenas trinta anos o Brasil vê sua população passar de preponderantemente rural para dominante-mente urbana, sendo que oito em cada dez dos seus habitantes moram nas cidades neste início de século.

Nas capitais brasileiras com mais de um milhão de habitantes, entre elas Curitiba com cerca de 1,6 milhão, vivem 20% da população total nacional. Se consideradas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes, identificadas como regiões metropolitanas no censo de 2000, essa proporção quase dobra (37%).

O mesmo ocorre com o Paraná, no qual mais de 80% da população vive hoje nas cidades.

Em 1950 essa proporção era de 25%, ou seja, a quarta parte da população. Isto representa uma total inversão de papéis em meio século, em que a grande parte dos três quartos da população que eram habitantes rurais se transformou em urbana.

Por sua vez, a Região Metropolitana de Curitiba apresenta uma população de 2,7 milhões de habitantes em 2000, dos quais mais de 90% são urbanos. Ou seja, concentra quase um terço da população urbana paranaense. Ao mesmo tempo, somente o município da capital corresponde a 20% da população urbana do Estado do Paraná.

As doze cidades paranaenses com mais de 100 mil habitantes concentram de modo localizado metade da população urbana estadual.



Ao mesmo tempo, 200 municípios, correspondendo à metade do número total, são servidos por sedes com menos de 5 mil habitantes, incapazes de fazer frente às necessidades de apoio ao interior rural.

Em pleno século XXI não se pode admitir a coexistência de áreas tão pouco ocupadas, experimentando êxodo rural, com espaços tópicos com tão grande concentração de pessoas e de atividades, gerando flagrante desequilíbrio.

Por outro lado, a concentração nas grandes aglomerações urbanas tem correspondido também à concentração de extrema pobreza em muitas áreas.

O desenvolvimento no Estado do Paraná tem sido bastante desigual, não só do ponto de vista socio-econômico mas também da distribuição territorial, como indica o mapeamento dos municípios que apresentam elevada proporção da população sem renda que permita uma existência com um mínimo de dignidade.

A visão espacial de que os benefícios do desenvolvimento devem permear todo o território paranaense passa a ser, portanto, premissa básica nas formulações do planejamento estadual.



Objetivos

Os objetivos da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional, como rebatidos sobre a organização do território paranaense, são:

1. O desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos comunitários adequados às suas respectivas funções, para servir de apoio ao desenvolvimento descentralizado da indústria, do complexo agroindustrial, do comércio e dos serviços. A adequação dos investimentos em infra-estrutura e serviços é referida às suas respectivas funções nas cidades do Paraná, com tratamento diferenciado segundo uma hierarquia funcional decorrente do nível de desenvolvimento socioeconômico de cada pólo regional e sua área polarizada.

2. O desenvolvimento orientado das cidades voltado para a inclusão social pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, priorizando o atendimento às necessidades básicas da maioria da população.

O primeiro objetivo, interurbano, visando ao ordenamento mais adequado em termos de distribuição de pessoas, bens e atividades no território paranaense, decorre da necessidade de reverter a concentração espacial em determinadas áreas, hoje desprovidas de condições materiais capazes de dar sustentação a processos produtivos, e absorver a força de trabalho economicamente excedente nos seus lugares de origem.

O segundo objetivo, intra-urbano, decorre da necessidade que os programas não sejam um elenco de projetos elegíveis sem uma visão global de desenvolvimento urbano, que oriente a atuação do Governo Estadual, para gerar cidades harmoniosas e criativas.

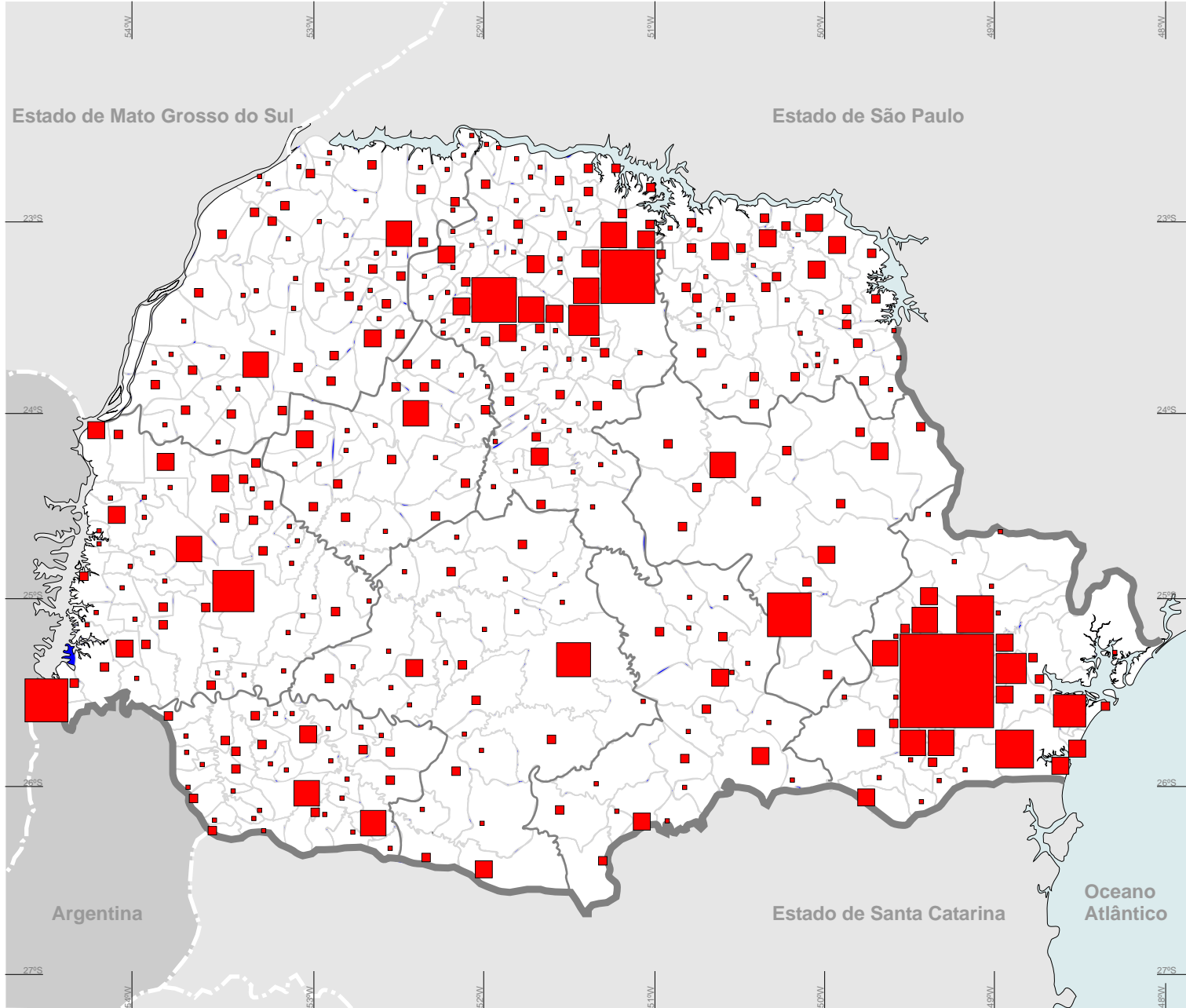
Por outro lado, como rebatimento sobre a estrutura administrativa do Estado do Paraná, a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional tem também o seguinte objetivo:

3. Estabelecer processo de planejamento permanente do desenvolvimento urbano e regional, atuando de forma indicativa.

Para alcançar este objetivo, deve ser instalada, no quadro estadual, capacitação técnica para levar à frente a implantação desse processo, mantendo como orientação o atingimento dos objetivos de cunho espacial ou territorial.



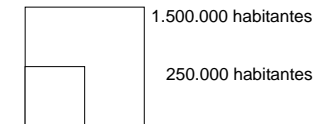
Rede de Cidades



POPULAÇÃO URBANA

FONTE: IBGE-2000

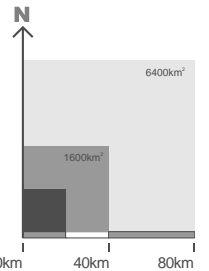
- Até 5.000 habitantes
- 5.000 - 20.000 habitantes
- 20.000 - 50.000 habitantes
- 50.000 - 100.000 habitantes



CONVENÇÕES

- Limite
- Paraná
- Regional
- Municipal

ESCALA GRÁFICA



Cenários de Inserção do Estado do Paraná

Cenário Nacional e Internacional

A partir de 1980 diversas transformações políticas e socioeconômicas mudam a organização geográfica brasileira dos pólos de produção e dos fluxos de produtos. A economia de escala da produção industrial, em muitos casos, perde influência para a questão do aprimoramento e sofisticação do setor terciário, face às novas grandes questões vinculadas à globalidade da economia internacional. Esta por sua vez está interligada a uma rede de fluxos financeiros de bens e de serviços, que cobre o mundo e interliga os centros das economias mais importantes do planeta.

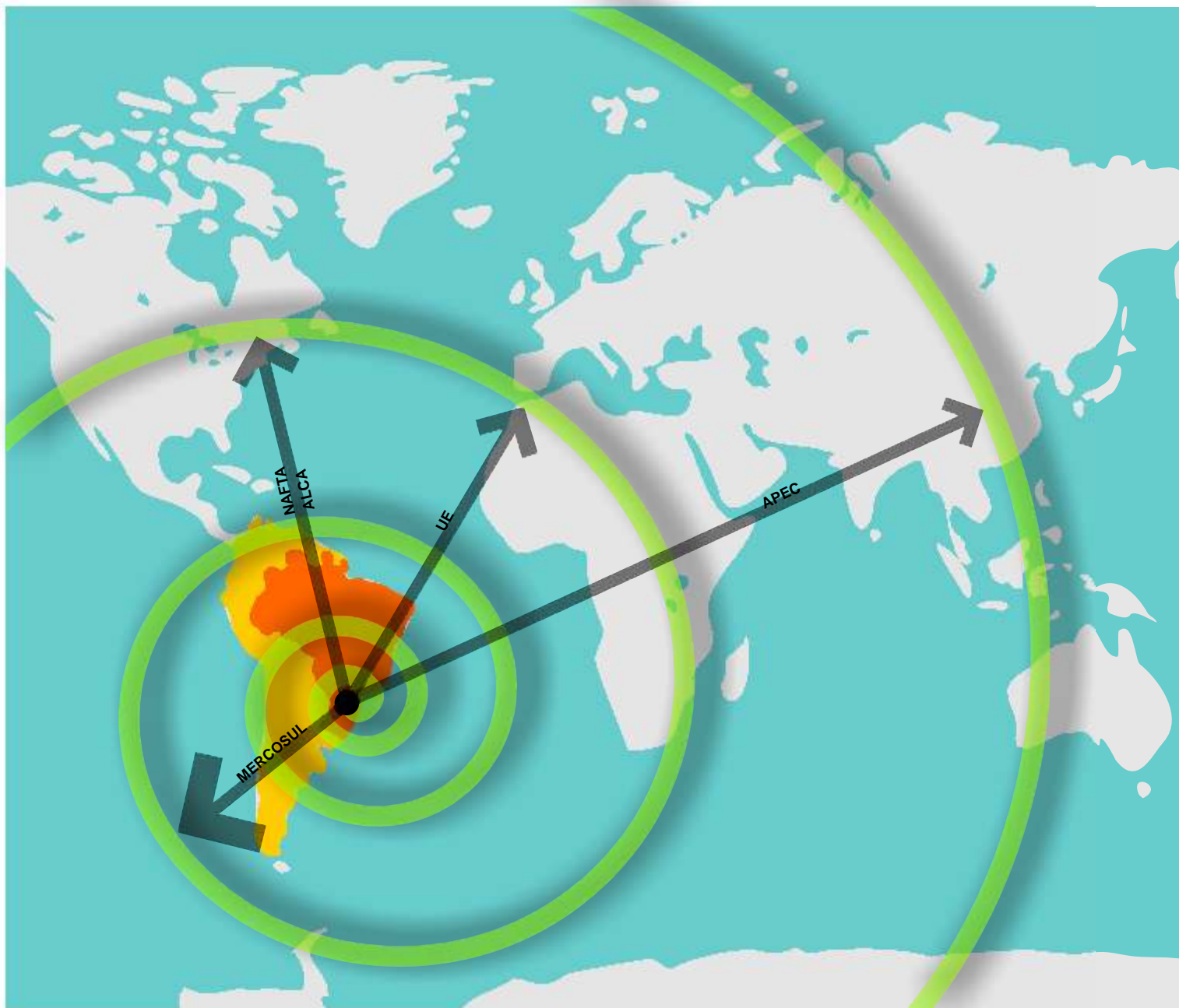
As cidades que conseguem se fixar em primeiro, segundo, terceiro e até quarto ou mais níveis desta rede de centros de articulação global passam por contínua e profunda modificação em sua estrutura econômica e social.

Com isso surgem alternativas aos tradicionais pólos de desenvolvimento econômico, localidades que ganham significativo desempenho no novo processo em função do desenvolvimento de potencialidades vinculadas à tecnologia, capacidade de pesquisa, infraestrutura social, educação, qualidade de vida, capacidade de atração, gerenciamento de negócios e outros atributos urbanos.

No caso brasileiro, as oportunidades de acessibilidade aos grandes corredores que interligam o mercado internacional têm destaque no trinômio integração / desenvolvimento / auto-sustentação, com o País polarizado por São Paulo, que, situada entre as três maiores metrópoles mundiais, vem liderando e articulando o processo de globalização no nível nacional e até internacional, este primeiramente considerando o alcance do Mercosul, para o qual o Paraná ocupa posição privilegiada, e depois a América do Norte e a Europa, até chegar ao sudeste asiático, como mostra o esquema a seguir.



O Estado no Contexto Nacional e Internacional



Cenário Estadual e Regional

O Paraná, ao norte, vê as transformações estruturais que fazem diminuir a concentração no eixo São Paulo - Rio de Janeiro, com novas metrópoles emergentes no interior de São Paulo. Ao sul, Santa Catarina assume e intensifica sua vocação turística e industrial.

O Paraná, pelo conjunto de suas potencialidades (localização geográfica, riquezas naturais, condições climáticas, infra-estrutura portuária e de transportes, entre outras), é uma das unidades determinantes de qualquer esforço nacional para colocar o Brasil entre as mais importantes nações ou blocos econômicos que poderão determinar o destino e o bem-estar do ser humano.

O Paraná, sempre detentor de elogiáveis índices de qualidade de vida, de significativa infra-estrutura viária, de disponibilidade de potencial energético e de uma rede de comunicações já implantada, apresenta-se em condições de dar resposta a novo modelo de desenvolvimento, agora visando à inclusão social, pela atuação do planejamento integrado.

Por outro lado, apesar da existência em território estadual de dois vértices do polígono de desenvolvimento nacional (um composto pela metrópole de Curitiba e o outro pela metrópole linear do norte do Estado), pontos de apoio fulcral ao processo de reestruturação espacial do desenvolvimento industrial brasileiro, apenas o vértice correspondente à Região Metropolitana de Curitiba tem se afirmado como um novo e importante foco de dinamismo na economia nacional.

Esse impulso desenvolvimentista concentrado, com efeitos positivos e até negativos, tem trazido riquezas, incrementando a tendência de reconcentração da indústria estadual em Curitiba e sua Região Metropolitana, mas também trouxe a reboque problemas de ordem ambiental, social e urbanística nessa região, como é o caso da proliferação de favelas e ocupações irregulares.

Estes assentamentos subnormais abrigam hoje cerca de 70.000 famílias, aumentando 10% ao ano.

Também são problemas metropolitanos de interesse comum o comprometimento dos mananciais de abastecimento de água, as dificuldades de solução do tráfego urbano e o incremento da violência.

Ao mesmo tempo, essa concentração contribui para aumentar as desigualdades regionais, deixando estagnadas as potencialidades dos demais pólos estaduais, que não têm sido exploradas em sua capacidade de efetivamente consolidar o desenvolvimento estadual no processo da reestruturação econômica nacional.

Não havendo oferta de empregos nas grandes cidades paranaenses, também não se faz uma correspondente oferta de habitações destinadas às pessoas nos níveis mais baixos de rendimento. Deste modo, a população de baixa renda não tem outra alternativa que a de formar assentamentos espontâneos, ocupando ou invadindo áreas livres onde possa encontrar. Ou seja, faveliza-se, comprometendo ainda mais a qualidade de vida dos principais aglomerados urbanos, sejam pólos ou subpólos regionais.

É este círculo vicioso que o processo de inclusão social visa a reverter.

Impõe-se, portanto, o estabelecimento de processo de planejamento estadual, considerando as componentes do desenvolvimento urbano e regional como forças para articular e integrar o desenvolvimento de todo o território paranaense.

Assim se pode diminuir os desequilíbrios regionais e fortalecer a rede de cidades, pois estas são as bases de geração de empregos - seja no apoio à produção agro-pastoril, seja nas atividades artesanais e manufatureiras, seja na construção civil, seja ainda no comércio e nos serviços - que possibilitam a resolução dos problemas sociais.

Porque é nas cidades que as respostas são mais rápidas, onde a identidade urbana faz solidários os habitantes na construção de um futuro comum, uma vez despertado o sentimento de cidadania paranista, a antever um futuro de desenvolvimento integrado no qual o progresso é para todos.



Fases do Desenvolvimento Regional da Economia e da Sociedade Paranaense

ECONOMIA BRASILEIRA	ECONOMIA PARANAENSE	CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO URBANA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
<p>Arquipélagos Regionais Fase dos complexos regionais exportadores que perduram até o início do século XX</p>	<p>Economia do Mate - Curitiba, Centro-Sul do Paraná e Paranaguá</p> <p>Dinamismo do Vale do Ribeira (Iguape-SP)</p>	<p>Emergência de nichos de Redes de Cidades do Paraná</p> <p>Rede de Cidades do Mate: Curitiba, Centro Sul do Paraná e Paranaguá (Rede de Cidades do Médio e Alto Iguapu)</p> <p>Emergência da Rede de Cidades do Norte Pioneiro fortemente vinculada à economia paulista</p>	<p>Consolidação do Estado (Ex-Quinta Comarca de São Paulo)</p> <p>Construção da infra-estrutura de transporte e energia</p> <p>Política migratória</p> <p>Dilemas entre as exportações de erva-mate: "cancheada" ou beneficiada</p>
<p>Articulação Comercial Fase que vai dos anos 30 aos anos 60</p> <p>Corresponde à primeira etapa da industrialização brasileira, com forte concentração das atividades produtivas em São Paulo</p>	<p>Economia periférica à de São Paulo - Expansão da economia cafeeira do Norte do PR ("extensão da economia paulista") - Expansão das indústrias do Mate, Madeira, Móveis e Minerais Não Metálicos na RMC; - Dinamismo do Vale do Ribeira (chumbo)</p> <p>Queda na % da indústria da RMC/Total do PR no período 1930-1960</p> <p>Queda na % da população da RMC no total do Estado</p>	<p>Segmentação da Rede de Cidades Paranaenses</p> <p>Rede de Cidades do Norte Pioneiro e Novo (Londrina, Maringá, etc.), fortemente vinculadas à economia paulista</p> <p>Rede de Cidades do Médio e Alto Iguapu e Paranaguá (Mate e Madeira)</p> <p>Expansão e densificação da Rede de Cidades do Sudoeste e Oeste do Paraná (intensificação do processo de ocupação dessas regiões)</p>	<p>Padrão centralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas: federalização das questões regionais e importância dos órgãos federais</p> <p>Instituto Nacional do Mate (1938) Instituto Nacional do Pinho Instituto Brasileiro do Café (IBC) Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná (ITCF) Governo Estadual + Cias. de Terra (ocupação e construção de cidades no interior do Estado - Norte e Oeste)</p>
<p>Articulação Produtiva Fase que percorre os anos 70 e alcança os meados dos anos 90</p> <p>Processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação ao Núcleo Dinâmico da economia brasileira (São Paulo)</p> <p>Expansão da fronteira agrícola e de grandes investimentos públicos e privados em diversas regiões do país</p>	<p>Industrialização complementar à do Núcleo Dinâmico (São Paulo) - expansão da metal-mecânica, da petroquímica e da agroindústria - criação da Cidade Industrial de Curitiba e da CIAR - modernização da indústria tradicional (madeira, etc.) - espraiamento do processo de "modernização da agricultura" em quase todas as regiões do Estado (fluxos migratórios rurais-urbanos)</p> <p>Retração do Vale do Ribeira (declínio da exploração de chumbo)</p> <p>Aumento da indústria e da população da RMC no total do Estado no período 1970-1990</p>	<p>Forte movimento de integração da Rede de Cidades do Estado do Paraná</p> <p>Densificação da Rede de Cidades em condições de dinamismo generalizado (exceto Vale do Ribeira e Região do Noroeste)</p>	<p>Padrão centralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas: importância do órgão sobre iniciativas estaduais e dos grandes projetos do Governo Federal (II PND)</p> <p>SUDESUL/CODESUL CODEPAR (1962) Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE (1962) BADEP (1968) BRDE (1961) Políticas de Incentivos Fiscais IPPUC (1965) Criação da CIC (1973/75) COMEC (1975) CIAR Políticas (não integradas) de desenvolvimento regional e urbano (décadas de 80/90) Pró-Regiões e Programa de Ação Municipal - PRAM PEDU; Paraná Rural (microbacias)</p>
<p>Desenvolvimento Regional Difuso Fase cujos contornos começam a ser delineados a partir de meados dos anos 90 (abertura externa, Plano Real, etc.)</p> <p>Concentração poligonal (BH, RIP, POA, CWB, VP, BH) versus ilhas regionais ou locais de produtividade</p>	<p>Integração à Rede de Núcleos Dinâmicos da economia brasileira - forte diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interindustriais; - elevado potencial de desenvolvimento endógeno.</p> <p>Expansão da indústria automobilística e dos serviços no cinturão Sul-Leste da RMC</p> <p>Expansão, diversificação e concentração dos serviços, principalmente em regiões metropolitanas e cidades-polo</p> <p>Seletividade do processo de "modernização da agricultura"</p> <p>Expansão e diversificação da área de C&T&I (RMC, Londrina, Maringá, Palo Branco, Ponta Grossa, etc.)</p> <p>Modernização e estrangulamentos da infra-estrutura logística, principalmente nas regiões metropolitanas (eixo RMC-Paranaguá)</p> <p>Tendências de aumento da Indústria e da População da RMC no total do Estado</p>	<p>Polarização e metropolização da Rede de Cidades do Estado do Paraná, em condições de dinamismo localizado: metropolização (Curitiba, Londrina, Maringá) e maior importância relativa dos polos e subpolos regionais</p>	<p>Padrão descentralizado de formulação e operacionalização de políticas públicas, principalmente a partir de meados da década (gestão do desenvolvimento):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mudanças no padrão de relações Estado-Sociedade - Disseminação de práticas de Policy Networks (papel estratégico do setor público) - Estatuto da Cidade: visão integrada das políticas de desenvolvimento territorial - Desenvolvimento de Clusters e Arranjos Produtivos Locais (polos e subpolos regionais) - Iniciativas de Desenvolvimento Local (endógeno) - pequenos municípios - Políticas de caráter metropolitano (RMs) - Necessidade de articulação de um Núcleo Gestor de Estudos Estratégicos Relativos à Gestão do Desenvolvimento Regional e Municipal (visão integrada ou sistêmica da problemática do desenvolvimento) - IPARDES - Agências de Desenvolvimento Regional - Consolidação do Sistema Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação - Apoio à Empresa de Base Tecnológica - Políticas de atração de investimentos-chave - Articulação de fontes de financiamento de políticas e programas urbanos, principalmente metropolitanos (Governos F, E&M e Reforma Tributária)



Níveis de Abrangência da Atuação

As ações que visam à transformação do cenário paranaense são desencadeadas paralelamente a partir de três escalas: a municipal (unidade territorial básica), a regional e a estadual, o que garante a integridade e a unidade da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, por meio de gerenciamento e monitoramento adequado, pelo acompanhamento da evolução dos problemas e dos impactos das intervenções em cada município.

Programas e projetos são desdobrados, com abrangência espacial por todo o Estado do Paraná, para facilitar sua visualização e o monitoramento dos seus impactos.

As ações estrategicamente utilizadas são:

- Municipais: ações de impacto direto no município;
- Regionais: ações de impacto em diversos municípios agregados segundo sua área de influência;
- Estaduais: ações globais que atingem todos os municípios do Estado.

Nível Municipal

A orientação que permeia as ações do Governo do Estado no âmbito municipal está dirigida para a melhoria das condições de cada um dos municípios paranaenses.

O desenvolvimento municipal é obtido pela instituição de medidas capazes de alavancar a consolidação da autonomia municipal, sob o ângulo do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Por conseguinte, tem sustentação integrada regionalmente, enquanto vai proporcionar a realização das vocações locais. O objetivo é o aproveitamento das potencialidades existentes, fazendo-as desabrochar e se multiplicar em benefícios reais para cada um dos cidadãos em todos os municípios.

Para atingir esse objetivo, são realizados investimentos diretos e indiretos, com o desencadeamento de maciças ações.

Essas ações são centradas de maneira especial na criação de bases para proporcionar a incorporação adequada das pessoas aos processos de produção e consumo, bem como no acesso fácil aos serviços de atendimento social, vinculados à manutenção ou recuperação da saúde, da educação, da casa própria ou de melhores condições de habitabilidade, da capacitação profissional e da cultura, num ambiente que proporcione maior segurança à integridade física do ser humano.



Nível Regional

Os municípios não são ilhas auto-suficientes. Interação entre si e se complementam. Seus destinos são fortemente entrelaçados na proporção da sua inserção numa mesma área direta de influência imediata, denominada região.

Para se criar as bases do progresso municipal permanente, a política de desenvolvimento urbano e regional também se orienta para o desencadeamento de uma série de ações estratégicas regionais, que por sua natureza sejam supra-urbanas e intermunicipais, através do apoio de investimentos capazes de sustentar um processo decisivo de organização dos espaços regionais e das aglomerações urbanas que constituem pólos e subpólos.

Assim, investindo-se maciçamente na infra-estrutura regional, são criadas possibilidades satisfatórias de ampliação das interações entre municípios, facilitando o aproveitamento máximo das capacidades de desenvolvimento de cada um deles, sobretudo os que mostram potencial polarizador, criando efeitos multiplicadores dos benefícios que incluam todos os cidadãos da região na nova dinâmica.

Dá-se condições para criar verdadeiramente uma rede de cidades, na qual a articulação hierarquizada dos centros urbanos gera uma estrutura funcional integrada, que serve de suporte à organização de todo o território estadual, porém sucessivamente formatada em micro, meso e macrorregiões, de acordo com o alcance da polarização exercida pelos pólos e sub-pólos.

Nível Estadual

Pensadas de forma globalizante, as ações de abrangência estadual viabilizam a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná. De um lado, isto acontece pela implantação de processo de planejamento permanente, através da reorganização da estrutura da administração estadual.

De outro lado, pela adequação e implementação de equipamentos e serviços de atendimento especializado à população, considerando o quadro estadual como um todo.

As ações do governo estadual dão firme suporte estrutural à implantação dos programas e projetos regionais e municipais, garantindo-lhes unidade e coesão, imprescindíveis à otimização dos recursos e esforços de governo e sociedade no processo de desenvolvimento global do Estado do Paraná.

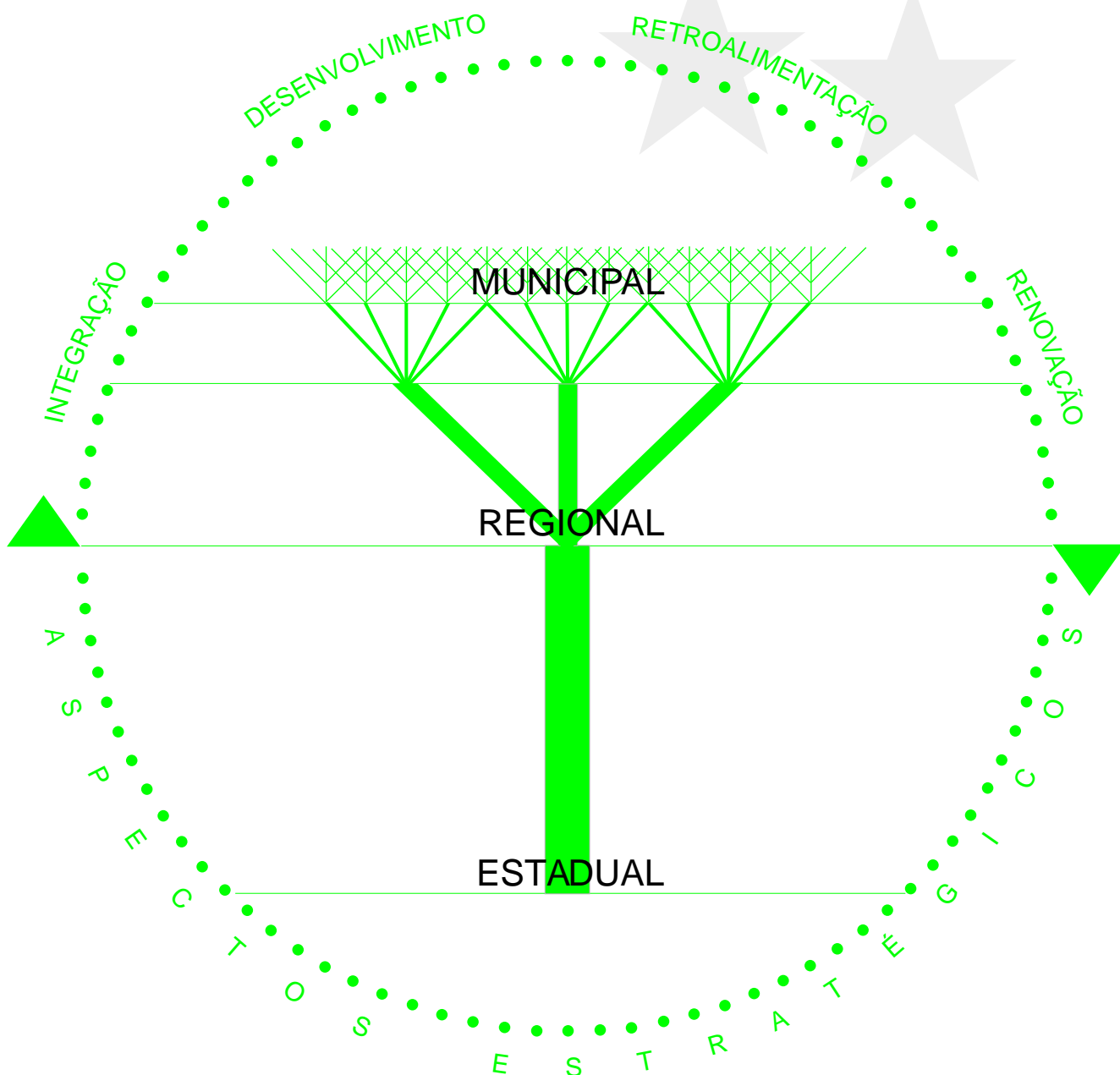
Para isso se busca um padrão indicativo de formulação e operacionalização de políticas públicas, como gestão do desenvolvimento, correspondendo a mudanças no padrão de relações Estado-Sociedade, mormente a que se abriga nas pequenas cidades e nos municípios de menor expressão econômica, que passam a ser conclamados a participar da mobilização para o desenvolvimento sustentado, assim como dos seus resultados.

Pretende-se a disseminação das práticas decorrentes da visão integrada das políticas de desenvolvimento territorial, principalmente na aplicação do Estatuto da Cidade quando referidas aos centros urbanos, mostrando o papel estratégico do setor público na organização do espaço e na articulação de fontes de financiamento de programas urbanos federais, estaduais e municipais.

Na atração de investimentos-chave são apoiadas as iniciativas de desenvolvimento local endógeno nos pequenos municípios, os arranjos produtivos (clusters) nos pólos e subpólos regionais, assim como as medidas integradoras de caráter metropolitano na capital e na metrópole linear do norte do Paraná.



PARTICIPAÇÃO • NÍVEIS DE ATUAÇÃO



Linhas Estratégicas

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná estrutura-se em três linhas estratégicas: o desenvolvimento regional, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento institucional.

Na concepção estratégica, quando se referem a atividades que são voltadas à organização do espaço do Estado do Paraná a partir das suas cidades e regiões, as duas primeiras linhas têm rebatimento sobre o território paranaense, enquanto a terceira se rebate sobre o aparelho governamental ao referir-se a ações que visam à criação de oportunidades de emprego assim como à concretização de um processo permanente de planejamento indicativo do desenvolvimento urbano e regional.

Atendendo a seu objetivo interurbano, a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional procura responder às exigências expressas no atual retrato das cidades do Paraná, revelado sobre um espaço fortemente impactado pelo processo de urbanização, o qual ainda está por concluir, atuando através da rede regionalizada de cidades.

Almeja, além de maior integração da rede urbana, a constituição de cidades justas, harmoniosas, criativas, sustentáveis e democráticas, como fixado pelo seu objetivo intraurbano, as quais são as bases para materializar o eixo orientador do programa do governo estadual: a inclusão social.

Atuando com visão estratégica, a percorrer o caminho traçado pela Política de Desenvolvimento Urbano e Regional e os seus desdobramentos apontados, o Governo do Estado do Paraná tem agora alinhavados os instrumentos para agir efetivamente sobre o quadro regional e urbano paranaense.

Na sucessão, ainda do ponto de vista estratégico, a cada uma das linhas adotadas corresponde um elenco de programas, os quais por sua vez se reportam a projetos e ações, agora já dentro do campo tático, como adiantado no diagrama mostrado previamente à base conceitual.



Retrato da Urbanização no Paraná

O processo de urbanização no Paraná é marcadamente célere no que se refere a mudanças do ponto de vista demográfico, social e ambiental.²

De um Estado fortemente absorvedor de população, até os anos 70, torna-se expulsor a novas fronteiras agrícolas que se abrem no país. Os anos subseqüentes constituem o marco da reestruturação econômica no Paraná, com mudanças que geram o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento do processo migratório para diversos centros urbanos.

Tais mudanças, com modificações profundas nas relações de trabalho e na estrutura agrária, resultam em intensos fluxos migratórios em direção às fronteiras regionais, internas e externas ao Estado.

A estruturação do sistema urbano paranaense passa a configurar uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração, resultantes de período de urbanização intensa e de dinâmica migratória ainda não concluída.

Integrantes em um mesmo processo transformador, o Brasil e o Paraná deixam de apresentar proporções de população urbana em torno de um quarto da total, nos anos 40, para apresentar 81% no ano 2000.

Enquanto no Brasil essa inversão de proporcionalidade se dá de forma contínua, no

Paraná percebe-se forte mudança entre os anos 70 e 90, quando o grau de urbanização mais que dobra, saltando de 36,14% para 78,36%, depois se estabilizando até o fim do século, como se vê no gráfico apresentado adiante.

Essa urbanização atinge horizontalmente todos os municípios paranaenses. Enquanto nos anos 70 mais de 90% dos municípios do Paraná têm metade ou mais da população vivendo em áreas rurais, no ano 2000 apenas 29% dos municípios estão nessa condição.

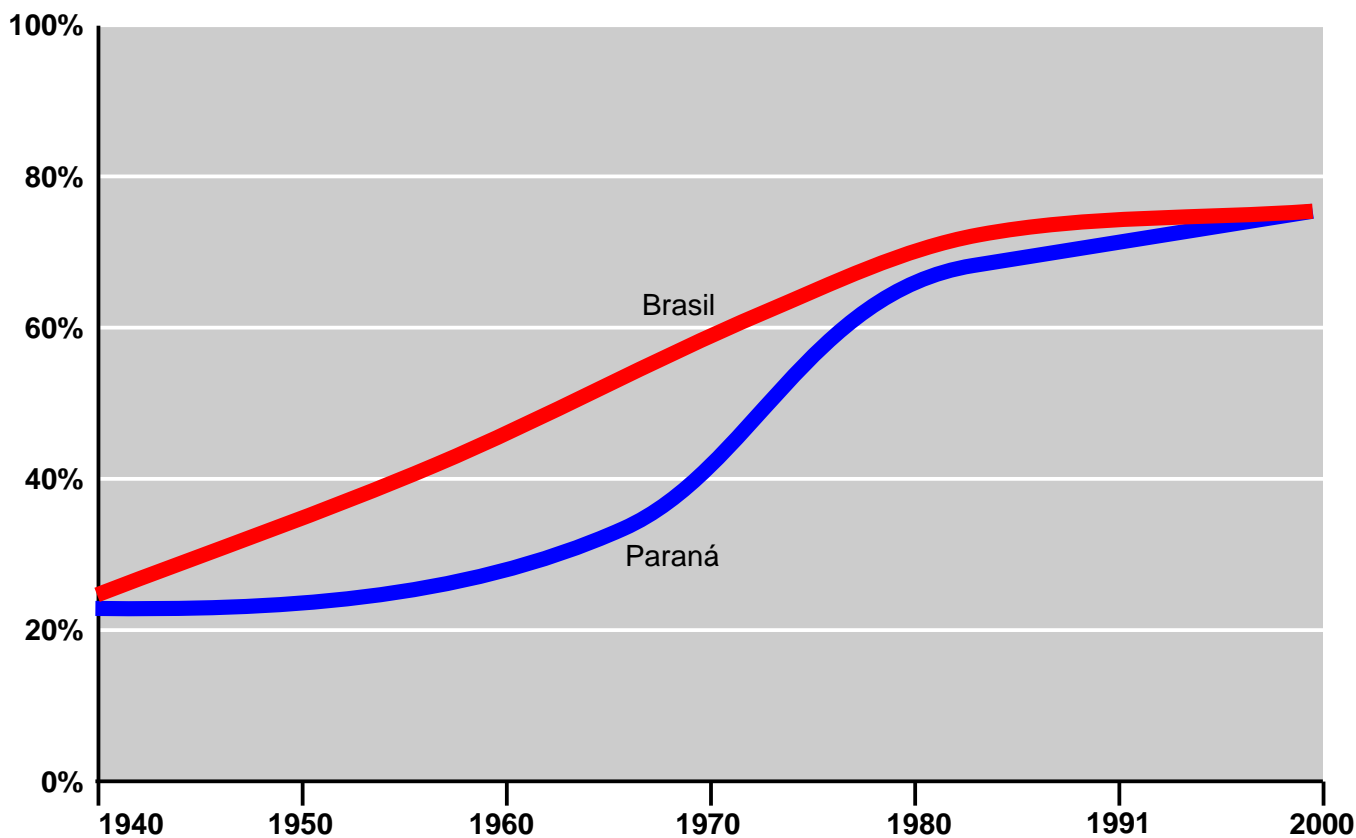
A intensidade desse processo sobrecarrega as estruturas urbanas existentes, que têm pouco tempo para se adaptar e responder a demandas ampliadas e modificadas.

Como saldo, são 7,7 milhões de habitantes nas áreas urbanas do Paraná, com um remanescente rural da ordem de 18,5% do total da população. Se relativamente essa proporção parece pequena, o número absoluto de 1,7 milhão de paranaenses vivendo no meio rural é significativo, indicando que as atividades do setor primário ainda





Evolução do Grau de Urbanização • Paraná e Brasil • 1940/2000 - FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS



exercem um papel absorvedor.

O fenômeno de crescimento populacional mostra, assim, concentração e esvaziamento.

Aglomerções urbanas conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio estadual) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80), como se vê no mapa a seguir.

No censo de 2000, os municípios que têm mais de 50 mil habitantes nas sedes totalizam 26 centros urbanos, abrigando 62,98% da

população do Estado em apenas 6,52% do número de municípios.

Essa rede urbana, que vem se consolidando ao longo dos anos, adquire estruturação complexa, já que passa a articular-se a partir de grandes aglomerações. Mesmo assim o arranjo espacial, ao longo das décadas, vem reforçando também a importância de alguns centros isolados, correspondendo exatamente aos pólos e subpólos regionais do interior, sobrepostos às rotas das principais rodovias paranaenses, como se vê no mapa correspondente.

Noutro extremo, um grande número de municípios apresenta perda de população, correspondendo a 169, 185 e 203 municípios, respectivamente nos períodos 1970/80, 1980/91 e 1991/2000. Portanto, os fluxos migratórios persistem, embora mais recentemente sejam caracterizados por movimentos de curta distância, tendo como destino principal a Região Metropolitana de Curitiba, como mostra o mapa de fluxos migratórios.

Municípios nas áreas de concentração, particularmente os que constituem "cidades-dormitórios" nas aglomerações urbanas, e muitos dos que mostram evasão populacional apresentam baixos índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).³

Esses índices correspondem a parâmetros inferiores à média brasileira e também, comparativa-mente, à paranaense, como é apresentado no mapa correspondente, e indicam as frágeis condições de vida de amplos segmentos da população.

Contrastando o retrato traçado no mapa de esvaziamento e concentração com o esboçado no de índices de desenvolvimento humano, vê-se que aqueles municípios que concentram população por serem destino dos fluxos migratórios como pólos e subpólos regionais, experimentando seguidos períodos de aumento populacional, são também os que apresentam mais alto desempenho no indicador de desenvolvimento humano.

Deste modo, a atratividade das grandes aglomerações torna-

se irresistível, cabendo ao governo estadual mobilizar todos os esforços possíveis para criar condições mínimas de atendimento aos cidadãos, em todo e qualquer município, para fazer frente a esse potencial de evasão.

Por outro lado, nem sempre há correspondência estreita entre o fato de um município vir sistematicamente perdendo população e estar entre os que têm baixos índices de desenvolvimento humano.

O caso mais flagrante é a margem esquerda do Rio Piquiri, onde se concentra um bom número de municípios que se esvaziaram, mas que ainda apresentam um bom quadro de qualidade de vida.

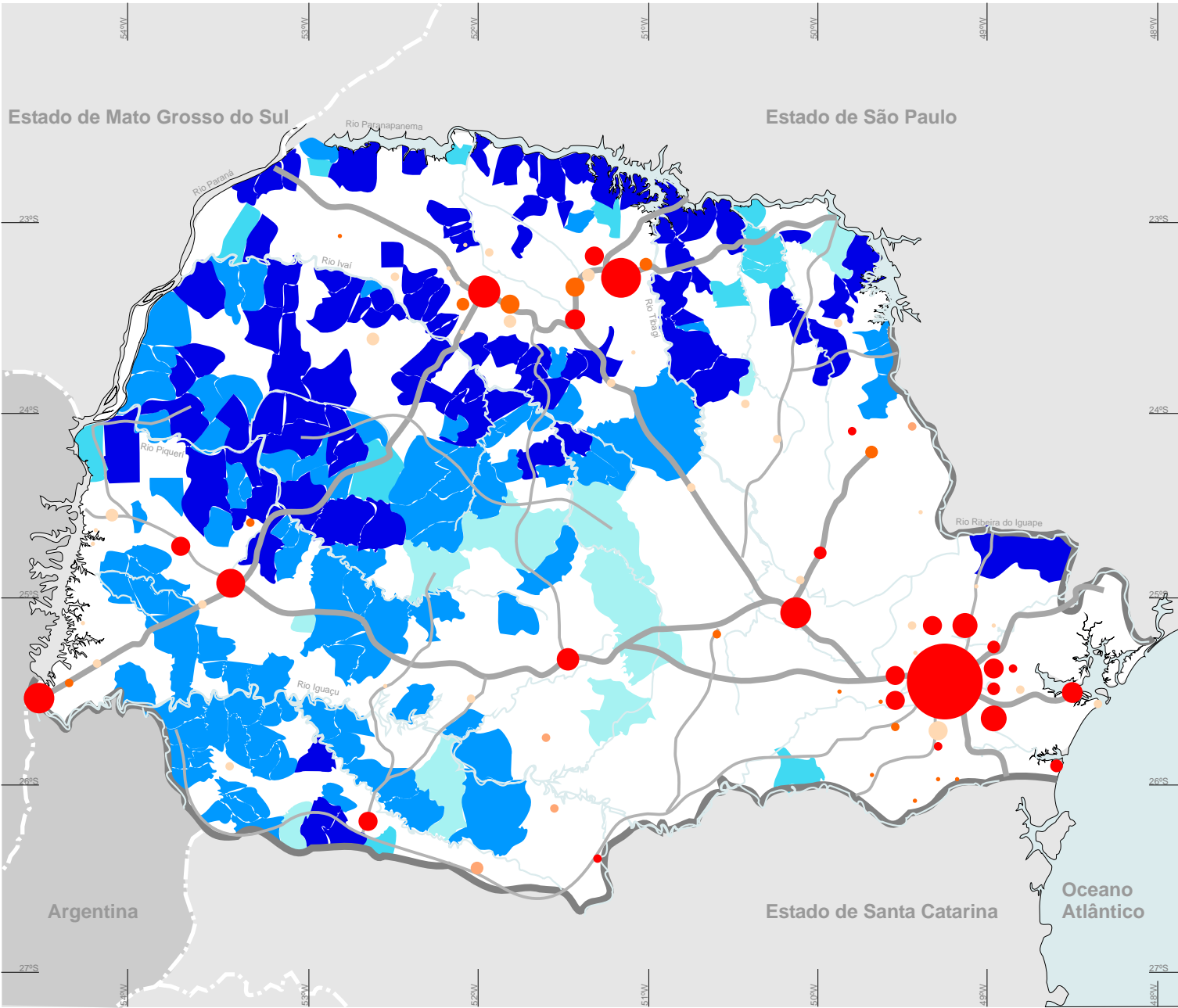
Do ponto de vista do desenvolvimento regional, os baixos valores de IDH-M indicam com grande visibilidade as regiões Centro, Noroeste, Norte Pioneiro e a do Vale do Ribeira de Iguape como as que têm estado à margem do progresso paranaense.

A proximidade às fortes aglomerações urbanas de Londrina, no caso do Norte Pioneiro, e de Curitiba, no do Vale do Ribeira, agravam mais ainda esta condição.

O retrato revelado é a cena de partida da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, dando sustentação aos seus programas, projetos e ações. Através de indicadores escolhidos, também serve de referência para aferir o sucesso dessas iniciativas.



Esvaziamento e Concentração da População



DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL

FONTE: IBGE-2000, IPARDES-2002

PERÍODOS

- 1970-1980, 1980-1991 e 1991-2000
- 1980-1991 e 1991-2000
- 1970-1980 e 1991-2000
- 1991-2000

AUMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL

FONTE: IBGE - 2000, IPARDES - 2002
(CRESCIMENTO SUPERIOR À MÉDIA DO ESTADO NO PERÍODO)

PERÍODOS

- 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000
- 1980/1991 e 1991/2000
- 1970/1980 e 1991/2000
- 1991/2000

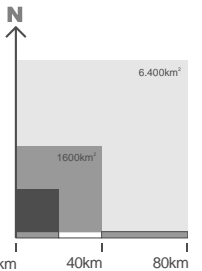
POPULAÇÃO URBANA

- 50.000 a 100.000 habitantes
- 20.000 a 50.000 habitantes
- 5.000 a 20.000 habitantes
- Até 5.000 habitantes

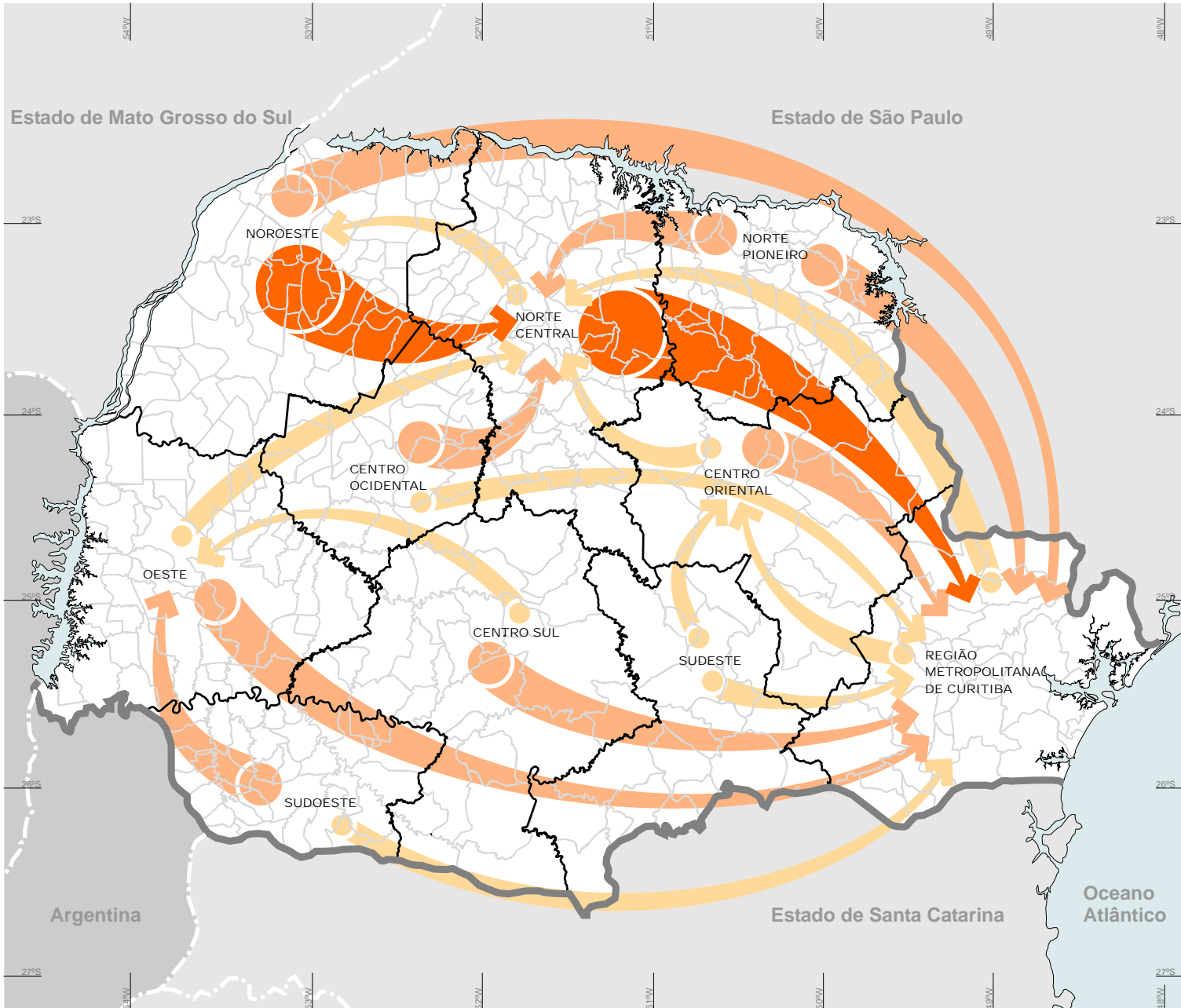
CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



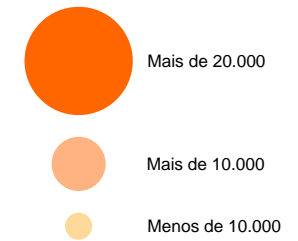
Fluxos Migratórios



PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS

FONTE: IBGE-2000 /IPARDES-2002 (PERÍODO 1986/1991)

MIGRANTES



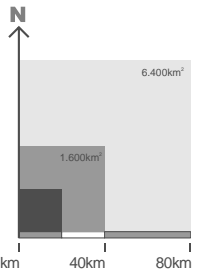
NOTAS:

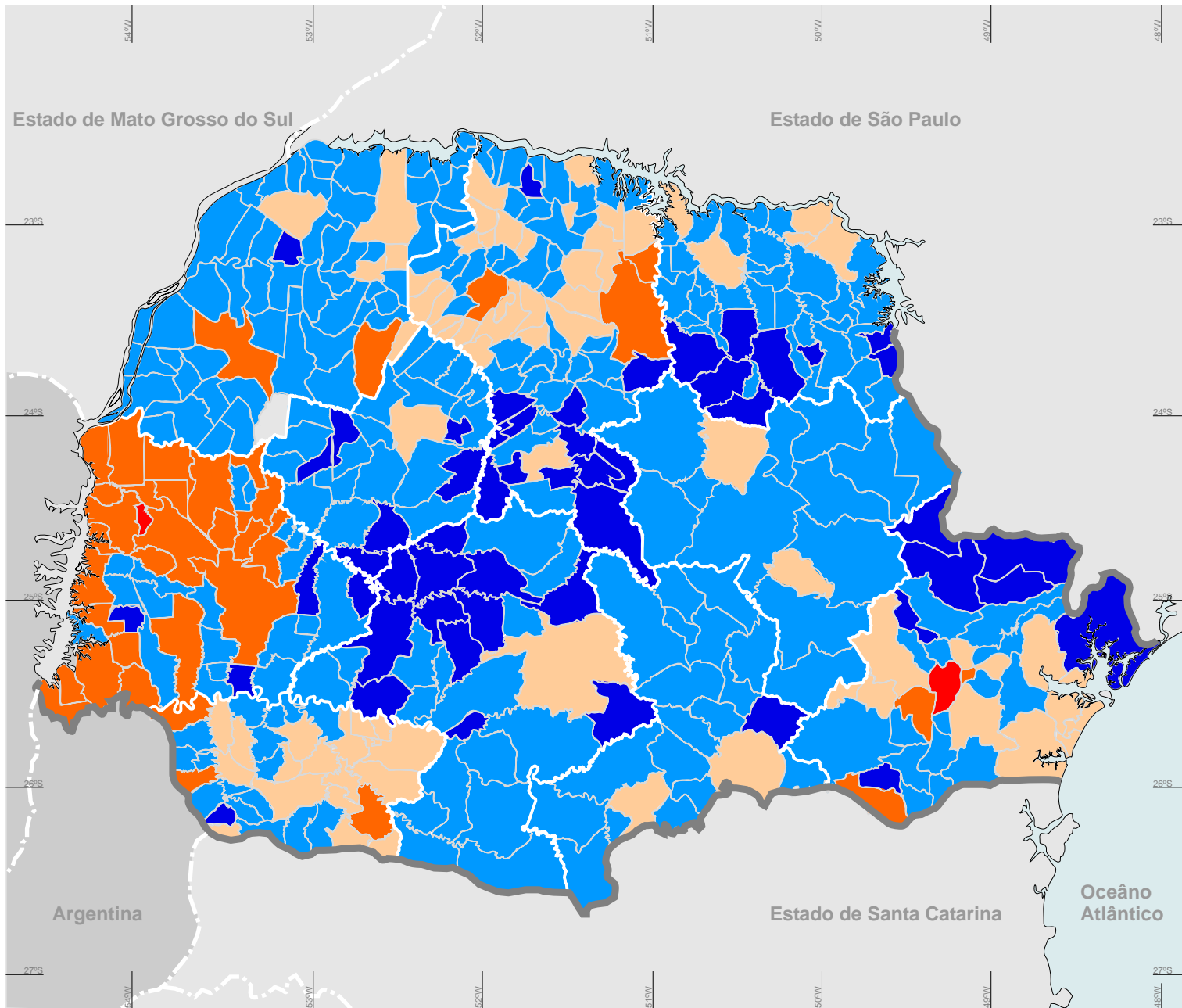
- São considerados migrantes as pessoas maiores de 5 anos que, em 1986, não residiam no município de residência atual.
- Estão representados os dois maiores fluxos de saída de cada região.
- Os valores expressos nas regiões correspondem ao balanço interregional entre emigrantes e imigrantes.

CONVENÇÕES

- Limite
- Paraná
- Regional
- Municipal

ESCALA GRÁFICA





Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - 2000
 FONTE: PNUD/IPEA/FJP; IPARDES

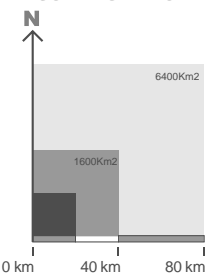
- < 0,700
- 0,700 - 0,764
- 0,764 - 0,800
- 0,800 - 0,850
- 0,850 - 1,000

Obs.: >0,800 - índice de alto desenvolvimento
 0,764 = IDH-M do Brasil

CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Regional
- Municipal

ESCALA GRÁFICA





GOVERNO DO
PARANÁ

Política de Desenvolvimento Regional



Política Regional

Política de Desenvolvimento Regional

As distintas formações espaciais que configuram o cenário regional exigem uma política desdobrada em programas que sejam ajustados às suas características.

Algumas áreas que têm grande concentração populacional destacam-se pelo dinamismo econômico e por fortes indicadores de crescimento populacional.

Conformam regiões nas quais marcantes aglomerações urbanas comandam a rede de centros regionais e, embora apresentem indicadores agregados de alto desempenho, demandam ações que atendam às contradições e desigualdades existentes em seu interior.

Outras áreas, peculiarizadas por processos de contínua evasão populacional e desempenho socio-econômico pouco relevante, exigem ações mais centradas em estabelecer um patamar mínimo de acesso aos benefícios da urbanização e impulsionar atividades que revertam os padrões atuais e as coloquem num nível de competitividade mais elevado, sem afetar a sustentabilidade.

Outras regiões, ainda, caracterizam-se por condições especiais, fundamentalmente ligadas a uma base natural que lhes impõe cuidados particulares, ou que desempenham funções estratégicas.

Buscando atender a essas distintas necessidades, nitidamente traduzidas sobre o território, a Política de Desenvolvimento Regional proposta desdobra-se em três programas específicos:

- de estruturação integrada das grandes aglomerações e suas respectivas regiões funcionais;
- de promoção acelerada de regiões deprimidas;
- de atuação dirigida a regiões especiais.



Programas Regionais

Programa de Estruturação das Grandes Aglomerações

Estudos recentes⁴ identificam no Paraná uma aglomeração urbana de porte metropolitano, polarizada por Curitiba, e quatro aglomerações urbanas de caráter não-metropolitano: duas articulando o complexo urbano do norte central paranaense, polarizadas por Londrina e Maringá, e outras duas articulando o complexo do oeste paranaense, polarizadas por Cascavel e Foz do Iguaçu, sendo que nestas existe ainda polarização incipiente de Toledo. Além dessas, os estudos apontam a formação em curso de uma aglomeração urbana polarizada por Ponta Grossa.

Torna-se realidade, portanto, a proposta de uma estrutura tripolar da rede de cidades - centrada no leste, no norte e no oeste - vislumbrada na formulação da Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná há trinta anos.⁵

Esses processos aglomerativos demandam atuação voltada à estruturação integrada das suas regiões funcionais, orientada para plano de desenvolvimento regional concebido de forma transescalar, ou seja, em várias escalas,

considerando esses espaços como áreas tendo forte articulação com a economia global e nacional, ao mesmo tempo que estreitam relações diretas e fundamentais com os municípios da área de abrangência de sua polarização.

Os objetivos desse plano de desenvolvimento integrado (PDI) não se extinguem apenas no desenho de projetos que contemplem essas distintas articulações, mas se voltam também para necessidades precípuas das aglomerações.

O crescimento dessas aglomerações com ocupação derramada sobre municípios vizinhos, assim como o grau de demandas crescentes e complexificadas dos seus habitantes, exige exercício de funções públicas de interesse comum, que são endossadas por destaque em norma constitucional.



Essas funções abrangem, entre outras, o transporte coletivo, o saneamento ambiental e o próprio ordenamento do uso e ocupação do solo.

São funções cuja natureza já não se restringe ao âmbito de um só município, mas passa a exigir ação ordenada entre o conjunto de municipalidades envolvidas.

Em decorrência, para essas funções de interesse comum está prevista a criação de unidades regionais para planejamento e gestão.

Também a orientação indicativa do planejamento estadual para os investimentos previstos deve levar em conta o conjunto do espaço de toda a aglomeração, de modo a distribuir territorialmente os benefícios da geração de renda e da habitação, e evitar a sobrecarga de deslocamentos no transporte coletivo e de utilização desbalanceada das linhas de infra-estrutura urbana.

Ademais do exercício do planejamento integrado regionalmente, o desenvolvimento urbano não prescinde dos planos diretores municipais, como também previsto na norma constitucional para os municípios com mais de 20 mil habitantes. Assim se atinge a intenção transescalar, de modo a conciliar as propostas no nível local com o nível regional da aglomeração urbana.

Em função das grandes aglomerações identificadas no território paranaense, este Programa deverá se desdobrar em quatro projetos, com um PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado para cada região funcional ou polarizada por essas cidades:

- PDI da Região Metropolitana de Curitiba;
- PDI da Região Funcional de Ponta Grossa;
- PDI do Eixo Londrina - Maringá;
- PDI da Região Polarizada por Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu.





Programa de Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

Enquanto alguns pontos do território paranaense apresentam grande concentração de atividades, que são associadas também aos eixos de circulação, gerando uma base logística extremamente atrativa para os empreendimentos urbanos produtivos, de outro lado existem extensas regiões que não alcançaram ainda um nível de desenvolvimento compatível com a dinâmica das grandes aglomerações. Este é o caso do Vale do Ribeira de Iguape, na sua porção paranaense, que está inserido na Região Metropolitana de Curitiba.

Ou de áreas que vêm perdendo posição ao longo das últimas décadas, apesar de em outros tempos terem tido alguma expressão no nível estadual, como é o caso do Norte Pioneiro.

Outras regiões ainda, como o Noroeste estadual, onde a dominância do arenito Caiuá pode levar a rápido processo de desertificação se sofrer exploração agrícola intensiva, ou como o Centro do Paraná, necessitam de redobrada atenção para integrar-se efetivamente ao contexto de desenvolvimento estadual.

Todas estas regiões são áreas de evasão populacional, de base natural frágil ou com pouco potencial a uma exploração intensiva, apresentando carências de infra-estrutura e serviços, que resultam nos mais baixos índices de desenvolvimento humano municipal do Paraná (IDH-M).

Portanto, exigem plano de desenvolvimento que articule projetos centrados na elevação de seu patamar de competitividade, no resgate ou na composição de sua infra-estrutura e dos seus serviços, e que sejam geradores de oportunidades que motivem a permanência de sua população, a resultar na ampliação de possibilidades indutoras do crescimento.

Do ponto de vista do planejamento regional, é importante analisar a compatibilidade da organização em regiões administrativas e outras funcionais com a divisão do espaço em regiões ambientalmente definidas, como é o caso das bacias hidrográficas. Esta consideração também decorre de preceito constitucional.



Diferentemente de outros espaços do território nacional, onde os rios estão associados às linhas de comunicação, no Paraná a ocupação se dá freqüentemente a partir dos divisores de água, que separam as várias bacias hidrográficas. A exceção é a Região Metropolitana de Curitiba, nas cabeceiras do Rio Iguaçu.

Desse modo, são favorecidos os centros urbanos que estão sobre os eixos de transporte, como visto anteriormente no mapa de concentração urbana, ou seja, aqueles que estão sobre o divisor de águas, o que lhes traz frequentes problemas ambientais no uso dos recursos hídricos, os quais por ficarem distantes dessas cidades obrigam a complexos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Por outro lado, vale refletir se aqueles municípios banhados pelos principais rios são relegados a uma posição secundária, por estarem distantes dos eixos do progresso econômico estadual.

É possível que isso resulte em grande parte das áreas que apresentam menores índices de desenvolvimento junto às margens dos rios Ribeira de Iguape, Tibagi, Ivaí e Piquiri, como parecem mostrar os mapas correspondentes à dinâmica populacional e ao desenvolvimento humano.

Pretende-se que o Programa de Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas atue através de projetos, constituídos por PDR - Plano de Desenvolvimento Regional, nos seguintes espaços estaduais:

- PDR Centro;
- PDR Noroeste;
- PDR Norte Pioneiro;
- PDR Vale do Ribeira.



Programa de Atuação Dirigida a Regiões Especiais

Foram identificadas como regiões especiais aquelas áreas nas quais o processo de ocupação do espaço resulta em ações predatórias a uma base natural frágil, submetendo parcelas significativas da população a condições de vulnerabilidade socioambiental, como o Litoral Paranaense e o Corredor do Rio Iguaçu.

No caso do Litoral Paranaense, duas ordens distintas de problemas impõem projetos específicos: a ocupação contínua dos municípios balneários, reproduzindo as mazelas do crescimento acelerado, com ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis, e a complexidade de gestão das funções públicas de interesse comum, peculiar às aglomerações urbanas. Acrescente-se a este quadro a fragilidade socioeconômica e ambiental do norte litorâneo.

Centralizando essas espacialidades distintas, Paranaguá constitui o pólo de escoamento, por mar, da crescente e diversificada produção paranaense, sem ter sido contemplado com infra-estrutura condizente com a ampliação e diversificação da demanda por seus serviços portuários.

No caso do Corredor do Rio Iguaçu, referido aos limites da parte central da sua macrobacia hidrográfica, distingue-se por apresentar uma espacialidade também ambientalmente frágil.

O Rio Iguaçu no seu início, ao atravessar a Região Metropolitana de Curitiba, sofre os efeitos de uma ocupação urbana crescente junto aos seus mananciais formadores.

No seu trecho final margeia o Parque Nacional do Iguaçu, considerado Patrimônio da Humanidade, e faz divisa com a Argentina.

No seu curso intermediário foi intercalada uma "cascata" composta de sucessivas represas, barragens e usinas hidrelétricas, onde praticamente o reservatório à jusante banha as estruturas da barragem à montante.

Essa configuração cria um hiato territorial nas diversas ligações com o extremo sul estadual e modifica sensivelmente as condições naturais desse corredor de biodiversidade.

Ressalte-se a importância desse corredor, dado que o Rio Iguaçu liga a Serra do Mar, e portanto as bacias da vertente atlântica, com a grande bacia do Rio Paraná, que integra todos os países do Mercosul. Como tal, cruza o Estado do Paraná praticamente de um



lado a outro.

Não menos importante é o manejo dos recursos hídricos nesta parte central da sua bacia hidrográfica, onde constitui parte da divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, ao longo da qual cidades gêmeas enfrentam os mesmos problemas de controle de cheias em ambas as margens, tais como Rio Negro / Mafra e União da Vitória / Porto União.

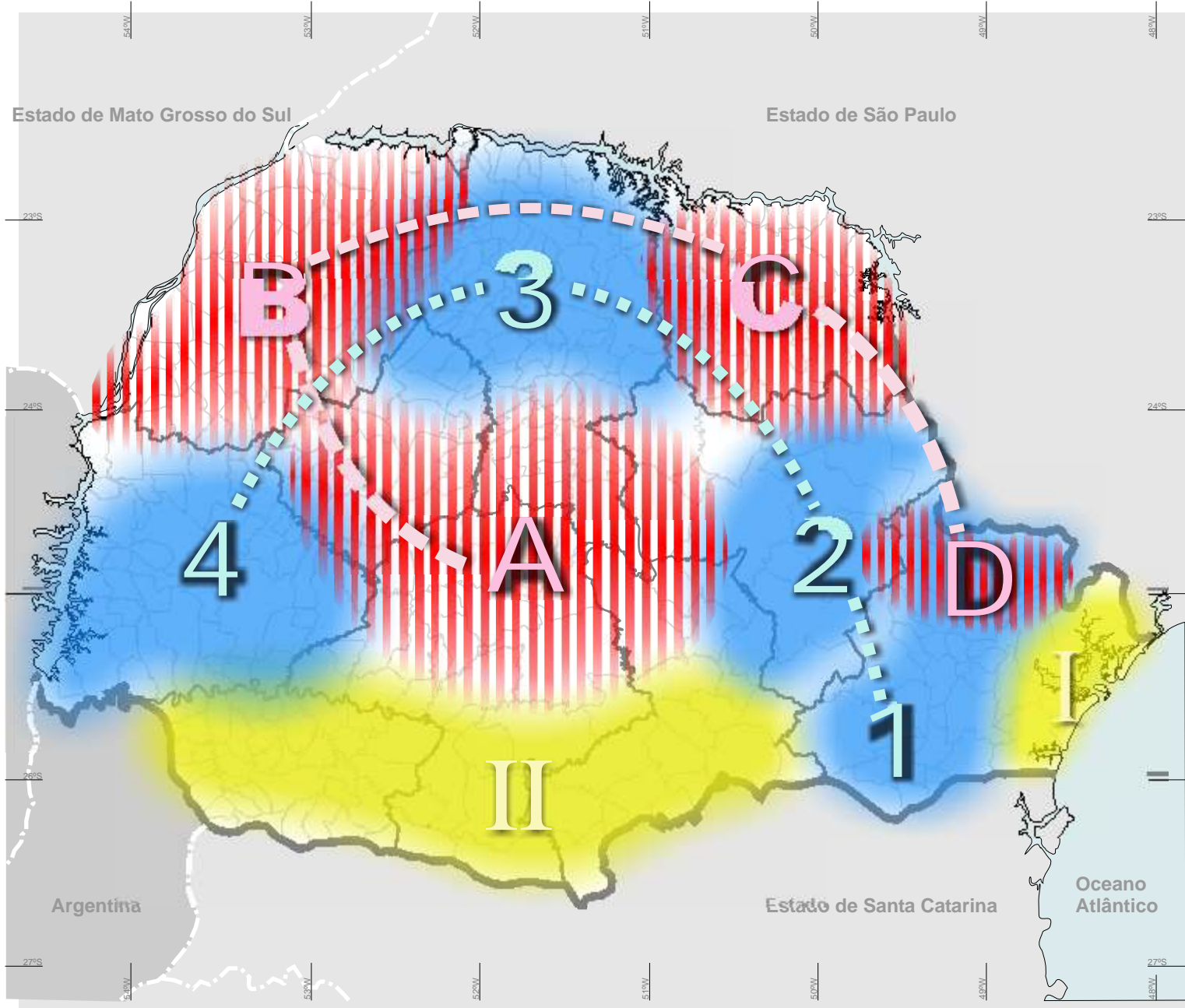
Por último, nessa região, a execução de vultosas obras hidrelétricas provocou o afluxo e depois a evasão de um grande número de trabalhadores e seus agregados, desequilibrando as economias locais e também a rede regional de cidades, pois os centros urbanos associados às grandes obras, criados para abrigar os contingentes de operários e suas famílias, depois de concluídos os trabalhos de construção, foram praticamente abandonados com a desmobilização geral.

Respeitando as especificidades de cada uma dessas regiões, prevê-se a realização de dois projetos dentro deste Programa, designados como PDRI - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado:

- PDRI do Litoral Paranaense;
- PDRI do Corredor do Rio Iguaçu.



Proposta Global



PROGRAMAS

Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações

- PDI** - Plano de Desenvolvimento Integrado
 - 1 - Curitiba
 - 2 - Ponta Grossa
 - 3 - Londrina - Maringá
 - 4 - Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu

Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

- PDR** - Plano de Desenvolvimento Regional
 - A - Centro
 - B - Noroeste
 - C - Norte - Pioneiro
 - D - Vale da Ribeira do Iguape

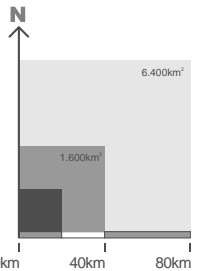
Atuação Dirigida a Regiões Especiais

- PDR I** - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado
 - I - Litoral
 - II - Corredor do Iguape

CONVENÇÕES

- Paraná
- Região
- Município

ESCALA GRÁFICA





Projetos Regionais

Proposta de Desenvolvimento Regional

A proposta para o Desenvolvimento Regional do Paraná se faz através de Projetos Integrados que são a expressão da política e programas definidos, visando a uma atuação articulada entre as diversas áreas de governo, os municípios paranaenses e os setores produtivos. Para cada aglomeração e região do Estado apresenta-se uma breve caracterização, que tem por base o documento “Rede Urbana - Região Sul” do IPARDES, como subsídio à preparação dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI) e Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) a serem elaborados dentro de diretrizes gerais para o desenvolvimento auto-sustentado, visando à articulação de propostas nas áreas de infra-estrutura econômica, social e institucional, à vinculação às diversas áreas de governo e à atuação em estreita sintonia com os municípios paranaenses, de modo a atender o compromisso social proposto.

Como visto anteriormente, os Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI) abrangem as seguintes aglomerações paranaenses:

- PDI - Região Metropolitana de Curitiba;
- PDI - Ponta Grossa;
- PDI - Eixo Londrina - Maringá;
- PDI - Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu.

Por sua vez, os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) referem-se aos seguintes espaços:

- PDR - Centro;
- PDR - Noroeste;
- PDR - Norte Pioneiro;
- PDR - Vale do Ribeira.

Enfim, os Planos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), para regiões especiais, têm como alvo:

- PDRI - Litoral;
- PDRI - Corredor do Iguaçu.





Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI Região Metropolitana de Curitiba

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), conforme dados do seu PDI, concentra em 26 municípios cerca de 30% da população total do Estado do Paraná, com 2,7 milhões de habitantes. Desses, 95%, ou 2,6 milhões, estão na grande aglomeração urbana formada a partir de Curitiba, que no seu município abriga 1,6 milhão de pessoas ou 57% do total metropolitano. Capital do Estado, Curitiba se apresenta com nível de centralidade máximo, cuja influência se estende às demais regiões do Paraná e a grande parte do Estado de Santa Catarina.

A RMC diferencia-se das demais regiões do Paraná pelo seu intenso processo de crescimento. Na sua atual configuração, de 1970 a 2000 a região triplica a sua população, agregando 1,860 milhão de habitantes, o que a faz manter sua posição de região que retém a maior parte da população do Paraná.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba, o desenvolvimento não é espacialmente homogêneo. A partir de estudos realizados, ressaltando as questões geomorfológicas, florestais e os arranjos dos mananciais de abastecimento de água, fica evidente que a RMC tem três compartimentos espaciais distintos, como também apontado pelo IDH-M - Índice de

Desenvolvimento Humano do seus municípios. Esses compartimentos, ainda não plenamente articulados entre si, ocupam transversalmente de leste a oeste o território metropolitano.

O primeiro, ao norte, com terrenos dobrados e aquífero subterrâneo cárstico, tem vocação para conservação ambiental intensiva, admitindo algumas atividades primárias relativas a práticas de reflorestamento e manejo florestal, também incluindo atividades circunscritas de extração mineral e turismo rural e de aventura.

Este primeiro segmento limita-se com o Vale do Ribeira de Iguape, zona intermediária de carências conhecidas entre a Região Metropolitana de Curitiba e a de São Paulo.

O segundo, na parte central, com terrenos planos marcados pela calha do Rio Iguaçu sobre a formação Guabirotuba da Bacia de Curitiba, com forte vocação para atividades terciárias superiores ou quaternárias (dentro do município da capital estadual, eventualmente



associadas ao proto-pólo tecnológico e ao turismo ligado às etnias dos imigrantes, de modo a consagrar a idéia da Grande Curitiba Global, e fora dele, com o turismo de passagem tanto no extremo oeste, com a subida da escarpa devoniana rumo a Vila Velha, quanto no extremo leste, com a descida da Graciosa rumo ao Vale do Nhundiaquara: Porto de Cima, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) e secundárias (com grande dinamização no quadrante sudeste, sobre o eixo do Contorno Leste, basicamente a partir da cadeia de produção ligada à indústria automobilística).

O terceiro, ao sul, com terrenos planos e rede hídrica dos afluentes do Alto e do Médio Iguaçu, vocação para a agricultura extensiva e lampejos de atividades turísticas no extremo sudoeste (históricas na Lapa, associadas ao tropeirismo, ao entrevero da Revolução Federalista e ao misticismo da Gruta do Monge) e no extremo sudeste (de passagem, associadas à descida para Guaratuba e para o litoral de Santa Catarina).

A Região Metropolitana de Curitiba concentra mais de 25% do PIB estadual e, segundo levantamento realizado em 1998, mais de 30% dos estabelecimentos comerciais e industriais existentes no Paraná.

Responde por 51,74% do total do valor adicionado do Estado no setor secundário.

Seu segmento metal-mecânico além de moderno é representativo, com ênfase para o segmento de transportes. Vem sendo acelerada a mudança de seu perfil industrial, com pesados investimentos no setor automotivo, com a instalação de montadoras multinacionais e fábricas de complementos e acessórios. Tem importante pólo petroquímico localizado no município de Araucária. Tem também grande representatividade nos segmentos de comunicação e mecânica.

Seu setor de metalurgia caracteriza-se por médios e pequenos empreendimentos, pouco distribuídos espacialmente.

Há forte tendência ao aumento dessa concentração, posto que os principais investimentos produtivos estão nela localizados na periferia imediata de Curitiba, no leste-sudeste e sul metropolitanos (Pinhais, São José

dos Pinhais e Araucária). Gera-se assim um conflito de uso do solo metropolitano, pois o crescimento para leste esbarra nas áreas de proteção dos principais mananciais de abastecimento de água da região.

Ainda mais, a implantação do Contorno Leste, da duplicação da BR-116 (Rodovia do Mercosul) e do gasoduto Brasil-Bolívia privilegia novos investimentos nessa "plataforma logística", donde se tem acesso aos mercados de São Paulo e do sul do País, estando ao

lado do aeroporto internacional e a cavaleiro da descida para o porto.

Note-se que a nova estrutura industrial da Região Metropolitana de Curitiba contém um elevado potencial de desenvolvimento endógeno, muito superior ao observado no passado. Em função das transformações recentes, a RMC amplia e fortalece as suas funções urbanas de metrópole regional.

Abrem-se novas possibilidades de negócios regionais derivados de vantagens locais criadas no bojo dessas transformações (qualidade da infra-estrutura logística, serviços urbanos em geral, serviços urbanos especializados, instituições de apoio na área de ciência/tecnologia/inação, dimensão do mercado local, rede de empresas fornecedoras, melhoria e modernização nos padrões industriais da região, maior qualificação e profissionalização, em diferentes níveis, da força de trabalho).

No contexto da nova dinâmica regional da economia brasileira, a Região Metropolitana de Curitiba está se consolidando como uma das "ilhas de produtividade" e reforçando sua inserção na rede urbana nacional.

Como resultado desse dinamismo econômico, o emprego tem crescimento de 12,3% no período 1996-2000 e o valor de transformação industrial (VTI) de 15,8% (enquanto a Região Metropolitana de São Paulo apresentava queda de -6,3%).

A Região Metropolitana de Curitiba tem PIB *per capita* (R\$ 11.509,00 em 2001) superior à média brasileira. 

Por isso mesmo, tem-se a persistência de elevados fluxos migratórios e tendência de fixação dos migrantes naqueles municípios de maior dinâmica econômica e também ao norte de Curitiba, em Almirante Tamandaré e Colombo, que praticamente tornaram-se espaços "agregados" ao pólo metropolitano.

Com 20% da população do Paraná vivendo abaixo da linha de pobreza, tem-se quase 2 milhões de paranaenses com menos de R\$ 80,00 de *renda per capita* mensal. O maior número de indigentes foi registrado na RMC: são 470 mil pessoas (só em Curitiba, 120 mil) vivendo com menos de R\$ 80,00 mensais.

Com isso, o núcleo urbano central da RMC abriga em torno de 75.000 habitações irregulares, das quais cerca da metade concentrada espacialmente na periferia do município de Curitiba, constituindo o seu maior problema social.

Também é importante destacar a crescente dificuldade para a circulação de veículos tanto no interior do município de Curitiba como nas ligações com os seus vizinhos metropolitanos. Faz-se imprescindível resolver o mais brevemente possível a configuração de um sistema de transporte de alta capacidade, visando à implantação de solução que tenha condições de transportar, segura e



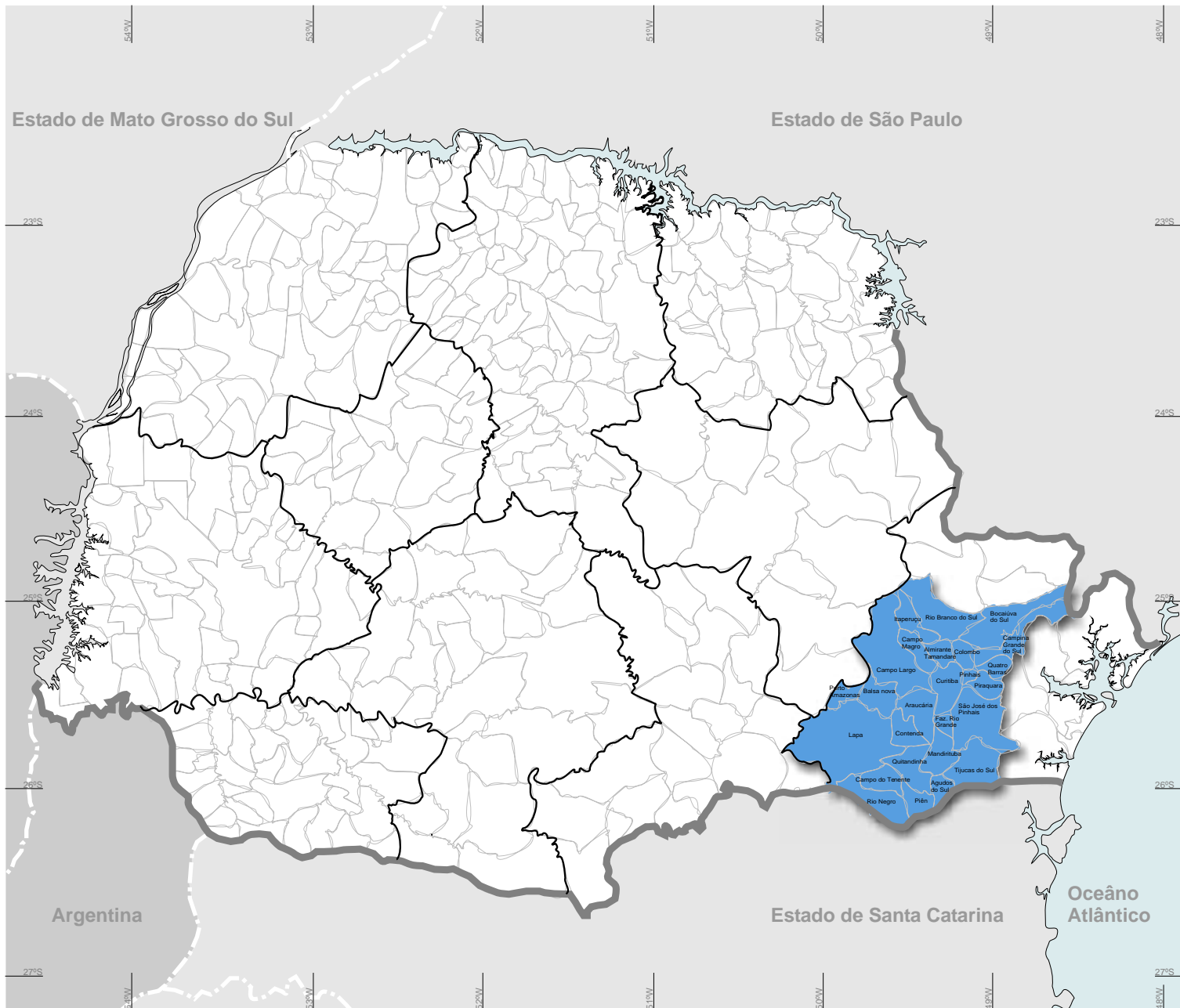
confortavelmente, os passageiros metropolitanos que vivem e trabalham no pólo ou nos seus municípios limítrofes.



Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações

PDI - CURITIBA

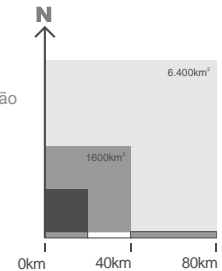
Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI Ponta Grossa

O Município de Ponta Grossa faz parte e é o centro de integração da Região Centro-Oriental do Paraná, que apresenta uma extensão geográfica de 21.952 km² e uma população de 581.143 habitantes (ou seja, com densidade demográfica de 26,47 habitantes por km², entre as menores do Estado).

O grau de urbanização é de 77,71% e está em crescimento nas últimas décadas. Do ponto de vista econômico, a região está entre as quatro maiores do interior, tanto no setor primário quanto no secundário. Dotada de estrutura industrial diversificada, responde pela maior produção de papel e de papelão de todo o Estado, com aproximadamente 62% do valor adicionado do gênero. Como tendência de complementaridade com o uso de madeira reflorestada, pequena parcela avança para o mobiliário.

Apresenta também relevante participação no gênero têxtil, cerca de 17,14% do total produzido em todo o Estado. A metalurgia e a mecânica são os únicos gêneros que integram sua indústria na dinâmica moderna. Sua participação no gênero de bebidas é expressiva e em expansão. É no segmento agroalimentar que ainda reside a principal dinâmica econômica da região, destacando-se também no gênero da química. O gênero alimentos está sustentado por

duas grandes bases: uma moderna produção agrícola e uma forte expansão na produção de lácteos, sendo a mais importante bacia leiteira do Estado.

Vale destacar que sua produção agrícola é a mais elevada dentre as regiões do Estado, basicamente soja, trigo e milho (produção de commodities que representa cerca de 9,2% do total do Estado), circunstância que lhe garante a maior capacidade de moagem e de produção de óleo de soja do Paraná.

As cooperativas dessa região são responsáveis por quase 50% da produção cooperativada do Estado.

Destacam-se pela capacidade de operar em elevados e competitivos padrões tecnológicos.

A mão-de-obra é preponderantemente ocupada na agropecuária. Apenas em Telêmaco Borba e Jaguariaíva, a indústria papelreira absorve maior proporção de trabalhadores que os demais



setores. Vale ressaltar que, no mercado formal da indústria, os segmentos madeira e papel respondem por aproximadamente 50% dos em-pregos gerados, porém com decréscimo nos últimos anos em função da forte reestruturação tecnológica e organizacional que atinge esses segmentos. É o quarto mercado de trabalho do Estado, com 6,91% dos postos da indústria no Paraná.

A renda per capita é uma das mais elevadas do Estado, próxima à da Região Metropolitana de Curitiba. No entanto, internamente tem grandes diferenças, a ponto de seus principais centros terem renda duas vezes maior que a de municípios que não se integram à dinâmica econômica regional. A média de escolaridade da população desta região está entre as mais baixas de todo o Estado, com cerca de 4 anos de estudo.

Levando-se em consideração o relativo alto grau de urbanização, há carências na área de saneamento, dado que 84,37% dos domicílios estão ligados à rede de água, 84,14% à coleta de lixo e apenas 57,5% dos domicílios possuem o esgotamento sanitário.

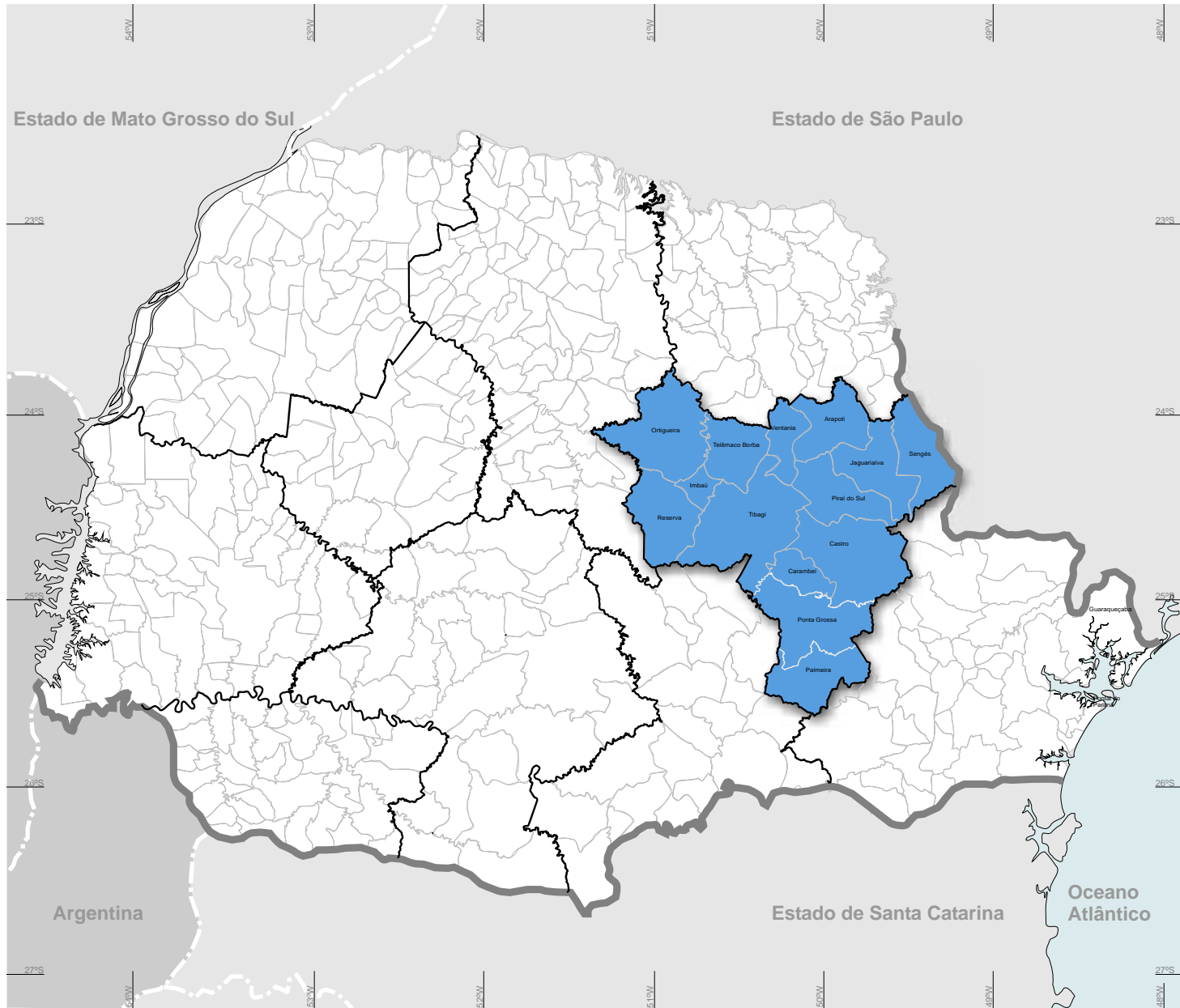
A despeito da proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba, observa-se baixa relação de complementaridade econômica no que diz respeito à integração dos ramos industriais com os do pólo estadual.




Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações

PDI - PONTA GROSSA

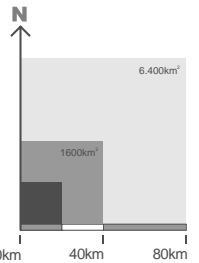
 Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

-  Limite Paraná
-  Anel de Integração
-  Rodovia Federal
-  Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI

Eixo Londrina-Maringá

Os municípios de Londrina e Maringá constituem-se nos principais centros da Região Norte Central Paranaense, área de influência direta deste eixo, que ocupa uma área territorial de 24.556 km², com população de 1.724.115 (19,15% da estadual), apresentando assim uma densidade demográfica de 70,21 habitantes por km².

Esta região é uma das áreas mais urbanizadas do Estado (o grau de urbanização é 84,79%), e ao mesmo tempo se mantém como a segunda maior população rural do Paraná.

Nela coexistem fenômenos de concentração e de esvaziamento populacional, particularmente ao norte e sul do eixo Londrina-Maringá. Cerca de 55% dos municípios desta região vêm perdendo população, a grande maioria a partir de 1970. Porém, 21,52% dos municípios vêm apresentando taxas de crescimento populacional maiores que a média do Estado.

No setor produtivo, embora tenha apresentado declínio no período de 1985 a 1996, consolida-se como o mais importante pólo industrial do interior do Estado.

Estrutura que reforça o caráter urbano de suas atividades principais, pois participa no total do Estado com 11,20% do setor secundário, 18,39% do comércio e 17,95% dos serviços.

Seu setor industrial caracteriza-se por certa diversidade, pautada, porém, nos gêneros tradicionais, como mobiliário, alimentos, confecção e têxtil.

Embora com defasagem, esta região detém a segunda maior participação nos segmentos da indústria mais moderna do Estado, como mecânica, comunicação e transporte. Caracterizada por intensa industrialização, nessa região não se pode ignorar a expressiva produção de commodities agrícolas, como soja, trigo, milho e café.

Têm também importância as produções de algodão e cana, onde a região aparece como maior produtora do Estado.

Consolidado, o setor agropecuário tem também importante participação no valor adicionado total do setor no Estado, para o qual a região contribui com cerca de 18%.

O intenso processo de urbanização da região vem produzindo sérias contradições sociais. A renda média familiar per capita regional



situa-se entre as maiores de todas as regiões do Paraná. Seus municípios, porém, apresentam considerável desnível, uma vez que os indicadores dos centros mais elevados são cinco vezes mais altos do que os dos menores. Certamente estas diferenças no interior da região acabam por permear os indicadores de saúde e escolaridade, dentre outros.

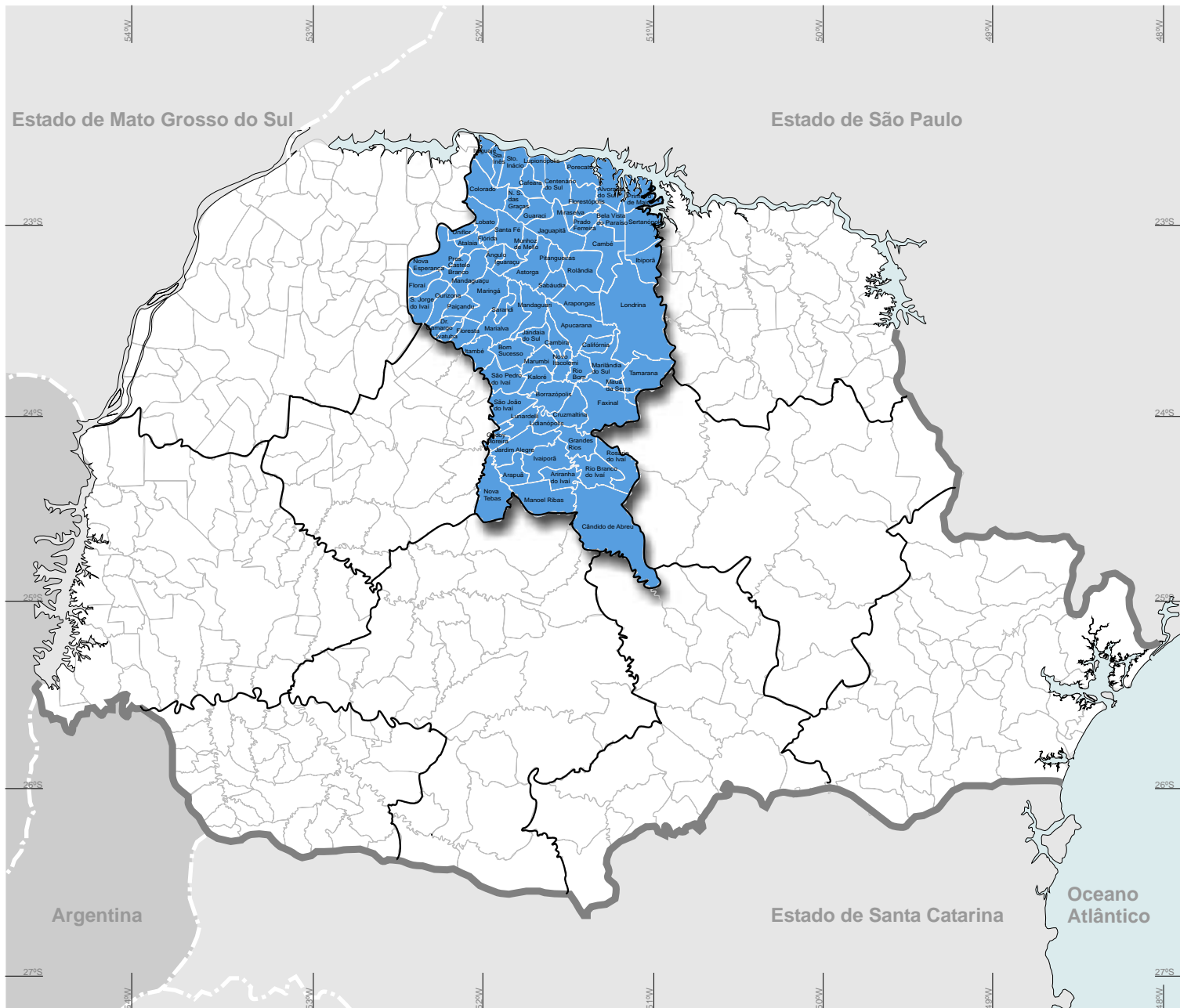
Na área de saneamento, a região apresenta-se com perfil em desequilíbrio: coloca-se dentre as melhores do Estado em abastecimento de água e coleta de lixo, com cobertura dos domicílios em 93,53% e 90,58%, respectivamente. Entretanto, quanto ao esgotamento sanitário, sua rede está entre as mais baixas, pois apenas 37,7% dos domicílios são servidos por coleta de esgotos.



Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações

PDI - LONDRINA/ MARINGÁ

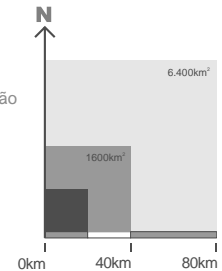
Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI Cascavel - Toledo Foz do Iguaçu

Estes municípios são os centros principais da Região Oeste do Paraná, que apresenta uma extensão geográfica de 22.840 km² e uma população de 1.078.584 habitantes, posicionando-se entre as maiores densidades demográficas do Estado, com 47,22 habitantes por km².

O grau de urbanização é de 77,02% e está em crescimento nas últimas décadas, especialmente em Foz do Iguaçu e Cascavel, crescendo em médias superiores às demais regiões. Por outro lado, aproximadamente 20% de seus municípios perdem população, em especial nas áreas rurais.

Uma forte característica é a produção de grãos (soja, trigo e milho). Possui no total do Estado as maiores participações no valor da produção agrícola e também da pecuária. O cultivo mecanizado tem grande qualidade, sendo que 82% de suas principais culturas estão em commodities. São importantes também: moderna cotonicultura, mandioca em processo de agroindustrialização e café, especialmente com cultivo adensado.

A região especializa-se na produção de aves e suínos, como também na produção de leite com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial em regime cooperativado.

Industrialmente, apresenta elevado grau de concentração de atividades na agroindústria, com foco na produção de alimentos (17,06%), posicionando-se no terceiro lugar do Estado.

Com relativa expressão, estão presentes na economia local a indústria da madeira, a do mobiliário, a do segmento metal-mecânico, assim como a indústria têxtil e a de confecção.

Essa região tem a terceira maior participação do Estado em valor adicionado, bastante influenciada pela produção e distribuição da energia elétrica de Itaipu.

Não há como deixar de identificar o fator complexidade e diferenciação, especificamente da região que Foz do Iguaçu polariza, concomitantemente como pólo turístico e aglomeração internacional, estrategicamente situada no acesso às fronteiras, com vocação para centro intermodal de cargas. A região apresenta, portanto, perfil



favorável ao turismo de negócios, ao turismo ecológico e à realização de eventos. Caracteriza-se, finalmente, por uma forte estrutura de arrecadação de royalties de compensação financeira pelas terras alagadas para a geração de energia elétrica.

Na ocupação formal da mão-de-obra, em 69% dos municípios prevalece a ocupação do setor primário. Nos menores municípios, a administração pública tem peso relevante na estrutura ocupacional. Cerca de 85% dos domicílios estão ligados à rede de água, 86% recebem coleta de lixo e apenas 24,09% têm esgotamento sanitário, índice muito baixo.

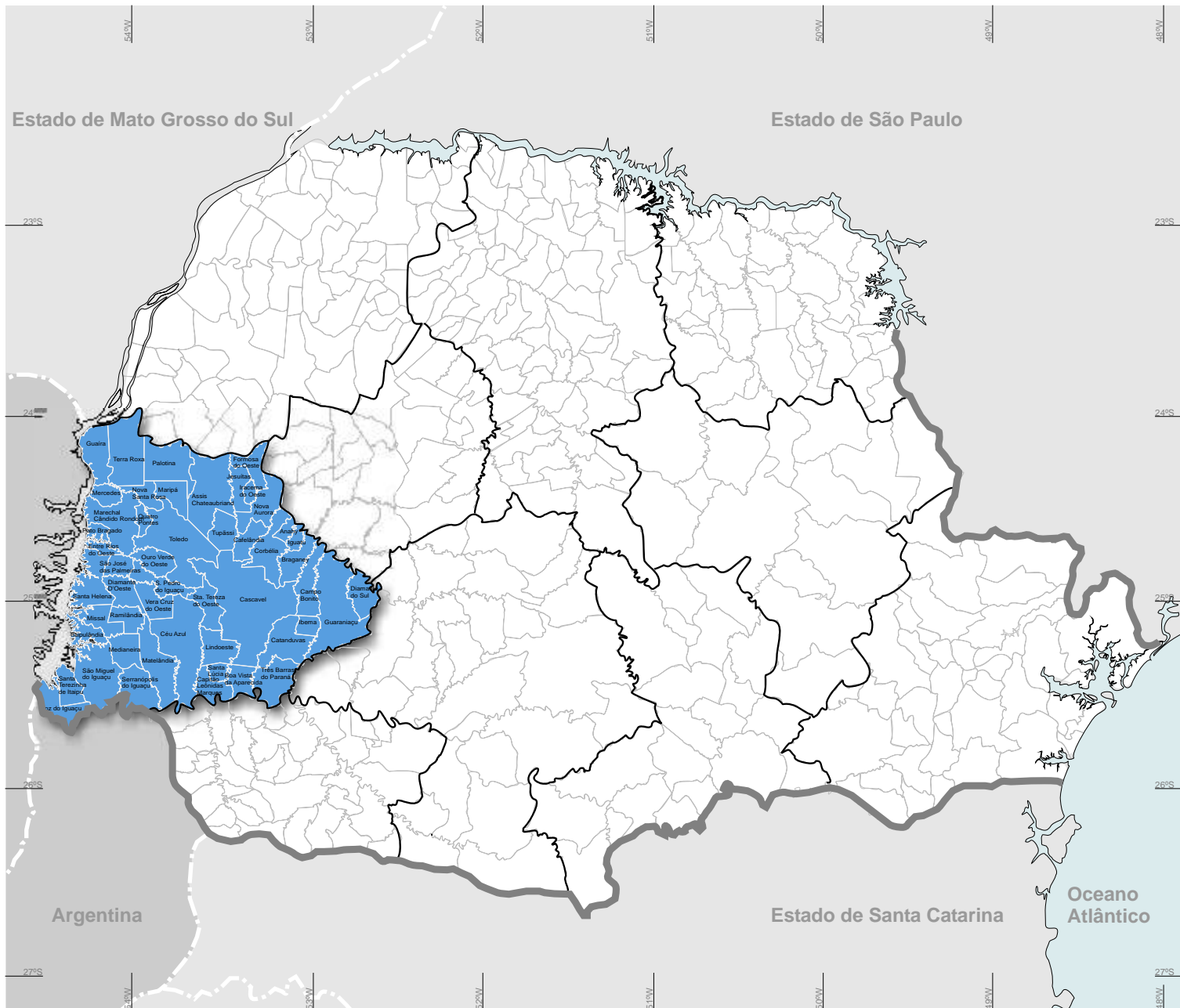
A escolaridade da população da região é considerada baixa, com a média de 4 anos de estudo.



Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações

PDI - CASCAVEL - TOLEDO - FOZ DO IGUAÇU

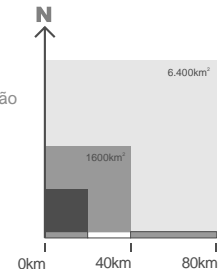
Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA





Plano de Desenvolvimento Regional - PDR Centro

Com 912.228 habitantes, a Região Central do Paraná se estende desde Teixeira Soares, no sudeste do Estado, até Quarto Centenário, na região centro-ocidental. Tem como principais pólos urbanos Guarapuava e Campo Mourão, e como cidades de importância regional Irati, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Goio-erê. Além de parte da região sudeste e da totalidade da região centro-ocidental do Estado, abrange também parte da região centro-sul paranaense. Responde por cerca de 8,7 % do PIB estadual e 15,8 % do setor primário do Estado.

A porção sudeste da região é caracterizada por predominância de pequenas propriedades, agricultura basicamente familiar, cultivo principalmente de alimentos (feijão, arroz e batata), com alguma organização de cooperativas, mas ainda com porte reduzido.

Como atividade industrial, encontra-se em Prudentópolis adiantado processo de desenvolvimento da indústria têxtil, ao lado de unidades de produção de papel e celulose.

Mais a oeste, na região centro-sul, é pre-dominante a pecuária extensiva e o cultivo de grãos, principalmente de soja e milho.

Em Guarapuava está sediada uma importante cooperativa agrícola: a Cooperativa Agrícola de Entre-Rios. A região abriga empreendimentos industriais de produção de

alimentos, beneficiamento de madeira e produção de papel e celulose.

No limite oeste da região central, na região de Campo Mourão, há grande produção de soja, trigo e cana-de-açúcar com alto índice de mecanização. As pequenas e médias propriedades produzem algodão e café, além da cultura de subsistência.

Do ponto de vista do desenvolvimento industrial, a região tem um diversificado parque de indústrias.

Este parque está relacionado a produtos alimentares (beneficiamento de soja, fábrica de margarina, moinho de trigo) e usinagem do álcool.

Um fator de extrema importância para o desenvolvimento da agroindústria regional é a existência, em Campo Mourão, da COAMO, maior cooperativa do Estado, que tem impulsionado tanto o setor primário como o processo de industrialização.



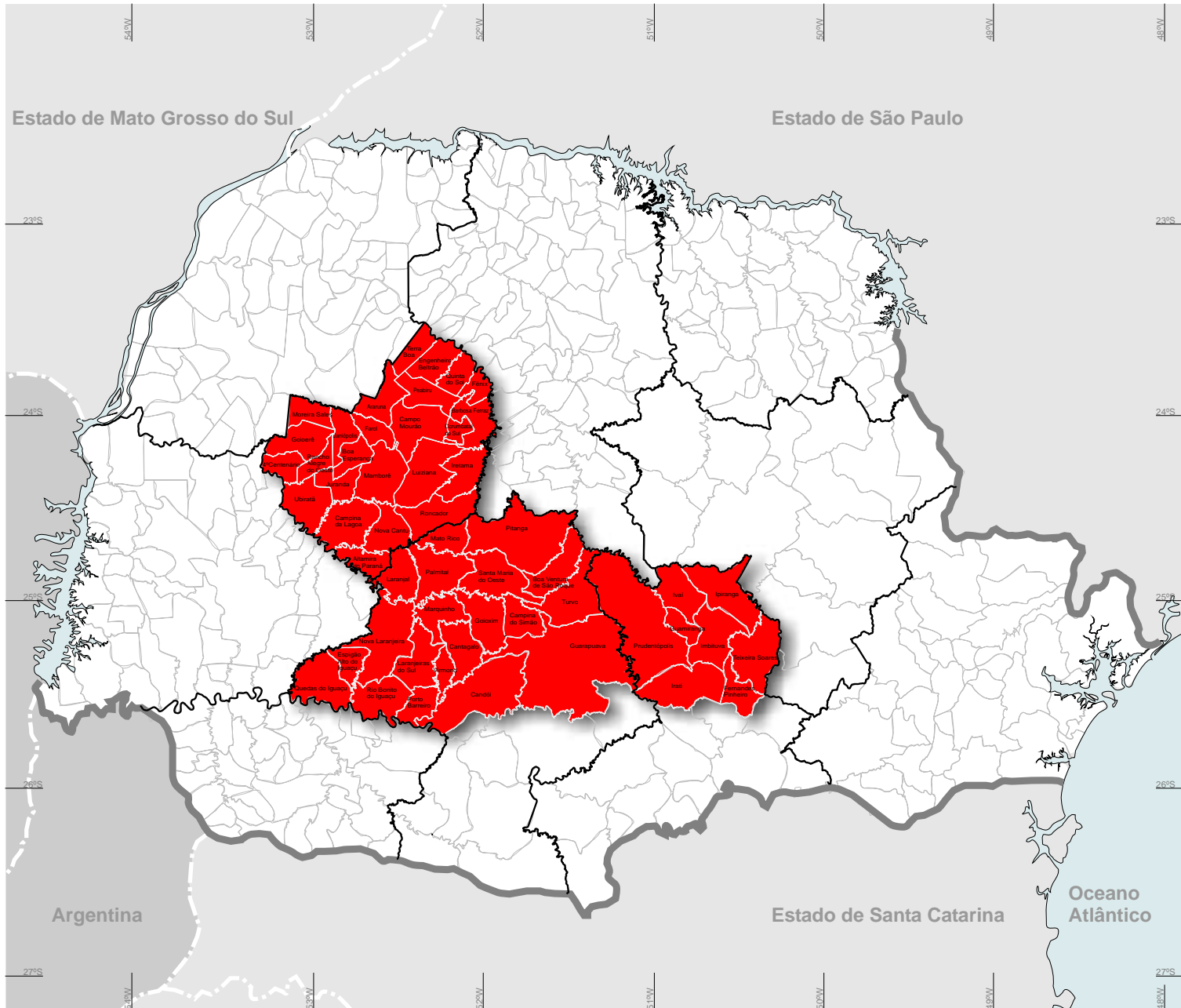
Além destas, encontram-se na região importantes unidades industriais em Araruna (indústria moveleira) e Terra Boa (confeccções).







Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

PDR - CENTRO

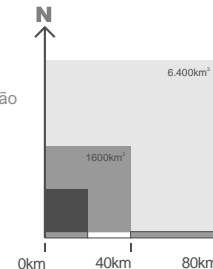
 Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

-  Limite Paraná
-  Anel de Integração
-  Rodovia Federal
-  Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



Plano de Desenvolvimento Regional - PDR Noroeste

A Região Noroeste do Paraná tem como principais centros os municípios de Paranavaí e Umuarama. Apresenta uma extensão geográfica de 24.600 km² e uma população de 628.840 habitantes (6,98% da população do Estado), com uma densidade demográfica de 25,56 habitantes por km².

Apresenta um grau de urbanização de 75% e mais duas características demográficas: o lento crescimento da população urbana (média de 1,3% a.a.), praticamente metade da taxa de crescimento do Estado, e o acentuado declínio da população rural, com as maiores perdas entre todas as regiões do Estado, com taxa de aproximadamente -6% ao ano. Um dado chama atenção: de 1970 até 1996 perdeu aproximadamente 77% de sua população, ou seja, cerca de 550.000 habitantes.

Uma característica dessa região é o tipo de solo, que se apresenta altamente erodível (arenito Caiuá), o que compromete a agricultura e o desenvolvimento rural. Responsável mais direto pelo êxodo rural registrado, significou sobretudo a limitação da cultura cafeeira, importante motor de crescimento anterior da região, ainda que se apresente como muito importante na atual economia do Estado.

A atividade pecuária se expande na região, concentrando um dos maiores rebanhos para corte e leite em todo o Paraná.

Além do café e pecuária, a cotonicultura também tem expressão, com aproximadamente 18% da área colhida no Estado. Vale ressaltar que apresenta sinais de declínio, dada a crise da cotonicultura tradicional.

A região apresenta sinais de reestruturação agrícola, intensificando o cultivo de mandioca voltado à produção de fécula in natura e modificada. Apresenta também inserções da cana-de-açúcar e da laranja, estreitamente associadas ao processo agroindustrial.

Embora a região apresente baixos índices de valor adicionado ao setor industrial do Estado, no cenário da indústria destacam-se alguns gêneros, como confecção e têxtil. Apresenta-se também com relativa expressão na indústria química, com ênfase no complexo sucro-alcooleiro.

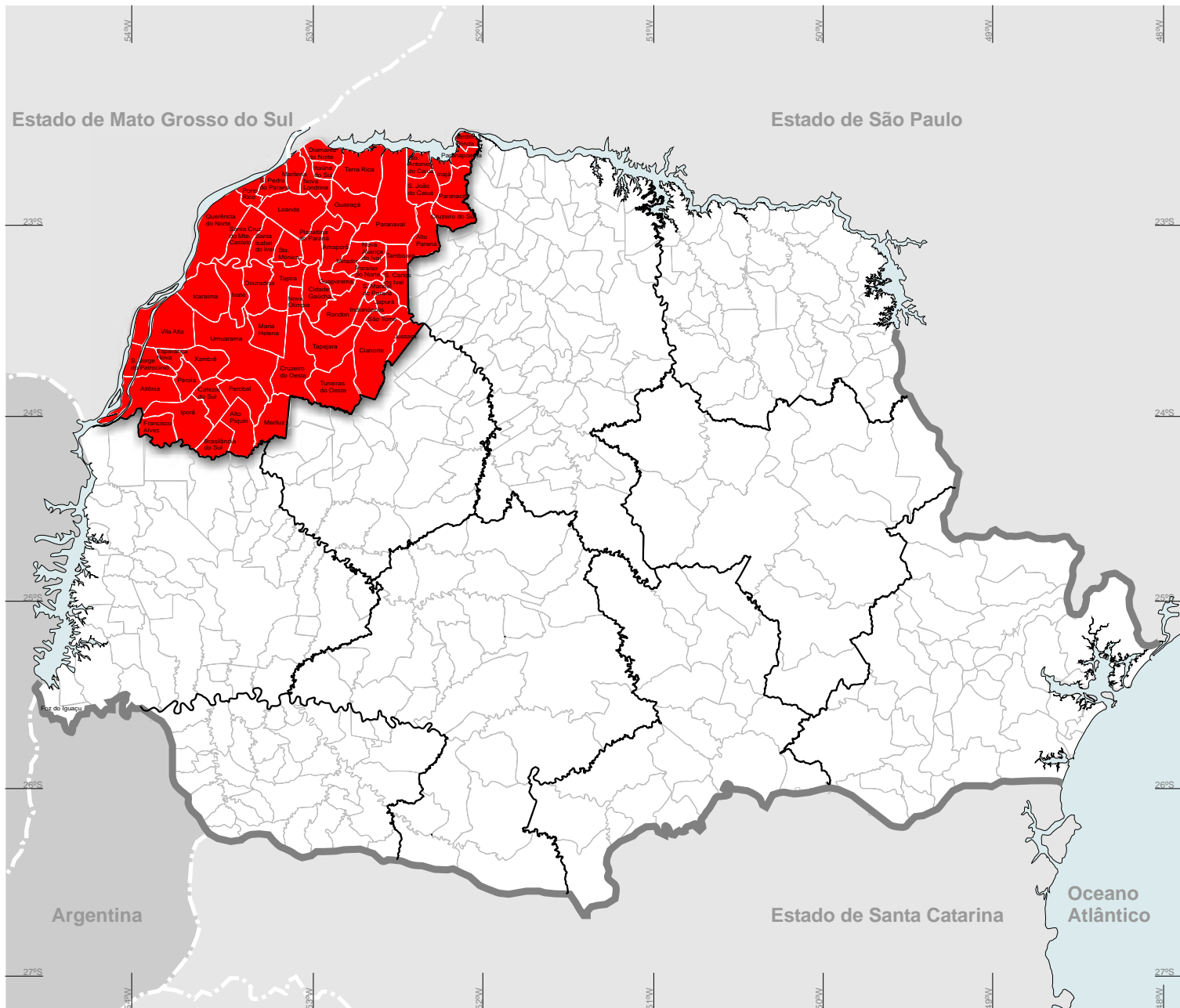


Mais de 50% da mão-de-obra são dedicados às atividades agropecuárias, ocupação principal dos trabalhadores em mais de 70% dos municípios. Em alguns municípios com grau de urbanização superior a 75% é predominante a conjunção de atividades dos setores secundários e terciários.

A renda per capita é relativamente baixa. Dos domicílios, 90% são ligados à rede de água. Entretanto os índices da rede de esgoto sanitário e da coleta de lixo são baixos, sendo atendidos respectivamente 14% e 79% dos domicílios.

O padrão de desenvolvimento regional não garante a sustentação da população nos seus centros. Assim, a região apresenta baixa possibilidade de retenção populacional. A atividade econômica, embora em desenvolvimento, não viabiliza a geração de novos postos de trabalho, por não apresentar avanços em termos de qualidade, além de ser uma região de baixíssima escolaridade, com 3,9 anos de estudo em média.





Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

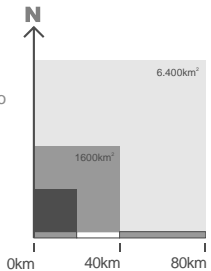
PDR - NOROESTE

Municípios Abrangidos

CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA





Plano de Desenvolvimento Regional - PDR Norte Pioneiro

A Região Norte Pioneiro do Paraná tem como centros principais os municípios de Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Apresenta uma extensão geográfica de 15.799 km² e uma população de 570.178 habitantes (6,5% da população do Estado), com uma densidade demográfica de 34,19 habitantes por km². Apresenta um grau de urbanização de 70% e taxas geométricas de contínuo esvaziamento, com perdas de até 3,85% ao ano na área rural e 0,56% ao ano na sua população total. Em 60,71% de seus municípios essa perda vem ocorrendo desde os anos 70.

Na agricultura da região, embora a produção de commodities represente mais de 50% da sua produção regional, seu peso no âmbito estadual é pequeno, não havendo sinais de avanços na sua produtividade. Registra-se esgotamento de área de plantio. A atividade pecuária prevalece em grandes propriedades, porém com baixo rendimento e pouca expressão.

A fruticultura começa a se desenvolver na região, especialmente com o plantio de laranja. Não há na região a presença significativa de cooperativas e sua agroindústria está ligada aos primeiros beneficiamentos do algodão, o que lhe confere participação elevada no valor adicionado da indústria têxtil (15,67%), estando entre as principais do gênero no Estado. A cana-de-

açúcar reforça a atividade da indústria alimentar e da química. Também tem relativa expressão o processamento do café, com destaque para o solúvel.

A região desempenha também importante papel na indústria do mobiliário. Existe ainda a possibilidade de reforço no gênero da mecânica, dada a expansão de algumas empresas. Existe atividade metalúrgica, porém sem expressão. É um dos menores mercados formais da indústria de transformação do Estado. Por essa razão sua mão-de-obra concentra-se no gênero alimentício, seguido do têxtil e da madeira.

Nos municípios de menor grau de urbanização permanece o emprego na atividade agropecuária.

Apresenta também alta dependência das administrações municipais.

A região acompanha o padrão de renda média das regiões



menos dinâmicas do norte do Estado, estando mesmo assim em situação de superioridade em relação às menos dinâmicas do sul.

Em saneamento, 85,63% dos domicílios estão ligados à rede de água, 86,58% à coleta de lixo e 42,89% têm esgotamento sanitário.

Essa região está inserida no contexto de esvaziamento, não havendo aparentemente nenhum fator que modere ou reverta esse processo.


De modo geral, pelas características de sua base produtiva e pela restrita capacidade de investimento, esse esvaziamento deve aumentar nas áreas rurais, atingindo também seus núcleos urbanos.

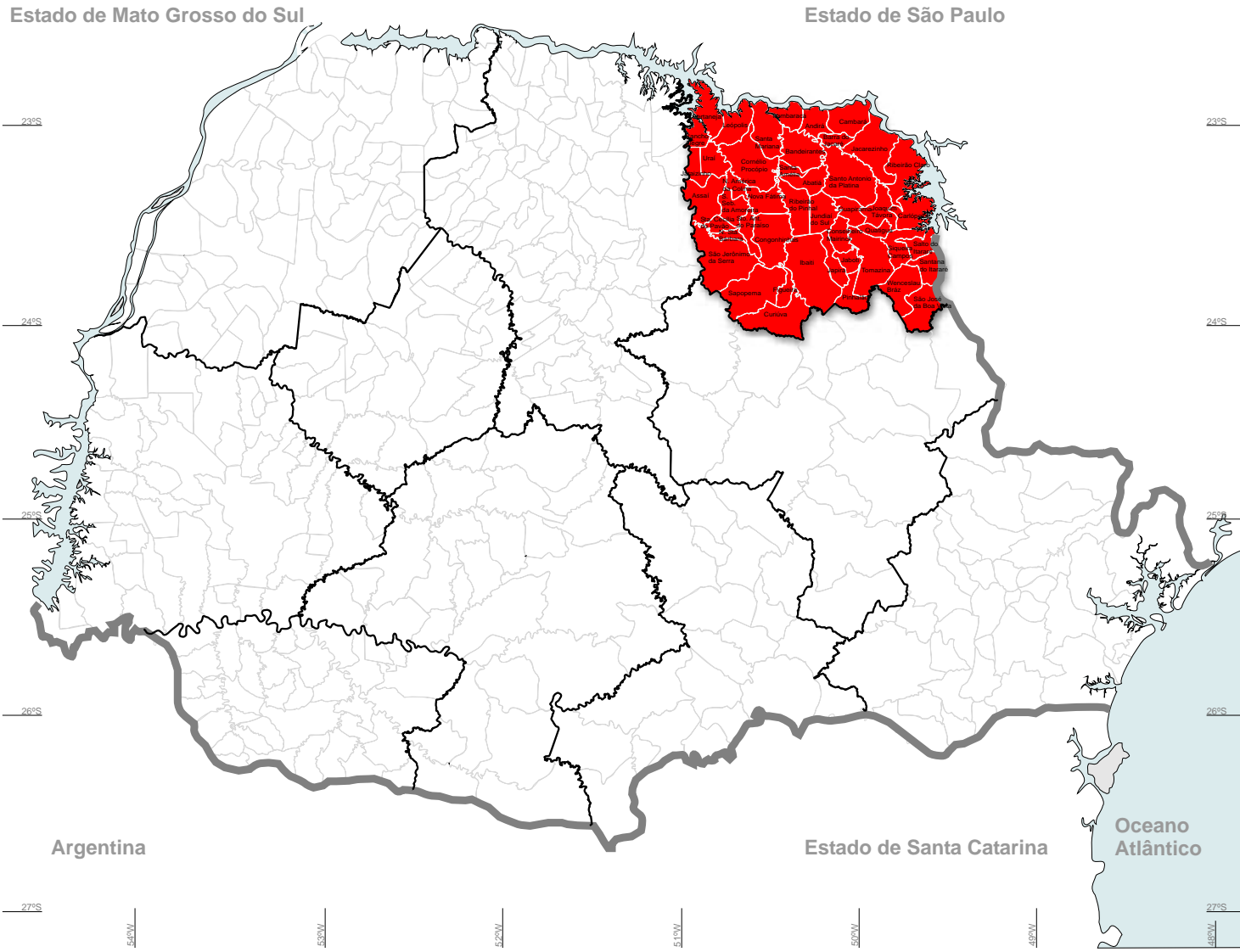
Paradoxalmente, a região apresenta elevado grau relativo de escolaridade.







Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

PDR - NORTE PIONEIRO

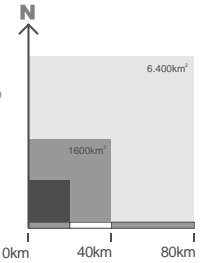
 Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

-  Limite Paraná
-  Anel de Integração
-  Rodovia Federal
-  Rios

ESCALA GRÁFICA



Plano de Desenvolvimento Regional - PDR Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira é uma das áreas de maior concentração de pobreza do sul do país, apresentando baixíssimos índices de desenvolvimento social. Com 4.136 km² e uma população de 32.973 habitantes (densidade de 7,97 habitantes/km²), tem altos índices de analfabetismo e baixíssimos níveis de renda.

Formada pelos municípios de Tunas do Paraná, Adrianópolis, Dr. Ulysses e Cerro Azul, esta região, formalmente dentro da Região Metropolitana de Curitiba, reúne as mais variadas carências, associadas a um processo de estagnação econômica que há décadas tem castigado sua população.

As principais atividades econômicas da região são reflorestamento, extração mineral, pecuária e indústria madeireira. Na agricultura cultiva-se milho, feijão, mandioca, além de algumas espécies frutíferas, como a laranja, a tangerina e o abacate.

As dificuldades para o desenvolvimento na região são principalmente associadas aos seguintes fatores:

- Inexistência de rede viária que dê suporte ao desenvolvimento da região - os municípios são atendidos por duas rodovias: a BR 476, que liga Curitiba à Ribeira, conhecida como a Estrada da Ribeira, que só é pavimentada entre Curitiba e Tunas do Paraná, e a PR 092, conhecida como Rodovia dos Minérios, que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul e Dr. Ulysses, também sem pavimentação.

A falta de rodovias adequadas faz com que os investimentos possíveis de serem atraídos para a região busquem outros destinos, além de influir negativamente na já precária estrutura produtiva local, pela repercussão nos custos de transporte.

- Falta de regularização fundiária - muitas propriedades rurais não são escrituradas, são apenas posses com grau variável de regularização, o que impede o acesso a sistemas de crédito e a procura por investidores de outras regiões.

- Baixa qualificação de mão-de-obra - com índices de analfabetismo adulto superiores a 20% da população nessa faixa etária, em todos os municípios da região, a força de trabalho dos municípios do Vale do Ribeira não é atraente para empreendimentos industriais, cada vez mais exigentes com relação à qualificação da força de trabalho.

- Geomorfologia e fatores de preservação ambiental - a



região tem um relevo bastante acidentado, o que impede a exploração de culturas mecanizadas. Também abriga uma importante área remanescente de Mata Atlântica. Isso faz com que, por um lado, as áreas não sejam adequadas a práticas agrícolas mecanizadas, que são usualmente mais rentáveis do ponto de vista econômico, e, por outro lado, o imperativo da preservação também impede a utilização do solo com finalidade de exploração agrícola extensiva.

Sem dúvida, o principal fator da estagnação econômica do Vale do Ribeira é a absoluta falta de plano de desenvolvimento regional, em que se estabeleçam estratégias de desenvolvimento econômico com ações de desenvolvimento social, para assim permitir o resgate desta região de volta ao universo produtivo do Estado do Paraná.

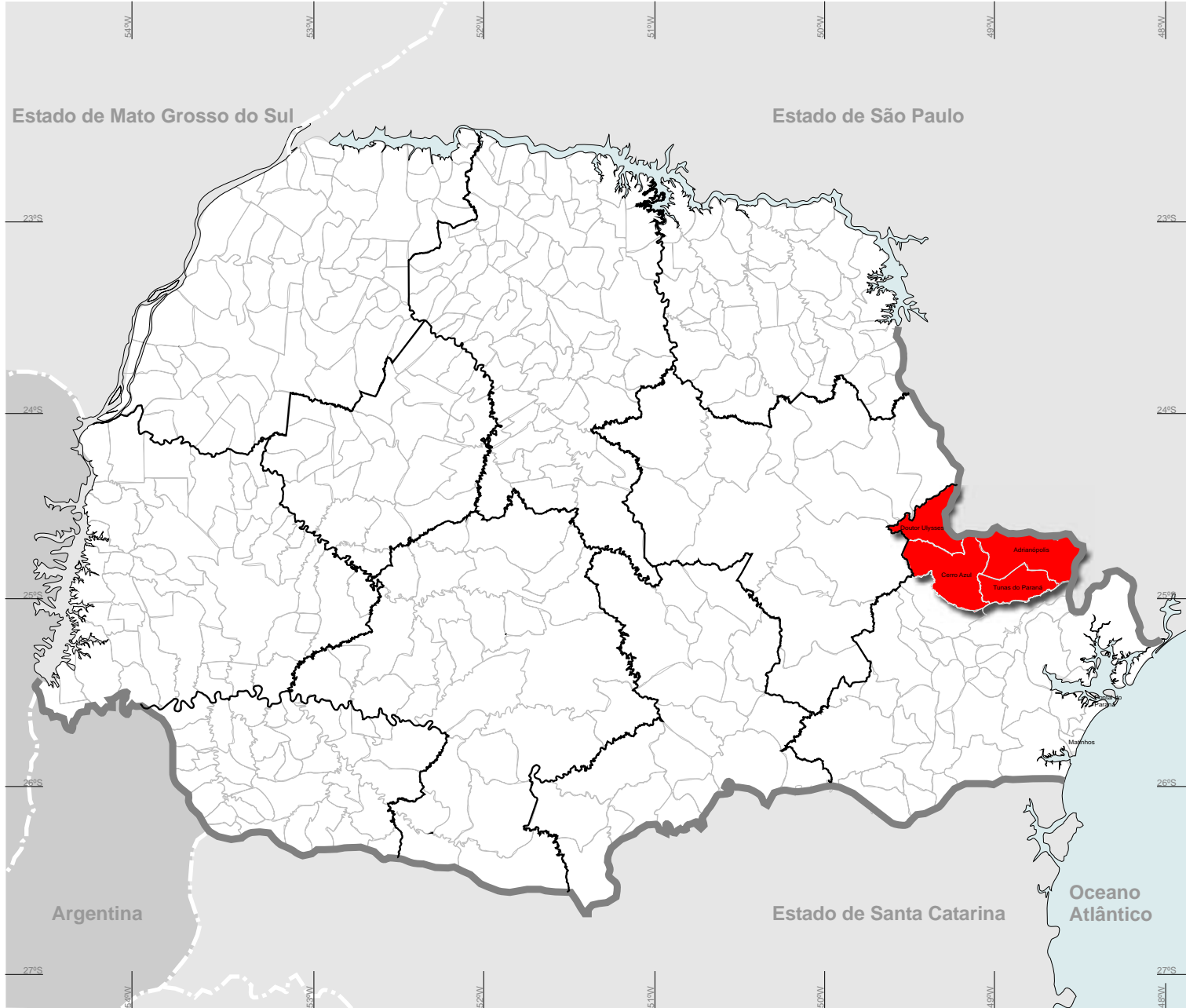
Cabe destacar a existência de proposta do Ministério de Integração Nacional nesse sentido, que pouco tem avançado, abrangendo também o lado do Vale do Ribeira de Iguape em território paulista.



Promoção Acelerada de Regiões Deprimidas

PDR - VALE DO RIBEIRA

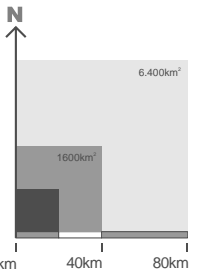
Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

Plano de Desenvolvimento Regional Integrado PDRI - Litoral

Com 235.840 habitantes, o Litoral do Paraná é uma das regiões que apresentam melhores condições potenciais de desenvolvimento da atividade turística em geral e do ecoturismo em particular.

Formado pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, tem na cidade de Paranaguá o seu pólo regional, onde está instalado um dos maiores portos do país e onde vive mais da metade da população regional (127.339 habitantes).

É também uma área onde se situam alguns dos principais remanescentes da Mata Atlântica e o Complexo Estuarino-Lagunar do Superagüi, tombado como Patrimônio Universal da Humanidade.

Na agricultura, o litoral produz principalmente frutos (banana, laranja, tangerina, abacaxi), arroz e tomate.

Na pecuária destaca-se a criação de gado (principalmente bubalinos) e a criação de frangos, bem como o desenvolvimento da piscicultura na porção serrana da região.

A atividade portuária contribui para o estabelecimento de atividades de suporte, com indústrias de alimentos, serviços de alojamento, empresas de transportes, dando apoio ao processo de desenvolvimento do município de Paranaguá, no qual está sendo implantado um

pólo industrial que abrigue empreendimentos para o processamento de bens para a exportação.

À margem deste processo, o município de Paranaguá divide a região em duas partes, com características bastante distintas e que pouco ou nada têm se beneficiado do desenvolvimento do pólo.

Ao sul estão as cidades de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Estas cidades são procuradas todos os verões por visitantes para repouso e diversão, mas ainda principalmente como balneários.

Com uma população flutuante que ultrapassa um milhão de habitantes, este trecho da região litorânea do Paraná pode vir a ser uma importante referência para o turismo do Sul do Brasil.

Entretanto, isto não será possível enquanto não houver investimento na infra-estrutura urbana e receptiva.

Algumas ações têm sido feitas visando ao aproveitamento turístico de sítios de valor ambiental nesses municípios, mas têm



faltado articulação e investimento para que elas resultem em desenvolvimento econômico e social para a região.

Enfrentando período de baixa atividade econômica na maior parte do ano, uma vez que as estruturas empresariais estão quase que exclusivamente dedicadas ao atendimento ao veranista, cabe analisar a possibilidade da diversificação da base econômica regional, com atividades compatíveis com a vocação turística e a preservação ambiental.

No norte-noroeste da região estão os municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Os dois primeiros têm cidades históricas que abrigam edificações centenárias, além de possuírem outros apelos de caráter turístico muito atraentes, como a culinária e alguns passeios. Contam com uma rede de hotelaria e de restaurantes variada e adequada, o que permite à atividade turística se desenvolver satisfatoriamente. Já Guaraqueçaba é um município com um riquíssimo patrimônio ambiental, que tem como vocação o ecoturismo, abrigando uma das principais reservas privadas do País. Seu acesso é por estrada de terra, com cerca de 80 quilômetros a partir de Antonina, e a exploração turística que pretenda desenvolver deverá ter uma estreita e rígida sintonia com a preservação ambiental.

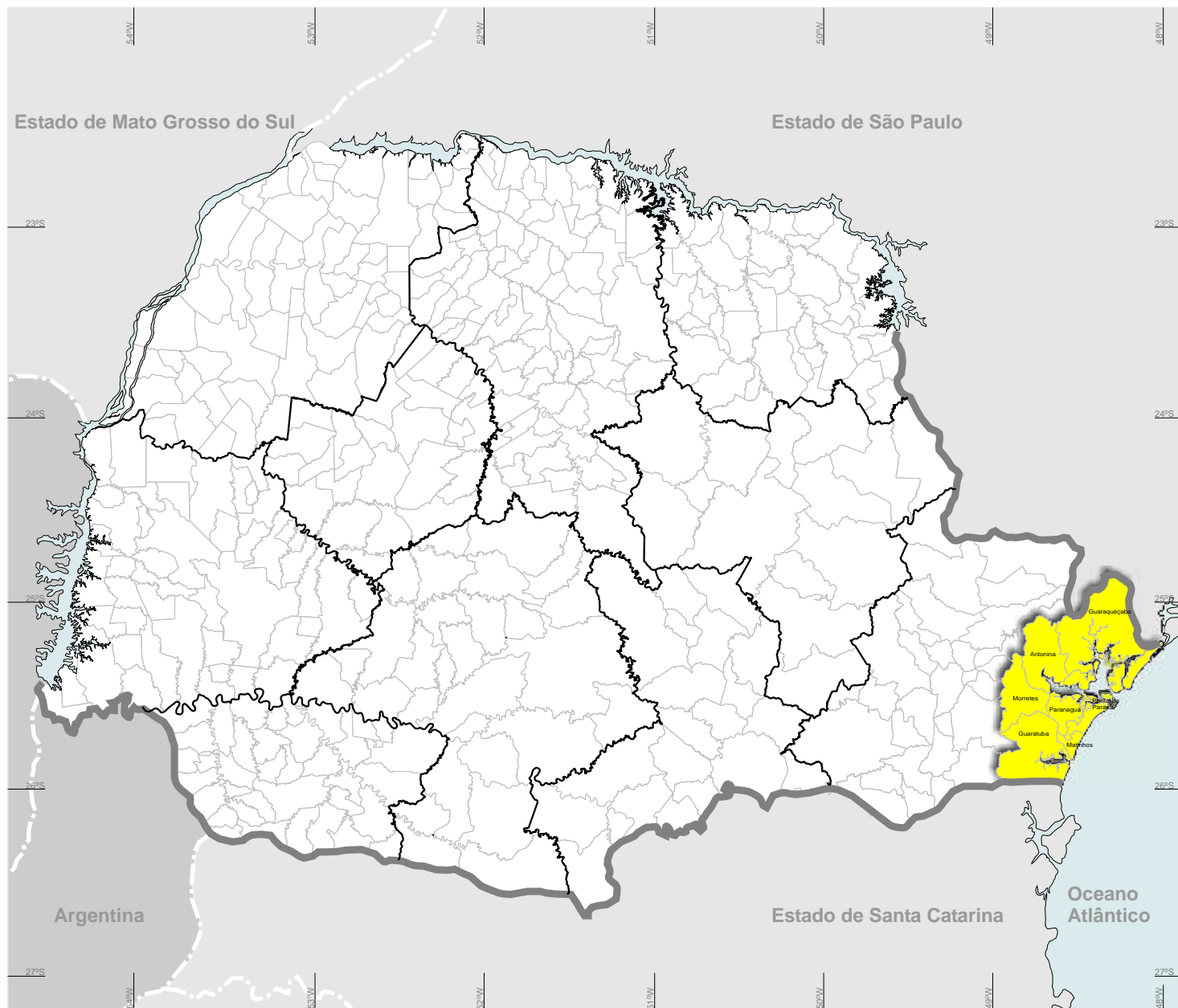
Também com severas restrições ao aproveitamento turístico, mas com importante perspectiva de implantação de turismo ambiental, estão as ilhas do Complexo do Superagüi.







Atuação Dirigida a Regiões Especiais

PDRI - LITORAL

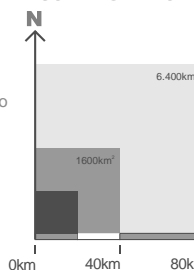
 Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

-  Limite Paraná
-  Anel de Integração
-  Rodovia Federal
-  Rios

ESCALA GRÁFICA





Plano de Desenvolvimento Regional Integrado PDRI - Corredor do Rio Iguaçu

O Corredor do Iguaçu corresponde ao recorte da parte central da macrobacia desse importante rio, estendendo-se por toda a região sul do Estado, desde São João do Triunfo, nos limites da Região Metropolitana de Curitiba, até Capanema, na divisa com a Argentina. Tem 816.275 habitantes e representa 11,7 % da agropecuária do Estado.

O primeiro trecho do corredor é na região sudeste do Estado, onde seus maiores pólos regionais são os municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul. Conta com representativas reservas de araucárias e florestas naturais, e predominam as pequenas propriedades. É uma região de produção de alimentos, destacando-se o arroz, o feijão e a batata. O maior destaque na agricultura da região é o cultivo do fumo, com mais da metade da produção do Estado. Os principais segmentos industriais são a indústria madeireira, assim como a usina de extração e refino de xisto e a Incepa, de revestimentos cerâmicos, ambas sediadas em São Mateus do Sul.

O segundo compreende parte da região centro-sul paranaense e tem como referências as cidades de Palmas e Pinhão. Esta região é de uso rural mais extensivo, com preponderância das atividades ligadas à pecuária e ao cultivo de

soja e milho, e elevado padrão tecnológico.

Apesar de importante produtora de insumos para a indústria de alimentos, o setor industrial preponderante é o madeireiro.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995, quase 7% das grandes propriedades do Estado, com mais de 2.000 hectares, encontram-se nesta região.

Algumas das mais importantes reservas indígenas do Estado também estão nesta região, nos municípios de Palmas e Mangueirinha.

No último segmento, o corredor engloba a região sudoeste do Estado, que tem nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão suas principais referências em termos de estruturação urbano-regional. Com a estrutura fundiária mais equilibrada do que o anterior, mescla produção extensiva, de milho e soja, com agricultura familiar e de



alimentos, com pequenos e médios produtores rurais e um desenvolvido sistema de cooperativismo. Na indústria destacam-se as confecções de Ampére, uma empresa produtora de fogões e carrocerias em Pato Branco e várias empresas de processamento de alimentos e do setor moveleiro. Por outro lado, é uma das regiões que mais têm perdido população (perda média anual de cerca de 2,9% da população rural) possivelmente como consequência da crescente mecanização da agricultura regional.

Em termos gerais, visto como um todo, o Corredor do Iguaçu combina pequenas propriedades ao lado da produção extensiva, um segmento importante mas restrito da indústria de beneficiamento de alimentos e práticas bem-sucedidas de cooperativismo. É uma região de agricultura consolidada, reunindo amplas condições para que se desenvolva um amplo processo de agro-industrialização, captando-se e fomentando-se investimentos para aumentar o valor agregado da produção local.

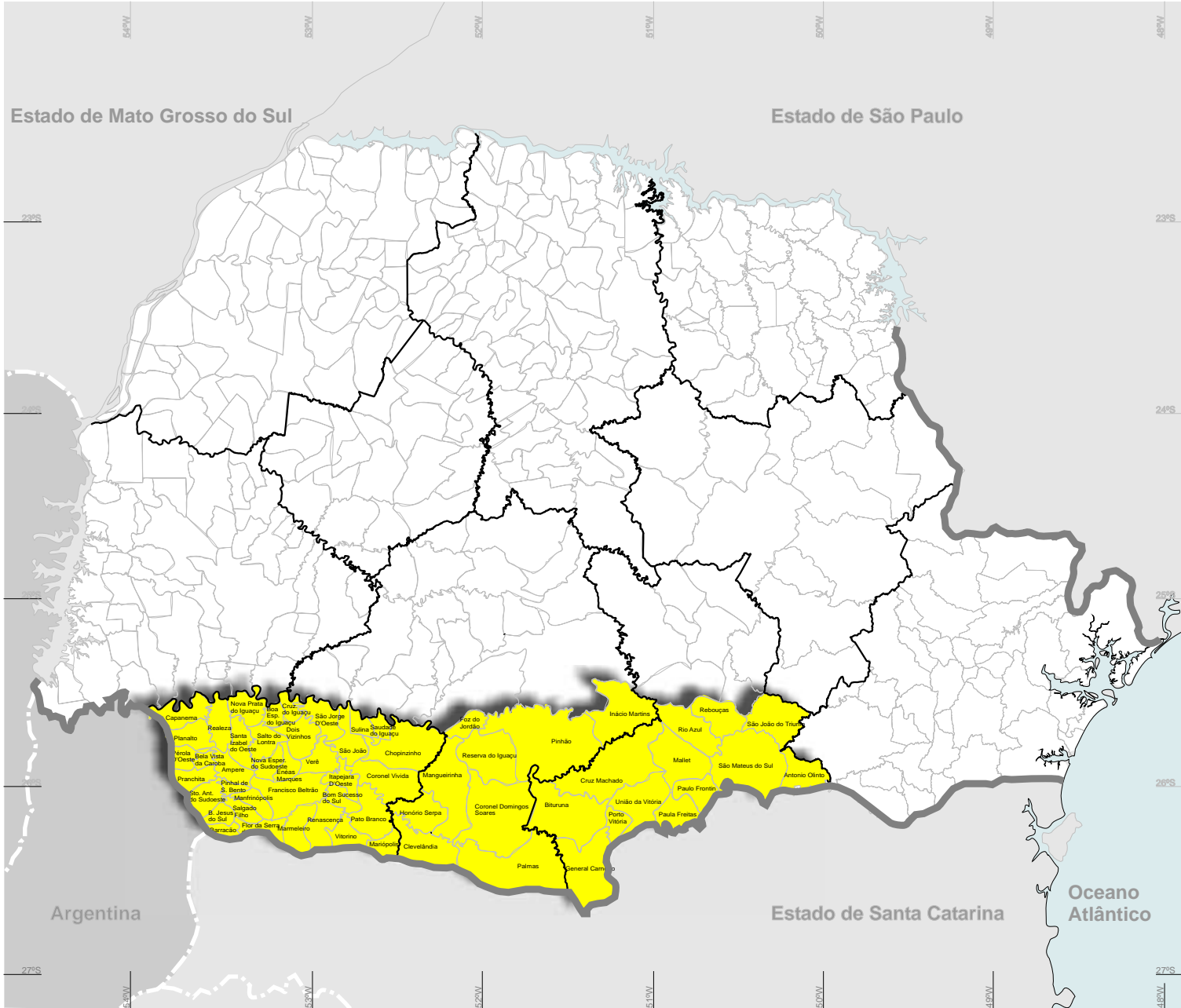
O recorte adotado subtrai os espaços correspondentes às nascentes e à foz do Rio Iguaçu, que são objeto dos programas de estruturação regional integrada, respectivamente da Região Metropolitana de Curitiba e da região de Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu.



Atuação Dirigida a Regiões Especiais

PDRI - CORREDOR DO IGUAÇU

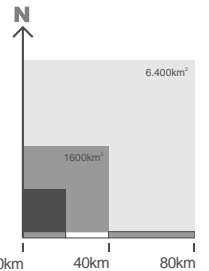
Municípios Abrangidos



CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



GOVERNO DO
PARANÁ

Política de
Desenvolvimento
Urbano

Política Urbana

Política de Desenvolvimento Urbano

Assim como os municípios das aglomerações urbanas maiores vêm apresentando complexidade e diversificação das suas demandas, como resultado de intensa urbanização, as pequenas e médias cidades do interior paranaense também sofrem os efeitos da urbanização abrupta. Algumas carecem de melhor estruturação urbana para aprimorar seu desempenho como pólos regionais ou sub-regionais; outras lutam para manter o equilíbrio populacional, sob forte impacto de evasão nos seus municípios.

Por um lado, a Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná contém a estruturação integrada e articulada da sua rede de cidades, com centralidades funcionais sucessivas cobrindo todo o território estadual.

Por outro lado, a instituição ou consolidação de um processo de planejamento urbano local contínuo, assessorado pelo planejamento estadual indicativo, pode orientar a reestruturação necessária de cada cidade, assim como assegurar os instrumentos para impulsionar recursos e atividades que reforcem seu papel na rede de cidades.

Viabilizando cidades nas quais a oferta universalizada de bens e serviços e a perspectiva de ocupação estimulem a permanência e o aumento da população, essas centralidades polarizadoras contribuem indiretamente para a contenção dos fluxos destinados à aglomeração maior ou metropolitana.

A Política de Desenvolvimento Urbano, além das aglomerações urbanas - objeto de programa de estruturação integrada de suas regiões, desdobra-se em três programas:

- de cidades médias;
- de cidades pequenas;
- de cidades com carências urgentes.



Programas Urbanos

Programas de Cidades Médias

Entende-se por cidades médias aquelas que exercem função de pólos regionais ou sub-regionais e que não integram aglomerações urbanas. Desempenham papel relevante ao oferecer apoio imediato à produção agropecuária, o que torna sua funcionalidade urbana quase sempre especializada. Além de oferecerem a possibilidade de acesso a bens e serviços, essas cidades podem vir a tornar-se ainda produtoras de informação, quando detêm instituições de ensino e pesquisa pura e aplicada, voltadas às peculiaridades regionais.

Ao mesmo tempo, tais centros são subordinados a determinantes externos, que orientam demandas, custos e preços nacionais e internacionais de sua produção. É sua capacidade de articular-se regionalmente e de cumprir às determinações externas que garante seu papel na rede de cidades, o que exige atenção específica no sentido de promover ou reforçar essa capacitação, evitando sua fragilidade.

Para essa categoria de centros, assim como para outros com população superior a 20 mil habitantes, prevê-se a elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo disposições constitucionais e habilitando o município à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Essa recomendação estende-se também a municípios com população inferior a esse patamar populacional, desde que incluídos em aglomerações urbanas, conforme disposto no mesmo estatuto, como forma de garantir o planejamento e a gestão democrática desses espaços em sua totalidade, evitando a desigualdade entre os municípios integrantes de uma mesma aglomeração.



Programas de Cidades Pequenas

Recomendam-se estudos de zoneamento às cidades pequenas, com população inferior a 20 mil habitantes, orientando a ocupação e uso do solo dos municípios de que são sedes.

Estas pequenas cidades são mais vulneráveis pela incapacidade da sua dinâmica multiplicadora e, portanto, têm dificuldades de darem sustentação à sua população em idade ativa.

Zoneamento de todo o território municipal com plano diretor simplificado instrumentaliza a gestão. Do mesmo modo, projetos específicos, propulsores de atividades urbanas, asseguram a ampliação da possibilidade de atrair ou reter população, o que se torna muito importante para aqueles municípios que estão em regiões assoladas pela migração de seus habitantes.

O instrumental proposto corresponde à simplificação do conteúdo básico do Plano Diretor, adequada à menor complexidade destas cidades e também à sua menor capacidade de mobilização de recursos direcionados às principais questões locais.

É fundamentado em uma visão dos cenários possíveis de crescimento do município, apoiando-se para tanto em cartografia básica com análise das tendências ambientais, demográficas, econômicas e sociais.

O zoneamento municipal define diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano e para todo o território do município, incluindo, além do zoneamento esquemático do uso do solo construído e natural, a definição da hierarquia da rede viária e do arruamento, assim como do acesso a equipamentos e serviços, de modo a atingir todo o quadro municipal.

A formulação do zoneamento municipal deve ainda focalizar a geração de emprego e renda como orientação para o desenvolvimento urbano.

São definidos também a legislação urbana e os mecanismos que possibilitem a implantação do planejamento municipal, de modo a se ter um processo permanentemente atualizado.



Programas de Cidades com Carências Urgentes

Em todas as regiões do Estado, alguns municípios destacam-se por elevado grau de carências, impondo-se ação emergencial.

Embora o Paraná apresente indicadores agregados econômicos de elevado desempenho, internamente ao Estado existem conjuntos extensos de municípios que revelam condições tanto de baixo grau de desenvolvimento quanto de exclusão social.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o ano 2000⁶ varia de 0,620 a 0,856 entre os 399 municípios paranaenses. Destes, 288 têm o IDH-M inferior ao do Brasil (0,764), conforme mostrado no mapa correspondente.

Por esse indicador, quanto mais próximo de 1,000 melhor o nível de desenvolvimento humano.

Analisando os componentes desse indicador (longevidade, alfabetização, frequência à escola e renda média da população), têm-se situações de extrema carência, distribuídas estadualmente de forma tópica, independentemente de região.

Assim, percebem-se tanto municípios com os menores índices de IDH-M em regiões com base agropecuária quanto nas aglomerações industrializadas. Nestas, por serem áreas de alta densidade populacional, os volumes de população com baixo desempenho nesse indicador salientam a urgência de medidas de inclusão social.

A Região Metropolitana de Curitiba é um bom espelho ao revelar a desigualdade regional no comportamento dos municípios quanto ao IDH-M: basta ver que, dos seus 26 municípios, 2 situam-se entre os 20 com os melhores índices no Estado do Paraná e outros 2 entre os 20 com os menores índices. Isto parece lógico por conviverem nessa região a cidade que é a capital, principal pólo estadual, e cidades em municípios de instalação recente, que estão no Vale do Ribeira, região de conhecidas dificuldades de desenvolvimento.

Deve-se, no entanto, ter claro que os municípios com carências urgentes estão identificados sob duas ordens, uma de natureza quantitativa e outra qualitativa:

- os que detêm um número excessivo de população de baixa renda necessitando medidas sociais urgentes;
- aqueles cuja estrutura de oferta de serviços públicos, infraestrutura social e, principalmente, de geração de oportunidades de



renda é precária.

Dada a diferença de natureza, ações distintas devem destinar-se a cada caso, todas, porém, implicando o fortalecimento institucional e a capacitação para atenção às demandas da população pobre.

Tais ações devem consubstanciar-se em planos de ação imediata, sem, porém, deixar de ter em conta a aderência aos demais instrumentos de planejamento da região.



Política de Desenvolvimento Urbano

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

FUNTE: IPARDES

- Cidades Pequenas
- Cidades de Porte Intermediário
- Cidades Médias (exercem função de pólos)
- Aglomerações Urbanas

POPULAÇÃO URBANA

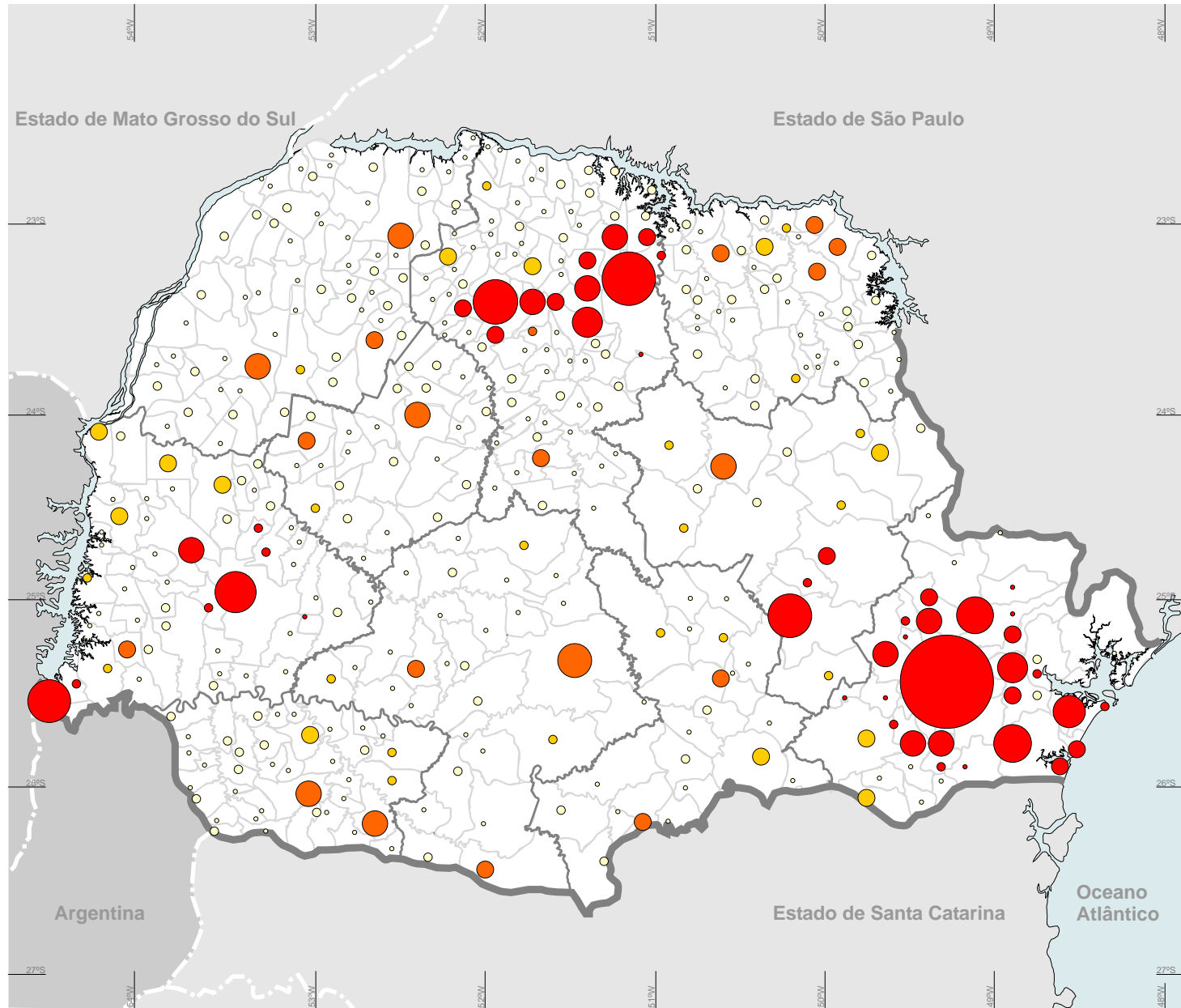
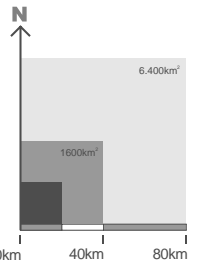
FUNTE: IBGE-2000

- Até 5.000 habitantes
- 5.000 - 20.000 habitantes
- 20.000 - 50.000 habitantes
- 50.000 - 100.000 habitantes

CONVENÇÕES

- Limite Paraná
- Anel de Integração
- Rodovia Federal
- Rios

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



Projetos Urbanos

Proposta de Desenvolvimento Urbano

A proposta para o Desenvolvimento Urbano do Paraná se concretiza através de Projetos Urbanos, para os quais concorrem as administrações municipais, em articulação com o planejamento indicativo estadual e com as representações dos segmentos atuantes da sociedade local.

Em decorrência das especificidades de cada cidade e cada município, a ação estadual se atém aos alinhamentos básicos definidos nas políticas correspondentes, incentivando a elaboração dos respectivos Projetos Urbanos no âmbito municipal.

Correspondentemente à abrangência dos programas de cidades médias, de cidades pequenas e de cidades com carências urgentes, os Projetos Urbanos se desenvolvem com relação aos seguintes tópicos:

- Planos Diretores Municipais;
- Zoneamento Municipal;
- Planos de Ação Imediata.



Planos Diretores Municipais

A Constituição Federal, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Constituição do Estado do Paraná são claros ao estabelecer que o Plano Diretor é o principal instrumento da política urbana. É obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes e também para aquelas que se inserem em aglomerações urbanas.

É por intermédio dos Planos Diretores que se caracteriza o cumprimento da função social da propriedade urbana e a cidade realiza seu potencial.

Esses Planos têm como escopo o território municipal com ênfase na análise da inserção da sede municipal na rede de cidades e na região polarizada pela aglomeração urbana, esta quando for o caso. O horizonte mínimo para os cenários de análise e propostas é de dez anos. Os Planos dão início a um processo de planejamento municipal permanente, devendo ser revistos a cada dez anos.

Os Planos devem adequar-se ao porte do espaço urbano planejado e focar as principais questões locais.

Os Planos Diretores Municipais devem respeitar as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, tendo como eixo fundamental:

- a inclusão social;
- a geração de empregos;
- o desenvolvimento vocacionado e sustentável.

O conteúdo básico de um Plano Diretor deve abranger os seguintes temas:

Análise

- Território Municipal (contexto regional e local);
- Cenários e tendências (demográficas, econômicas, sociais e condicionantes ambientais) para dez anos;
- Contexto institucional de planejamento;
- Acesso da comunidade a equipamentos e serviços urbanos por bairro;
- Áreas ocupadas irregularmente e áreas de risco ambiental.

Objetivos

- Objetivos gerais que deverão ser desdobrados em metas com indicadores (conforme



estabelecido pelo planejamento indicativo estadual a partir das formulações da PDU);

Propostas

- Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano e para o meio ambiente incluindo no mínimo os seguintes temas: abastecimento de água, esgoto, coleta e disposição do lixo; macrodrenagem; transporte; meio natural (áreas protegidas e hidrologia); aprimoramento do sistema de planejamento estratégico, além de nucleação de bairros e acesso a equipamentos e serviços urbanos por bairro; regularização fundiária, geração de emprego e renda alcançadas com a implantação do Plano;
- Definição de instrumentos;
- Organização para implantação do Plano incluindo a participação da comunidade;
- Minuta da Lei de Diretrizes ou Lei do Plano Diretor;
- Minuta da Legislação Urbana Básica (zoneamento, loteamentos, código de obras, perímetro urbano);
- Cartografia básica e temática contendo no mínimo mapasíntese da avaliação e das propostas;
- Definição das ações institucionais e dos projetos prioritários de investimentos (Plano de Ação) imediatos e para os quatro anos seguintes, articulados ao Plano Plurianual (PPA);
- Metas e instrumentos que contribuam para a inclusão social;
- Definição e organização de indicadores e do sistema de monitoramento e avaliação.

A partir da operacionalização das diretrizes do Plano Diretor Municipal, a administração local tem condições de estabelecer um processo de planejamento urbano permanente na sua estrutura funcional.



Zoneamento Municipal

Trata-se de plano estratégico de uso do solo e da infraestrutura, abrangendo todo o território municipal, que poderá preceder o Plano Diretor para a cidade sede municipal, a ser implantado em municípios com núcleos urbanos até 20.000 habitantes.

Nesta escala, o fato urbano está intimamente atrelado ao seu entorno rural, assim como às ligações viárias com todo território municipal, que também são vinculadas à centralidade polarizadora regionalmente.

O zoneamento se estabelece predominantemente por largos segmentos espaciais, considerando-se os compartimentos ambientais existentes e articulando-se à hierarquia do sistema viário básico.

Identifica tendências gerais de crescimento da malha urbana, de modo a organizar a localização da infra-estrutura e dos equipamentos indutores da urbanização.

No zoneamento são fundamentais o controle do uso do solo no entorno de áreas ambientalmente protegidas, nas áreas ocupadas dentro do perímetro urbano e nas áreas consideradas como de expansão urbana.

No plano institucional é fundamental a integração intersetorial e territorial, para que o município possa também articular-se no âmbito regional e estadual.



Planos de Ação Imediata

Correspondem os Planos de Ação Imediata à definição dos projetos prioritários de investimentos (plano de ação) para os próximos 5 anos, visando a maior eficácia no exercício do planejamento urbano, atingindo as situações mais emergenciais.

São utilizados para a execução de ações imediatas em municípios e/ou parte de aglomerações urbanas, definidos como prioritários no quadro de inclusão social, por estarem em condições de extrema carência.

Concomitantemente com as ações propostas, incluem também a mobilização de recursos humanos e financeiros para implementação das atividades previstas, visando à sua implementação mais acelerada.

No Paraná, em 2000, havia 700 mil domicílios particulares permanentes cujos chefes recebiam no máximo 1 salário mínimo, representando 26% do total de domicílios paranaenses. Desse grupo, 171.700 chefes declararam não auferir nenhum rendimento.

Considerando que a média de moradores é 3,6 pessoas por família, os domicílios de baixa renda abrigam, portanto, cerca de 2,5 milhões de pessoas, ou seja, um quarto da população do Estado do Paraná.

Entre os municípios paranaenses foram observadas três situações distintas:

- municípios com elevado número de chefes de domicílios com rendimento inferior a 1 salário mínimo, sendo considerados extremamente carentes os com mais de 2.000 chefes nessa condição;
- municípios com elevada proporção de chefes de domicílios com rendimento inferior a 1 salário mínimo, sendo considerados extremamente carentes os com mais de 40% dos chefes nessa condição;
- municípios que apontam para as duas situações extremas, uma proporção de mais que 40% dos chefes de domicílios auferindo renda inferior a 1 salário mínimo e um contingente de chefes nessa condição superior a 2.000 pessoas; estes municípios foram considerados os mais críticos entre todos os do Paraná.

Em termos de estratégias de ação, essas situações exigem tratamento diferenciado. O primeiro caso requer que se acione um conjunto de políticas sociais emergenciais, no sentido de aliviar algumas carências básicas dessa população, criar alternativas de renda e promover sua inserção social. No segundo e terceiro casos, além



dessas políticas, deve-se considerar também programas de revitalização regional e local, bem como um apoio maior por parte do Governo Estadual, dado que se tratam de municipalidades com menores recursos financeiros e institucionais para fazer frente ao quadro de carências.

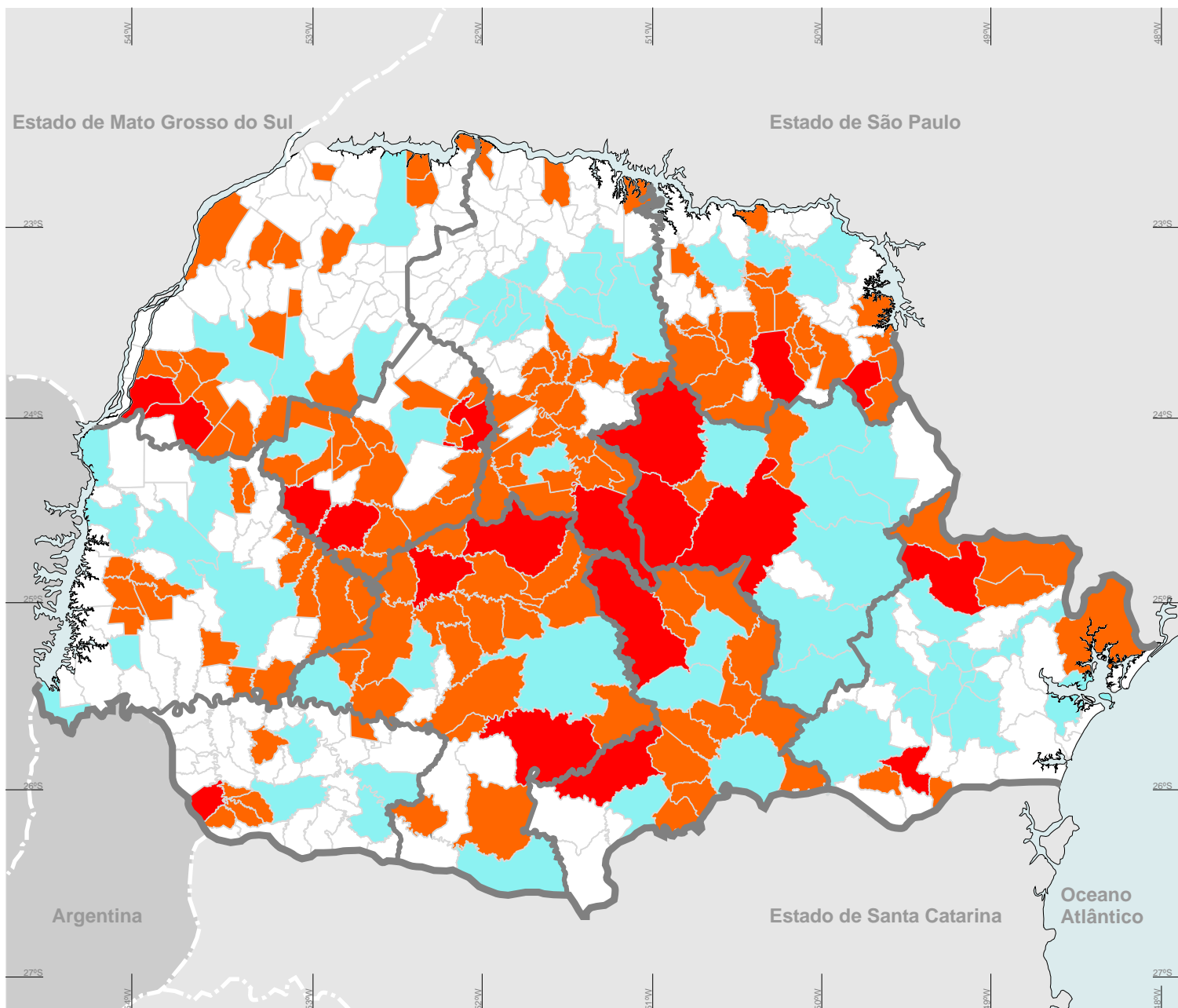


Municípios de Baixa Renda

MUNICÍPIOS DE BAIXA RENDA

FONTE: IBGE; IPARDES / 2003

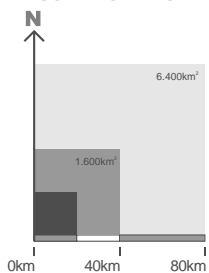
- Municípios Críticos**
 (Mais que 40% do total de chefes e mais que 2.000 chefes de domicílio com renda inferior a um salário mínimo)
- Municípios com elevadas proporções de pobres**
 (Mais que 40% do total de chefes e menos que 2.000 chefes de domicílio com renda inferior a um salário mínimo)
- Municípios com elevados contingentes de pobres**
 (Mais que 2.000 chefes e menos que 40% do total de chefes de domicílios com renda inferior a um salário mínimo)
- Demais Municípios**
 (Menos que 40% do total de chefes e menos que 2.000 chefes de domicílio com renda inferior a um salário mínimo)



CONVENÇÕES

- Limite
- Paraná
- Regional
- Municipal

ESCALA GRÁFICA



Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano



Ações para
a Política de
Desenvolvimento
Urbano e
Regional

Ações Urbanas e Regionais

Desenvolvimento Urbano e Regional

O objetivo das ações previstas para reorganizar o território paranaense é garantir o suporte territorial adequado à promoção do desenvolvimento regional sustentado, com condições de competitividade, equidade e de respeito ao meio ambiente. Para buscar um desenvolvimento harmônico do Estado é necessária uma ação de planejamento e de coordenação administrativa que faça com que o Estado e os municípios atuem cada vez mais como parceiros voltados para o mesmo resultado, o bem-estar da população que abrigam.

Neste sentido, cabe ao Estado identificar as oportunidades de ações integradas, nas diversas realidades regionais, e instrumentalizar o poder público e a sociedade local para uma ação coordenada e eficiente das políticas de desenvolvimento regional.

Com abrangência adequada em escala estadual, regional e municipal, cada uma das ações previstas deve ser coerente com as políticas específicas de cada setor da administração estadual e com as metas e parâmetros estabelecidos, dentro do que se segue:

- Ordenação do Espaço com Suporte dos Ecossistemas;
- Adequação da Infra-estrutura e dos Serviços Urbanos:
 - Sistema Viário, Transporte de Passageiros, Energia, Saneamento e Telecomunicações;
- Adequação dos Equipamentos e Serviços Sociais: Educação, Saúde, Segurança, Cultura, Esporte e Lazer;
- Acesso à Habitação e Melhoria das Condições de Habitabilidade;
- Reordenamento Institucional Estadual do Planejamento Urbano e Regional.



Ordenação do Espaço com Suporte dos Ecossistemas

O Paraná necessita rever as suas estratégias de crescimento para permitir que o processo de desenvolvimento, além de renovado e ampliado, tenha seus benefícios compartilhados por toda a população. Nesse sentido, a formulação de políticas setoriais deve ser consistente em cada região do Estado.

No que diz respeito à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, o espaço deve ser organizado para formar uma base territorial adequada, de modo a:

- controlar as estruturas territoriais no que diz respeito aos recursos naturais;
- otimizar o processo de urbanização e de organização da rede de cidades;
- dinamizar o uso da terra através da definição das condições para o manejo agropecuário intensivo, do turismo e das demais atividades econômicas;
- internalizar positivities externas;
- implantar obras e atividades capazes de dar suporte à priorização de ações estaduais, com efeitos multiplicadores na socioeconomia regional;
- criar bases para o planejamento de mecanismos diferenciados de incentivo, estimulando o equilíbrio e o crescimento interno das regiões;
- implantar projetos de impacto nos locais críticos para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, o espaço municipal e a rede de cidades devem ser otimizados, através de:

- sua inclusão no desenvolvimento regional;
- definição das condições para o manejo agropecuário intensivo, do turismo e das atividades econômicas municipais;
- zoneamento municipal;
- promoção do adensamento do espaço urbano nas cidades;
- reforço à identidade na cidade integrada;
- resgate/dinamização/criação de diferenciação funcional local;
- implantação de novos padrões urbanísticos ajustados à



capacidade de suportar os investimentos necessários à criação da cidade sustentável, competitiva e solidária;

- eliminação da fragmentação urbana pelo controle do uso do solo, suprimindo disparidades dos valores imobiliários pela redistribuição da oferta de infra-estrutura e serviços urbanos e abertura de novas áreas à urbanização;
- criação de centros de apoio a cooperativas de produção e agregação de valores aos produtos locais;
- reforço das funções urbanas centrais de atendimento ao interior rural.

Embora a legislação estadual tenha evoluído, a relação entre a urbanização e áreas protegidas e corredores de biodiversidade é ainda bastante rudimentar, haja vista a continuada ocupação de áreas geologicamente instáveis e a deterioração da qualidade de mananciais de água e da paisagem.

É necessário, portanto, garantir a conservação dos biomas significativos através da estruturação físico-institucional da base ambiental a proteger.

Há que se ter uma consciência clara que o desenvolvimento urbano e regional pressupõe o desenvolvimento sustentável.

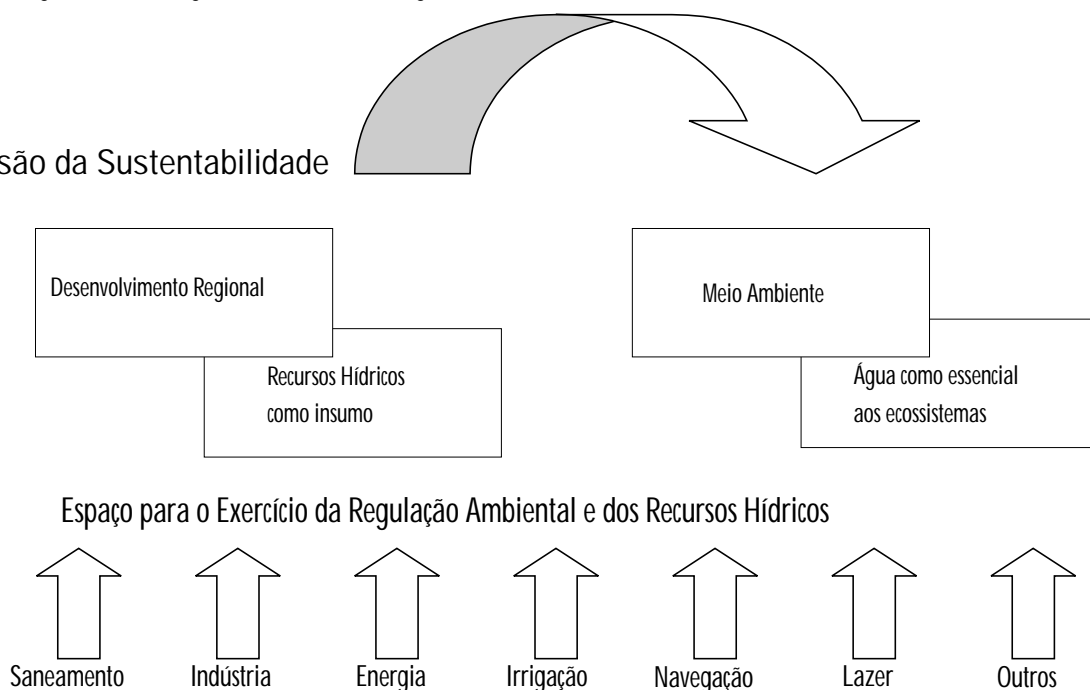
Para tanto, em cada região ou município, impõe-se a definição de áreas ambientalmente protegidas, de áreas geomorfologicamente frágeis, da rede hidrográfica dos

remanescentes florestais e biomas, exercendo ações para ajustar os instrumentos que o Estado instituiu para a recuperação, monitoramento e controle do meio ambiente, através de:

- Realização de Inventário Sócio-Ambiental;
- Definição de Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Estabelecimento de Programa de Recomposição dos Ambientes Naturais;
- Estabelecimento de Programas de Desenvolvimento Auto-Sustentado;
- Revisão da Política de Controle de Recursos Naturais, principalmente no que diz respeito ao uso da água e dos recursos minerais, à fauna e à flora.



Tensão da Sustentabilidade



Espaço para a Regulação da Prestação de Serviços por Setores Usuários (abastecimento de água potável e coleta de esgotos; geração de energia e os demais)



Por sua importância no processo de Articulação dos Recursos Hídricos e do Desenvolvimento Urbano é fundamental:

1 - garantir um esquema geral de articulação institucional entre desenvolvimento urbano, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, como mostrado no esquema anterior.

2 - estabelecer os instrumentos de interesse na gestão dos recursos hídricos e do uso do solo, considerando que:

- a disponibilidade hídrica não é somente um dos elementos estruturantes do desenvolvimento, como também pode exercer a função de fator de integração intersetorial, na dimensão em que a água reflete, dadas suas múltiplas interfaces, os processos de apropriação dos recursos ambientais em sua bacia hidrográfica, recuperando o que a visão técnico-analítica do ser humano setorializou;

- aqui, a faculdade de simulação do comportamento dos corpos hídricos, mediante modelagem matemática, permite utilizar a água como fator de ordenamento do território, servindo ao diagnóstico e à previsão de impactos associados a diferentes cenários de desenvolvimento regional e dos respectivos processos de uso e ocupação do solo, notadamente quando estes resultam em agravamento das condições naturais de seca, cheias e inundações ou em quadros de poluição concentrada dos corpos d'água. Em suma, a

água pode servir como indicador privilegiado da eficácia e pertinência de intervenções antrópicas no meio ambiente.



Adequação da Infra-Estrutura e dos Serviços

O sucesso do desenvolvimento do Estado está apoiado nas condições que possa oferecer para dar suporte às atividades produtivas, de comercialização e de escoamento de produção. O Paraná construiu, ao longo das últimas décadas, uma infra-estrutura capaz de atrair e atender a um diversificado parque industrial que aqui se instalou, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, juntamente com uma rede de produtores agrícolas que seguidamente vem batendo recordes de produtividade. Recentemente esta infra-estrutura tem sido vítima de uma ótica privatizante que muitas vezes tem se dissociado do interesse público, promovendo ações que não são apenas lesivas aos cofres estaduais, mas a toda a sociedade, tirando a competitividade da empresa paranaense, onerando a produção e retirando do Estado os instrumentos dos quais poderia dispor para promover o desenvolvimento econômico.

É necessária uma formulação consistente de política de suporte alternativo ao desenvolvimento econômico frente à nova realidade e uma estrutura de regulação econômica e social dos serviços privatizados, sob o risco de se perder a competitividade em relação a outros pólos emergentes e se permitir a manutenção dos prejuízos aos setores produtivos do Paraná.

Caberá ao governo a recuperação e a consolidação da infra-estrutura do Estado, das regiões e dos municípios, como suporte ao desenvolvimento econômico e social de suas diversas regiões no que diz respeito a:

- Sistema Viário Regional e Municipal que permita a acessibilidade física;
- Sistema de Transporte de Passageiros nos âmbitos regionais e municipais;
- Sistema de Transporte de Cargas e Logística, abrangendo:
 - Armazenagem;
 - Rodoviário;
 - Ferrovário;



- Hidroviário;
Marítimo;
Aeroviário;
Dutoviário;
- Sistema de Distribuição de Energia;
 - Sistema de Saneamento Ambiental, abrangendo:
Abastecimento de água;
Esgotamento sanitário e industrial;
Macro drenagem e drenagem urbana;
Disposição final do lixo;
 - Sistema de Telecomunicações.



Adequação dos Equipamentos e Serviços Sociais

Em cada pólo da rede de cidades e municípios, as políticas de governo devem funcionar de modo simultâneo e articulado, tendo como foco o bem-estar da população local.

O desenvolvimento do Estado do Paraná é, sob este prisma, consequência natural do desenvolvimento das regiões que o constituem.

Por outro lado, com o crescimento das cidades, os limites e as responsabilidades de cada município tornam-se cada vez menos precisos.

E o atendimento a várias demandas fica fora do alcance isolado das prefeituras.

Por isso, é necessário que as prefeituras planejem e ajam em parceria com o Estado, para chegarem a soluções regionais com vantagens para todos e com economia de escala.

Com esta união é possível transformar as regiões e as cidades do Paraná em lugares cada vez melhores, graças às ações empreendidas simultaneamente em seis áreas:

- Educação;
- Cultura;
- Saúde;
- Segurança;
- Esporte e Lazer;
- Habitação.



Acesso à Habitação e à Melhoria das Condições de Habitabilidade

Estima-se que o Paraná tenha um déficit habitacional de 260.648 casas, segundo dados da Fundação João Pinheiro em 2003.

Por estas razões a COHAPAR prevê ações no sentido de fazer frente a este desafio, seguindo estas diretrizes gerais:

- Atendimento prioritário à população com renda até 3 salários mínimos;
- Política específica, interligada à questão urbana e ambiental, para a Região Metropolitana de Curitiba;
- Programas habitacionais vinculados aos Planos Diretores dos Municípios com empreendimentos inseridos na malha urbana (Estatuto da Cidade);
- Sistemas construtivos que garantam o barateamento da construção e a real participação da população;
- Elaboração do Plano Estadual de Habitação, considerando o Plano de Desenvolvimento do Estado e com a participação da sociedade.

As ações previstas serão desenvolvidas através de 6 programas habitacionais básicos:

1. Casa da Família PSH;
2. Casa da Família FGTS;
3. Casa da Família Rural;
4. Autoconstrução Familiar;
5. Lote da Família;
6. Direito de Morar.



Reordenamento Institucional Estadual do Planejamento Urbano e Regional

Até hoje a administração estadual se ressentia da falta de uma posição consistente no estabelecimento de diretrizes para a estruturação da base física urbana, municipal e regional adequada às atividades econômicas e às necessidades sociais do Estado e de mecanismos institucionais capazes de orientar o planejamento e gestão das administrações locais.

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional a ser implantada no Estado terá como objetivos:

- Equacionar a escassez e fragilidade dos mecanismos institucionais de planejamento e gestão urbana e regional nas esferas municipais e estadual;
- Consolidar a base institucional da implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná;
- Criar suporte ao fortalecimento da autonomia municipal.

Para tanto, devem ser desenvolvidas ações com vistas a:

- Analisar planos diretores existentes;
- Realizar planos regionais e diretores de acordo com a legislação;
- Estabelecer diretrizes para a organização institucional das legislações urbanísticas, de acordo com o nível hierárquico e funcional das cidades, respeitando as especificidades locais;
- Apoiar o fortalecimento da capacidade administrativo-financeira dos municípios;
- Estabelecer e implantar instrumentos institucionais adequados para a gestão regional;
- Obedecer rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Obedecer rigorosamente o Estatuto da Cidade;
- Dar assistência às administrações municipais;
- Utilizar a força de trabalho inteligente das Universidades, em cada região, no processo de planejamento e gestão regional, municipal e urbana.





Política de Desenvolvimento Institucional



Política Institucional

Política de Desenvolvimento Institucional

Um dos principais objetivos da Política de Desenvolvimento Institucional é também a geração de emprego e renda nos municípios, nas grandes aglomerações urbanas e em todas as regiões do Paraná, como definido pelo planejamento do Governo Estadual e apresentado nos tópicos correspondentes.

Visando à redefinição das atribuições do Estado do Paraná, no sentido de apoiar as administrações dos municípios e regiões, além de captar recursos para financiamento de obras dos municípios e órgãos governamentais, a Política de Desenvolvimento Institucional a ser aplicada pela SEDU/ PARANACIDADE deve voltar-se ao planejamento como um processo permanente.

Assim, a Política de Desenvolvimento Institucional da alçada da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano se desdobra em dois programas:

- de geração de empregos na base municipal;
- de instituição do planejamento como processo permanente.





Programas Institucionais

Programa de Geração de Empregos na Base Municipal

Seguindo a orientação do eixo do planejamento estadual que é a inclusão social, um dos pontos de apoio institucional da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná é a geração de empregos e renda em municípios, nas grandes aglomerações urbanas e nas regiões do Estado.

As intervenções de caráter especificamente urbano devem levar em conta o seu potencial de gerar impactos positivos sobre o emprego e a geração de renda em níveis locais ou regionais.





Programa de Instituição do Planejamento como Processo Permanente

Como estabelecido, o planejamento urbano e regional passará a constituir um processo permanente na SEDU/PARANACIDADE, compondo o quadro de atividades inerentes ao Governo Estadual, mantidas as suas relações funcionais com os níveis regionais e locais, de modo a resultar em ações coesas e integradas.

Para que esse objetivo seja alcançado e para que as propostas apresentadas sejam levadas adiante, deve ser instalada na SEDU/PARANACIDADE uma estrutura técnica, cuja organização e composição serão definidas quando do início da implantação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional.





Projetos Institucionais

Projetos Interinstitucionais Integrados

Os projetos decorrentes do Programa de Geração de Empregos na Base Municipal devem ser articulados como projetos interinstitucionais, integrados de forma a evitar conflitos ou duplicação de seus objetivos específicos, fazendo-os convergir e criando sinergias que ampliem a eficiência e a eficácia do uso dos recursos aplicados para financiá-los.

Esses projetos interinstitucionais devem também ser articulados com as iniciativas privadas e não-governamentais, com o objetivo de definir metas estratégicas de desenvolvimento urbano e regional.

A definição dessas metas deve ter por base a articulação sistêmica das seguintes diretrizes:

- ampliar o potencial de expansão, diversificação e de geração de valor adicionado da base produtiva local ou regional;
- incorporar crescentemente inovações tecnológicas ("criar algum produto ou processo novo ou fazer de uma forma melhor o que já vem sendo feito") com o objetivo de manter o dinamismo dessa base a médio e longo prazo;
- favorecer a expansão do emprego e da empregabilidade (educação, saúde, etc.) da população economicamente ativa local;
- ampliar as alternativas de inclusão social visando à redução dos níveis de pobreza familiar e melhoria da distribuição de renda;
- eliminar o analfabetismo adulto;
- garantir a sustentabilidade do meio ambiente local e regional;
- favorecer o desenvolvimento dos capitais social e institucional locais.

Quando articuladas sistemicamente, essas diretrizes implicam a redefinição dos atuais padrões de desenvolvimento local ou regional, visando à estruturação de novas trajetórias de consumo e investimento que sejam compatíveis com a urgência de melhorar expressivamente os índices de desenvolvimento humano de municípios e regiões do Paraná.

Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

As soluções de políticas, programas e projetos relativos aos objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano e regional devem estar fortemente relacionadas às especificidades (ou vocações) econômicas, sociais, institucionais e ambientais das grandes aglomerações urbanas do Estado do Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina - Maringá e Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu), das suas regiões relativamente deprimidas (Centro, Noroeste, Norte Pioneiro e Vale do Ribeira de Iguape) ou das que são especiais (Litoral e Corredor do Iguaçu).

De forma semelhante, essas soluções devem levar em conta a diferenciação e a densidade dos elos de interação da rede urbana estadual (pólos e subpólos regionais), conforme o porte e a natureza de suas cidades metropolitanas, médias ou pequenas. É preciso entender que a dinâmica econômica não se dá de modo homogêneo, porém aplica-se de forma diferenciada sobre o território.

Atenção especial e prioritária deve ser dada às carências urgentes dessas cidades, particularmente no que se refere à inserção social de segmentos populacionais que vivem à margem de padrões básicos de qualidade de vida, como favelas e outros assentamentos irregulares.





Projeto de Reestruturação da SEDU/PARANACIDADE

A principal mudança no processo de reestruturação da SEDU/PARANACIDADE diz respeito à implantação de estrutura técnica destinada às tarefas de planejamento urbano e regional.

Constituindo uma unidade dentro do organograma operacional da SEDU/PARANACIDADE, subordinada hierarquicamente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano/Superintendente do PARANACIDADE, essa estrutura coordenará o processo de planejamento e implantação do sistema de desenvolvimento urbano e regional.





Ações para a Política de Desenvolvimento Institucional

Ações Institucionais

Apoio a Atividades Geradoras de Emprego

Entre as ações a serem contempladas visando à geração de emprego, destacam-se:

a) intensificação das relações interindustriais locais, de forma a permitir a inclusão estrutural de pequenas e médias empresas, aumentar o potencial de valor adicionado e ampliar, em cada local ou região, os seus fatores determinantes de suas próprias condições de crescimento econômico e social (desenvolvimento endógeno);

b) indução ao desenvolvimento de cadeias produtivas, clusters ou de arranjos produtivos locais, principalmente nos pólos e subpólos regionais e nas grandes aglomerações urbanas;

c) articulação de estratégias de desenvolvimento local sustentável, principalmente em municípios de pequeno porte;

d) ênfase na promoção e modernização da pequena produção familiar agropecuária e agroindustrial e dos pequenos negócios urbanos;

e) promoção de sinergias e estímulo à associação ou consorciamento de agentes regionais, de forma a ampliar os capitais social e institucional locais;

f) apoio ao desenvolvimento do cooperativismo na produção e comercialização de bens e serviços;

g) apoio ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, de forma a melhorar o padrão de financiamento da pequena produção familiar agropecuária e dos pequenos negócios urbanos;

h) incentivo ao aprendizado, à qualificação e à capacitação dos recursos humanos locais;

i) indução das universidades estaduais como um dos principais agentes do desenvolvimento regional (formação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e atividades de extensão);

j) incentivo ao empreendedorismo: no que se refere ao empreendedorismo de base tecnológica, ampliar as experiências bem-



sucedidas de incubadoras tecnológicas; no que se refere ao empreendedorismo em geral, expandir o ensino profissionalizante e vincular as suas atividades aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento de micro e pequenos empresários;

k) indução de empreendimentos locais inovadores de processo ou produto (centros tecnológicos, núcleos de universidades, etc.) e de sua articulação com os requisitos impostos pelas trajetórias tecnológicas dos principais segmentos produtivos locais ou regionais;

l) equacionamento de gargalos da infra-estrutura logística regional ou local (eixos viários, telecomunicações, centros de distribuição, etc.);

m) políticas e programas de combate à pobreza e de melhoria da distribuição de renda, de forma a induzir novos padrões de consumo e de investimentos locais;

n) recuperação do aparato de inclusão social através do acesso à habitação e aos serviços sociais;

o) políticas de uso do poder de compra do setor público, de forma a favorecer o desenvolvimento da base produtiva local, principalmente no que refere às iniciativas inovadoras de processo ou produto;

p) política de incentivos aos investimentos privados (dilação de ICMS, tarifas seletivas de energia elétrica, etc.), de forma a induzir o aumento de investimentos privados em segmentos produtivos estratégicos para o desenvolvimento local ou regional, principalmente no interior do Estado;

q) mapeamento de "vazios na malha urbana municipal", indicativos de oportunidades de pequenos empreendimentos comerciais ou de serviços;

r) articulação, através de uma rede de instituições (IPARDES, SEDU, EMATER, TECPAR, etc.), de um Núcleo de Estudos e Pesquisas de Alternativas de Desenvolvimento Regional ou Local, visando ao apoio às iniciativas municipais ou regionais;

s) formação de quadros públicos de extensionistas de desenvolvimento local e regional (EMATER, IAPAR, TECPAR, etc.);

t) criação de Agências de Desenvolvimento Regional, principalmente nos casos das grandes aglomerações urbanas, regiões deprimidas ou especiais;

U) consolidação do Sistema Regional de Inovação e criação de centros de excelência e referência em pesquisa e desenvolvimento, nas cidades-pólo regionais.





Apoio à Implantação de Equipamentos de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos

Entre as atribuições da nova estrutura da SEDU/ PARANACIDADE está a de dar apoio continuado à implantação de equipamentos de infra-estrutura e serviços urbanos.

Passa a subsidiar a ação dos municípios no atendimento a essas necessidades urbanas, em articulação com os demais responsáveis setorialmente, seja pela infra-estrutura urbana (como saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações), seja por atuarem em serviços urbanos.

Dentro da visão do planejamento indicativo, sempre que possível a SEDU/PARANACIDADE buscará orientar as Prefeituras Municipais quanto às necessidades mais prementes de investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos.





Organizações do Sistema de Ordenamento Territorial

A Organização do Sistema de Ordenamento Territorial é a primeira ação a ser desencadeada no Projeto de Reestruturação da SEDU/PARANACIDADE, o qual por sua vez faz parte do Programa de Instituição do Planejamento como Processo Permanente, como mostrado no diagrama inicial, apresentado previamente às bases conceituais.

Esta ação visa a instalar no quadro administrativo da SEDU/PARANACIDADE uma estrutura técnica cuja principal atribuição é desenvolver e concretizar as propostas da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU), que são expressas de modo ampliado ao longo do presente documento.


Representa, desse modo, a sintetização de todos os esforços decorrentes da PDU, sendo o parâmetro de avaliação do seu futuro desempenho.

Portanto, basicamente essa estrutura vai coordenar o processo de planejamento e implantação do sistema de desenvolvimento urbano e regional, o qual como um todo deve:

- manter e aprimorar o atual sistema de financiamento de ações municipais, ampliando-o;
- manter e aprimorar o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos - SAM;
- organizar o Sistema de Ordenamento Urbano, seguindo as diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional definida para o Estado do Paraná, em condições técnicas de implantar os programas, projetos e ações derivados dessa política.

Alcançada esta última meta, o Governo do Estado do Paraná está então realizando o seu compromisso de organizar regionalmente o território paranaense com base na sua rede de cidades, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e integrada.





Informações do Sistema de Ordenamento Institucional

Nota: as informações de Organização do Sistema de Ordenamento Institucional encontram-se melhor explicitadas no Anexo 2 do presente documento.

Aparato Legal e Instrumentos de Planejamento Urbano e Regional

Dentre os dispositivos legais que devem orientar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná, destaca-se inicialmente a Constituição Federal de 1988, que trouxe, pela primeira vez em nossa história, um capítulo sobre reforma urbana no texto constitucional.

Começando então pela própria Constituição Federal, que se preocupa em ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade (art. 182), a legislação urbanística no Brasil é ampla, conforme pode ser verificado no Anexo 2 deste documento, que apresenta um resumo dessa legislação nas três esferas de atuação: federal, estadual e municipal.

Ao citar-se um importante componente desse conjunto de leis, não se pode omitir, na esfera federal, a Lei nº 10.257 de 10/07/2001, denominada Estatuto da Cidade, cuja aprovação foi tão aguardada.

O Estatuto da Cidade, que regulamenta os

artigos 182 e 183 da Constituição Federal, ao estabelecer normas de ordem pública e interesse social, preocupa-se com o desenvolvimento das funções sociais das cidades e com a garantia do direito a cidades sustentáveis. Dessa forma, oferece instrumentos valiosos para a ação das prefeituras, como a permissão para legalizar a cidade ilegal, que pode ser identificada por áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda, e a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo em áreas subutilizadas ou em vazios urbanos.

Cabe notar que o Estatuto da Cidade menciona o Plano Diretor, que também é exigido pelas Constituições Federal (art. 182) e do Estado do Paraná (art. 152) para cidades com mais de 20.000 habitantes.



No Estado, de acordo com levantamentos efetuados pelo PARANACIDADE dispostos no Anexo 2, dos 61 municípios com mais de 20.000 habitantes somente 33 possuem Planos Diretores, representando 58% do universo desses 61 municípios. A situação é pior quando se constata que, dos 33 Planos Diretores elaborados, apenas 25 foram instituídos por lei da Câmara Municipal.

Como a lei que institui o Plano Diretor deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos (art. 40 do Estatuto da Cidade), sabe-se da necessidade de uma atuação firme do Estado junto às municipalidades nesse sentido, uma vez que somente 19 municípios tiveram sua lei criada ou no ano de 1993 ou posteriormente.

Os números levantados aqui no Estado comprovam uma realidade que não é diferente da realidade das outras regiões do Brasil. Embora a legislação urbanística seja ampla, sabe-se que a maioria dos municípios brasileiros tem seu território ocupado em desacordo com essa legislação. São abundantes os exemplos de Planos Diretores que ficaram no papel, que não foram transformados em leis ou de leis que não são seguidas.

Por outro lado, em muitas cidades brasileiras, a regulação dos Planos Diretores, embora detalhista, refere-se somente à cidade oficial, não contemplando vastas regiões ocupadas ilegalmente (favelas, loteamentos irregulares). A cidade formal representa e encobre a cidade real. A orientação dos investimentos é definida por interesses privados, não pelo interesse público (social e ambiental), e a gigantesca ilegalidade fundiária chega a atingir quase 50% dos domicílios nos maiores centros. Constata-se ainda que muitas obras implantadas nas cidades não obedecem a plano nenhum.

Quanto às demais leis que normatizam o espaço urbano (leis de zoneamento, de parcelamento do solo, de perímetro urbano, códigos de edificações) sua ocorrência no Paraná varia de cidade para cidade, conforme pode ser observado no Anexo 2.

A despeito de todo esse aparato regulatório, muitas cidades crescem de modo predatório.

Assim, comprova-se igualmente que não é por falta de legislação que nossas cidades se tornaram o que são: uma sucessão de tragédias cotidianas - enchentes, desmoronamentos, poluição do ar e da água, tráfego caótico, mortalidade no trânsito, etc.

Por isso, é necessária uma nova atitude em relação ao planejamento urbano, o que deve ser observado na implementação da política ora proposta para o Estado do Paraná.

Especificamente, com relação aos Planos Diretores, recomenda-

se que esses:

a) sejam fruto de um acordo democrático entre os agentes que interferem na produção da cidade (governos, sindicatos, associações de moradores, universidade, organizações não-governamentais - ONGs, empresários, profissionais, técnicos, etc.);

b) conttenham metas anuais precisas vinculadas às despesas;

c) façam referência às populações vulneráveis nas áreas de risco, sujeitas a enchentes, desmoronamentos, epidemias, falta de saneamento e com comprometimento ambiental, que apresentam índices altos de mortes, inclusive de mortalidade infantil;

d) apresentem uma simplificação na legislação de zoneamento, parcelamento e código de obras para aumentar a oferta de lotes ou de imóveis populares;

e) implantem mecanismos que democratizam a informação: análises dos meios físico-biótico e socio-econômico, prestação de serviços, orientação sobre direitos e deveres, transparência na tomada de decisão, etc.;

f) possuam no âmbito municipal um grupo de acompanhamento, revisão e atualização.

Além da elaboração de Planos Diretores para cidades com mais de 20.000 habitantes, prevê-se que o Estado atue também no sentido de orientar sobre a necessidade da utilização desse instrumento, em cidades pertencentes a regiões metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá.

Nas outras regiões, para cidades entre 5.000 e 20.000 habitantes, recomenda-se a adoção de planos que conttenham o zoneamento municipal para orientar as ações de planejamento, que devem ser diferentes dos planos com o zoneamento dirigidos a municípios com menos de 5.000 habitantes.

Todos os planos, sejam regionais ou municipais, deverão obedecer a Agenda 21, que é o principal documento da Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano) e deve ser considerada neste contexto como um importante instrumento a ser observado para a consecução de ações de intervenção no espaço. A Agenda 21 é a proposta mais consistente que existe de como alcançar o desenvolvimento sustentável. Trata do planejamento do futuro com ações de curto, médio e longo prazos. Dispõe sobre ações concretas, com metas, recursos e responsabilidades definidas e deve ser um plano obtido através de consenso. A Agenda 21 Global é dividida em 4 seções: (I) aspectos sociais e econômicos; (II) conservação e administração de recursos; (III)



fortalecimento dos grupos sociais; (IV) meios de implementação.

Entidades Envolvidas com o Desenvolvimento Urbano e Regional no Estado

No Estado, o âmbito da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU) compreende a formulação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado e a assistência técnica abrangente às municipalidades para o desenvolvimento e aprimoramento de seus serviços e a solução de seus problemas comuns (Lei Estadual nº 8.498/87, que cria a SEDU, alterada pela Lei Estadual nº 10.066/92).

Nesse sentido, cabe ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, vinculado por cooperação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, prestar assistência institucional e técnica aos municípios no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado (Lei Estadual nº 11.498/96, alterada pela Lei nº 12.651/99).

É importante mencionar duas das diretrizes contidas no documento que apresenta as grandes Linhas de Ação do Programa do atual Governo.

A primeira remete à necessidade de recuperar a função planejadora do Estado, reorientando o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos, dando prioridade a políticas efetivas de inclusão social.

A segunda, que complementa a anterior, estabelece que o modelo próprio de desenvolvimento a ser adotado no Estado do Paraná deve ter o social como elemento estrutural e ser concebido a partir das potencialidades regionais, respeitando sua diversidade.

Por outro lado, sabe-se que "a exclusão é um todo e não pode ser combatida de forma fragmentada", daí a necessidade de adotar uma abordagem integrada das políticas de inclusão social, considerando-se os problemas econômicos, sociais, ambientais e urbanísticos.

Essa abordagem integrada passa forçosamente por uma articulação entre as iniciativas da sociedade como um todo e as dos governos municipais e estadual.

Na cidade, de um lado, a urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuir endereço legal a cada domicílio, melhorar as condições de moradia e de segurança urbana, mas por outro lado não melhora o nível de escolaridade ou de alfabetização, não organiza as mulheres para melhorar o padrão de vida nem ajuda na organização das cooperativas de trabalho ou no lazer dos jovens.

Seguindo prática adotada atualmente pelo Governo do Estado, em que os problemas têm sido abordados de uma maneira integrada, em ação conjunta entre as diversas secretarias e órgãos governamentais, também é fundamental a atuação integrada das diferentes entidades envolvidas na implementação de uma política de desenvolvimento urbano e regional.

Conselhos de Desenvolvimento Urbano

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, em seu artigo 43, dispõe que para garantir a gestão democrática da cidade deverão ser utilizados, entre outros, órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.

A criação e funcionamento de Conselhos de Desenvolvimento Urbano, nas três esferas de poder, constituídos por representantes da sociedade civil e do poder público, possibilitam que os cidadãos participem do processo de acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, como fiscalizadores de políticas públicas, instituídas em gestões democráticas.

Na União

Em observação a este quesito, a União criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), através da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001.

No Estado do Paraná

O Estado do Paraná, através do Decreto Estadual nº 1.017, de 02 de agosto de 1995, alterado pelo Decreto Estadual nº 1.418, de 06 de dezembro de 1995, instituiu o Conselho Estadual de Política Urbana (CEPU), com caráter consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de priorizar a alocação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Para se enquadrar na exigência do Estatuto da Cidade, o Estado do Paraná precisa urgentemente avaliar as atribuições e o funcionamento do Conselho Estadual de Política Urbana (CEPU) e instituir um Conselho



Estadual vinculado à SEDU, voltado à política urbana e regional, de acordo com o previsto na legislação federal.

Nos Municípios

A exemplo da União e do Estado, os Conselhos também desempenham papel fundamental nos municípios, como meio facilitador para a participação da sociedade civil na coisa pública, competindo aos governos locais sua instituição.

Muitos municípios que já dispõem de Plano Diretor (PD) ou de Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano (PLUOS), plano simplificado para cidades com menos de 20.000 habitantes, têm Conselhos de Desenvolvimento Urbano. São criados por lei municipal, regulamentados por decreto e dispõem de regimentos internos, elaborados pelos próprios Conselhos; precisam entretanto ser avaliados e apoiados para as alterações que se fizerem necessárias, visando ao seu funcionamento de forma eficiente e eficaz.



Reorganização do Sistema de Articulação

A SEDU deverá implantar um núcleo permanente de articulação, nos três níveis de governo e com a sociedade civil organizada, para elaborar e implantar projetos e programas interinstitucionais da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná, como segue.

Articulação Intragovernamental

Territorial

- Regionalização

As ações de planejamento serão harmonizadas de acordo com a divisão por área das associações de municípios do Paraná, meso e microrregiões, regionais de educação, regionais de obras, regionais de segurança.

- Integração dos escritórios regionais

Deve ser buscada, progressiva e permanentemente, a integração física e operacional dos escritórios regionais.

Multisetorial

Para efeito de planejamento, a SEDU articular-se-á com a Secretaria de Planejamento/IPARDES e com os núcleos de planejamento das demais Secretarias de Estado.

Para efeito de implementação de programas, a SEDU articular-se-á com as Secretarias abaixo nominadas e demais organismos em nível federal, municipal, e da sociedade civil organizada.

- Transporte
- Habitação
- Saúde
- Educação
- Trabalho e emprego
- Cultura
- Meio Ambiente
- Agricultura
- Assuntos Metropolitanos
- Indústria e Comércio
- Esporte
- Turismo

Articulação dos Distintos Níveis Governamentais

Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

Relação Estado/União

Caberá ao Governo do Estado, através da SEDU, compatibilizar suas políticas e programas de desenvolvimento urbano e regional com os mesmos na esfera nacional.

Relação Estado/Municípios

Caberá ao Governo do Estado, através da SEDU, compatibilizar suas políticas e programas de desenvolvimento urbano e regional e implementá-los em conjunto com os municípios e regiões.

Projetos integrados com instituições públicas

Itaipu Binacional / SEDU

- Participação na elaboração do PDR - Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu
- Cartografia Digital
- Base de Dados
- Ecoturismo
- Turismo Rural
- Piscicultura
- Tarifas de Energia Diferenciadas (para geração de empregos)
- Pesca Esportiva
- Outros

Copel/SEDU

- Participação na elaboração do PDRI - Corredor do Iguaçu
- Cartografia
- Base de dados
- Ecoturismo
- Turismo Rural
- Piscicultura
- Tarifas de Energia Diferenciadas (para geração de empregos)
- Outros

Sanepar/SEDU

- Participação nos planos e projetos que envolvam a SEDU e a questão dos recursos hídricos no Estado
- Qualidade da água

- Proteção de mananciais

- Outros

Sebrae, Senai, Senac, Senar, Senat e outros / SEDU

- Estabelecer convênio com a SEDU em projetos de geração de emprego e renda
- Planos de negócios (empreendedorismo)
- Outros

Caixa Econômica Federal / SEDU

- Financiamento para infra-estrutura urbana
- Outros

BRDE/SEDU

- Financiamento para projetos de infra-estrutura para os municípios
- Microcrédito
- Outros

Banco do Brasil / SEDU

- Microcrédito
- Operações de aval
- Outros

Articulação com Segmentos Organizáveis da Sociedade

Relações no nível estadual

- Associações e Federações de Comércio, Indústria e outras
- Entidades de Classe
- Conselhos Regionais
- Sociedade Civil Organizada (ONGs)
- Etc.

Relações no nível regional

- Associações de municípios
- Coordenadorias de associações comerciais e industriais
- Cooperativas



- Etc.

Relações no nível local (municipal)

- Sindicatos
- Associações de moradores e outras
- Sociedade civil organizada
- Outras instituições

Articulação com Instituições de Ensino Superior

Instituições de Ensino Superior

- Universidade Federal do Paraná
- Universidades estaduais
- Universidades particulares
- CEFET-PR
- Instituições isoladas


As universidades poderão colaborar com suas ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Centros de Pesquisa e Tecnologia

- EMATER
- IAPAR
- TECPAR
- SIMEPAR
- MINEROPAR
- PARANÁ TECNOLOGIA
- FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
- Demais instituições

Estes centros de pesquisa e de tecnologia poderão colaborar em programas de assistência técnica para melhoria da base produtiva dos municípios e das regiões.





Reorganização do Sistema de Parâmetros de Atendimento - Indicadores

Nota: as ações de Reorganização de Parâmetros de Atendimento - Indicadores encontram-se melhor explicitadas no Anexo 3 do presente documento.

Pressupostos

O estabelecimento de parâmetros de atendimento no âmbito da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná tem os pressupostos seguintes.

Parâmetros e indicadores são entendidos como ferramentas de sistemas de monitoramento e avaliação que, por sua vez, são subsistemas do processo (sistema) de planejamento.

Estes parâmetros e critérios devem também orientar as ações conjuntas e de concessão de crédito entre o Governo Estadual, os municípios paranaenses, o Governo Federal e outras entidades públicas e do setor privado, além de organizações não-governamentais - ONGs.

Os sistemas de monitoramento e avaliação devem contribuir também para melhorar a comunicação entre entidades públicas e a comunidade, executores e beneficiários, ampliando os resultados esperados.

Os parâmetros e indicadores discutidos estão direcionados para a avaliação dos objetivos estratégicos da PDU e do conceito de planejamento indicativo do Governo do Estado do Paraná.

Em vista da experiência demonstrar o sucesso de mecanismos de avaliação simples e diretos, e da resistência de alguns dirigentes em ter o resultado de sua atuação medido e avaliado, são desenvolvidos sistemas de fácil aceitação e integrados à cultura local.

Objetivos

1. Formular diretrizes para o estabelecimento de critérios, indicadores e parâmetros para ações da SEDU nas atividades institucionais, implementação de projetos e concessão de créditos



segundo o conceito do "planejamento indicativo".

2. Propor sistema de monitoramento e avaliação dos projetos e ações da SEDU, bem como do desenvolvimento municipal.

3. Sugerir diretrizes para a organização do sistema de monitoramento e avaliação na SEDU de forma regionalizada e sistêmica.

Avaliação do Sistema Existente

Critérios, parâmetros e indicadores atuais do sistema existente de monitoramento e avaliação

O PARANACIDADE, como responsável pela atualmente utiliza apenas indicadores físicos e financeiros de desembolsos, de andamento das obras e de retorno dos financiamentos. Nas avaliações dos projetos apresentados pelos municípios, até o momento não foram utilizados indicadores de qualidade de vida ou de desenvolvimento econômico, social ou humano dos municípios. A concessão de crédito analisava apenas a capacidade de endividamento do município e o atendimento aos demais requisitos formais da lei e dos contratos firmados com as agências financeiras internacionais.

O PARANACIDADE desenvolveu o modelo de "Indicador de Qualidade de Vida e de Desempenho das Administrações Municipais", que reúne um conjunto de índices referentes às áreas de educação, saúde, saneamento, infra-estrutura e assistência social. Este modelo permite a análise setorializada de cada uma destas áreas, assim como de regiões geográficas, gerando classificações (ranking) dos municípios e identificando localidades com as maiores deficiências.

No contrato firmado entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabeleceu-se uma série de metas a serem alcançadas, cuja aferição deverá obedecer a avaliações pré-definidas. Dentre estas avaliações consta o levantamento de um indicador denominado IOSP (Índice de Oferta de Serviços Públicos).

Muitas das metas e indicadores propostos vêm ao encontro das propostas do Governo do Estado do Paraná, mas algumas deverão ser objeto de renegociação com o BID, para se readequarem às propostas atualmente apresentadas.

Organização da SEDU

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná tem como principal braço operacional o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, organização de direito privado, com contrato de gestão firmado com o Governo do Estado (Lei Estadual nº 11.498 de 30/06/96), tendo por missão prestar assistência institucional e técnica aos municípios, desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social, captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná.

Principais deficiências e potencialidades

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, por sua própria natureza jurídica, apresenta algumas características que o diferenciam da Administração Direta, autarquias e fundações, no tocante à implementação das políticas públicas.

Dentre as vantagens desta estrutura, tem-se: possibilidade de auferir receitas próprias, agilidade de contratação de pessoal, infra-estrutura adequada (instalações, veículos, equipamentos de informática), elevado nível de capacitação do quadro funcional e o Sistema Informatizado de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos.

A ausência de linha programática que orientasse a priorização das ações e a falta de integração com outras ações do Governo do Estado fizeram com que municípios recebessem apenas obras isoladas e aleatórias de infra-estrutura, que foram insuficientes para conter o fluxo migratório e melhorar as condições de desenvolvimento.

A aplicação dos recursos é otimizada com a integração da capacidade operacional já instalada da SEDU/PARANACIDADE à implementação de uma política integrada de desenvolvimento urbano para o Estado.

Proposição

Os parâmetros, indicadores e critérios, objetos de monitoramento e avaliação, devem aferir a evolução dos municípios, das regiões, do Estado e deste em relação aos outros Estados, com referência a:

- Diretrizes do Plano de Governo relacionadas ao desenvolvimento urbano;



- Características regionais e das redes de cidades do território estadual;
- Desempenho institucional.

Plano de governo

- Redução da miséria e combate à pobreza
Indicadores: percentual de população com renda inferior a um salário mínimo; coeficiente de GINI.
- Geração de emprego
Indicadores: empregos gerados por setor de atividade econômica.
- Resgate do processo de planejamento
Indicador: instituição e operacionalidade do sistema de planejamento.
- Desenvolvimento da autodeterminação e das potencialidades locais
Indicador: definição de ações estratégicas para o desenvolvimento local.
- Redução do êxodo rural e urbano
Indicador: migração interregional e evolução de ligações domiciliares de água e energia.
- Sustentabilidade do desenvolvimento e qualidade ambiental
Indicador: prazo de duração de emprego e índice de qualidade de águas.

Características regionais e da rede de cidades

No plano estratégico supra-estadual devem ser adotados indicadores disponíveis para outros estados e regiões, a fim de se possibilitar a comparação destes com o Paraná e avaliar a evolução da qualidade de vida e do desenvolvimento de nosso Estado.

Ante sua ampla aceitação nacional e internacional, o IDH deve ser um dos principais indicadores, mas não o único, devendo a análise ser complementada por outros índices das áreas de saúde, educação, distribuição de renda, saneamento, qualidade ambiental, regularização fundiária, planejamento urbano e desenvolvimento institucional.

No âmbito interregional deve ser adotado o mesmo conjunto de indicadores, com ênfase na análise das desigualdades regionais, na identificação das áreas mais deprimidas.

Considerando as particularidades de cada região, as análises devem considerar ponderações diferentes para cada conjunto de indicadores, conforme as deficiências mais críticas e as potencialidades específicas de cada região.

No plano municipal, além do IDH deve ser adotado o modelo do "Indicador de Qualidade de Vida e de Desempenho das Administrações Municipais" do PARANACIDADE, que permita a avaliação periódica da evolução dos municípios.

Pode ser adotado conjunto de indicadores específicos para ações que serão desenvolvidas em cidades especiais, cuja situação justifique iniciativa emergencial ou tratamento diferenciado.

Os indicadores e parâmetros de acompanhamento podem ter peso relativo em função das prioridades da rede urbana ou da região.

Desempenho institucional

A avaliação do desempenho fiscal dá-se em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação do desempenho do sistema de planejamento dá-se através da operacionalidade dos planos diretores, planos de ação, processo de planejamento, acordos de gestão e sistema próprios de monitoramento e avaliação, segundo as características dos espaços regionais (Anexo 3).

Sistema de Monitoramento e Avaliação

O sistema de monitoramento dá continuidade ao acompanhamento físico-financeiro dos projetos e ações, com o diferencial de integrá-los aos indicadores das diretrizes governamentais.

A avaliação está voltada para os efeitos qualitativos e de longo prazo dos projetos e ações.

A decorrência direta da avaliação, além da comparação entre os cenários inicial "ex-ante" e final "ex-post" do plano, é o aprendizado para o desenho e a seleção futura de novos projetos. A avaliação pode também ser participativa, contando com a comunidade no momento da comparação entre os dois cenários mencionados.

Compatibilização com a política de desenvolvimento municipal

O sistema de monitoramento e avaliação deve ser compatível com



a política de desenvolvimento municipal proposta pelo Governo do Estado, e os indicadores adotados devem ter a capacidade de identificar a situação dos municípios nas áreas prioritárias e aferir os resultados das políticas adotadas em nível municipal e estadual, especialmente no resgate do planejamento, da geração de emprego, do combate à pobreza, da redução do êxodo rural e urbano, do desenvolvimento sustentado e da qualidade ambiental.

Os indicadores e parâmetros que norteiam as ações são firmados em acordo de gestão.

Banco de dados

O sistema estadual de informações deve integrar cerca de 12 bancos de dados com georreferenciamento, incorporando as informações disponíveis nos governos municipais e federal, incluindo IBGE, PARANACIDADE, Tribunal de Contas do Estado, Sanepar, Copel, Sudhersa, IPARDES, Secretaria de Planejamento e as Secretarias Estaduais de Educação, Saúde, Fazenda e Trabalho.

Regionalização e adequação às condições locais

O sistema deverá analisar de forma diferenciada as diversas regiões geoeconômicas, conferindo ponderações distintas aos indicadores, de acordo com as deficiências e prioridades de cada região, de modo a assegurar que o monitoramento e a avaliação possam aferir os resultados das políticas adotadas de acordo com estas prioridades e o peso relativo dos distintos fatores na consecução dos objetivos propostos.

Organização Institucional

De um modo geral, a organização institucional deve estar apoiada nas seguintes atribuições.

- Planejamento estratégico e articulação inter-governamental:
SEDU
- Monitoramento e avaliação :
Apoio da SEPL/IPARDES e outras entidades independentes
- Divulgação e mobilização da PDU - Equipe Volante:
SEDU/PARANACIDADE
- Execução da política e organização de
Bancos de dados:
PARANACIDADE



Reorganização do Sistema de Apoio à Gestão Municipal

Nota: as ações de Reorganização do Sistema de Apoio à Gestão Municipal encontram-se melhor explicitadas no Anexo 4 do presente documento.

Objetivos e Estratégia

A instrumentalização da Gestão Municipal tem como objetivos básicos:

- atender à Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social;
- resgatar o planejamento como a base de atuação governamental e com ampla participação da comunidade;
- atender aos preceitos constitucionais e legais;
- promover a racionalização dos meios e recursos, articulando e integrando ações, evitando conflitos na prática de uma gestão democrática;
- orientar a adoção de processos associativos.

A estratégia do sistema de apoio à gestão municipal visa à implantação do programa para a informação, orientação e capacitação dos municípios, de modo a:

- implantar programa para a informação, orientação e capacitação da gestão municipal, articulado com as demais iniciativas das esferas estadual e federal;
- elaborar Manuais Técnico-Operacionais e material de apoio para a informação, orientação e capacitação dos municípios quanto aos aspectos que impactam a gestão municipal;
- realizar seminários, cursos e mesas-redondas, direcionados à orientação e capacitação técnica, gerencial e operacional.



Reestruturação dos Municípios para a Implementação do Novo Modelo de Gestão

Modelagem Organizacional

O aperfeiçoamento organizacional deve ser entendido como um processo dinâmico e evolutivo, de caráter contínuo e permanente, com vistas ao atingimento de elevados níveis de qualidade, eficiência e eficácia.

Implantação de Prática de Gestão Municipal Integrada ao Controle Espacial

- Sistema de Informação Geográfica - SIG

A característica básica deste sistema é sua capacidade de associar as representações do mundo real, organizadas em planos sobreponíveis de informações, a bancos de dados alfanuméricos com seus atributos e desenvolver operações topológicas através de análises espacializadas, por temas únicos ou associados entre si.

- Integração dos Sistemas de Informações

Gerenciais ao Controle Espacial

Os dados relativos às transformações oriundas do cotidiano da gestão urbanística são coletados, armazenados e processados a partir dos Sistemas de Informações Gerenciais descritos anteriormente.

Nestes sistemas são geradas as informações que dão origem ao ciclo do conhecimento institucional sobre a informação geográfica.

A integração dos Sistemas Gerenciais ao Controle Espacial através dos Sistemas de Informações Geográficas agrega o raciocínio espacial à tomada de decisões e colabora de forma eficiente para a gestão do território, subsidiando o desenvolvimento das atividades de planejamento urbano e tornando-se seu principal instrumento.

- Sistema de Administração de Dados Geográficos Legais

Para dirimir dúvidas entre confrontantes ou outras que por ventura surjam quanto à propriedade urbana do solo, o município é o órgão competente para emissão das certidões em compatibilidade com os projetos originalmente aprovados e suas modificações subsequentes, quanto a unificações e/ou desmembramentos.

Para tanto, recomenda-se que os dados legais relativos às quadras e suas subdivisões sejam armazenados em ambiente controlado de recuperação de documentos que guarde o seu histórico.

Este ambiente deve integrar-se ao Sistema de Informação Geográfica e ao Sistema de Administração de Receitas para atualização.

- Instrumentos Técnicos de Apoio

- Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico

Devem ser utilizados novos instrumentos para se ajustar o Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico face à disponibilidade da tecnologia de Sistema de Informação Geográfica e de outras correlatas que otimizam os trabalhos de campo.

- Mapeamentos para Obtenção das Informações

Espaciais da Superfície Terrestre

Estes mapeamentos são obtidos e/ou atualizados através das tecnologias disponíveis no mercado, de aerofotogrametria, topografia, sensoriamento remoto, perfilamento a laser e outras.

As alternativas são analisadas em função da necessidade de mapeamento para as distintas aplicações e da relação custo/benefício.

- Plano Estratégico de Informática

Deve ser elaborado o Plano Estratégico de Informática, que serve para definir as diretrizes e estratégias para reestruturação do ambiente de informática, seguindo modernos conceitos de soluções, visando a dotar a Prefeitura Municipal de meios mais eficazes para atender o exercício de suas funções.

Outros instrumentos gerenciais e operacionais a serem apoiados para implementação nas gestões municipais são estudados na seqüência.

Através de financiamento da Agência de Fomento aos municípios, serão providos os insumos informacionais necessários, orientação, apoio, contratação e implementação da transformação da gestão municipal de burocrática em empresarial e da revisão do sistema de arrecadação, sistemas de controle para o atendimento ao cidadão, gestão do conhecimento e demais sistemas.



Atendimento à Legislação e às Políticas Governamentais

Devem ser atendidos os diplomas legais regularizadores e Políticas Governamentais, a saber:

- Redução da miséria e combate à pobreza;
- Resgate do planejamento;
- Desenvolvimento da autodeterminação e das potencialidades municipais;
- Redução do êxodo rural e urbano;
- Atingimento da sustentabilidade no desenvolvimento;
- Preservação da qualidade ambiental.

- Planejamento Estratégico: atendimento às políticas ambientais e de desenvolvimento regional;
- Plano Diretor Municipal: elaboração e reavaliação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes e os integrantes das grandes aglomerações urbanas, conforme contido no Estatuto da Cidade;
- Planos Setoriais Específicos: desenvolvimento de Planos Setoriais de acordo com as características de cada município e com as diretrizes emanadas do Plano Diretor Municipal e/ou do Zoneamento Municipal;
- Zoneamento Municipal: desenvolvimento do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo para municípios com até 20.000 habitantes, como instrumento ordenador da ocupação do território de acordo com as características ambientais e socioeconômicas municipais e o contido no Estatuto da Cidade.

Planejamento

Os processos de planejamento municipal, instaurados a partir do planejamento estadual, devem contemplar:

Temáticas Setoriais para o Programa

Transformação de Gestão Burocrática em Empresarial

	Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
Gestão Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Documentação e Arquivo • Sistema de Controle e Tramitação de Processos • Sistema de Materiais e Compras • Sistema de Patrimônio Público • Sistema de Licitações e Contratos 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Administrativa e Regimento Interno • Serviços Gerais • Serviços Públicos Urbanos
Gestão Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão de Pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Política Municipal de Recursos Humanos • Estatuto do Servidor • Plano de Cargos, Salários e Carreiras • Normas para a Realização de Concursos Públicos • Previdência dos Servidores • Programa de Capacitação e Avaliação de Desempenho dos Servidores • Rotinas Trabalhistas



Gestão Financeira	Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Tesouraria • Sistema de Contabilidade Pública • Sistema de Orçamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão por Resultados • Indicadores de Desempenho • Instrumentos Orçamentários • Plano Plurianual - PPA • Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO • Lei do Orçamento Anual - LOA
Gestão Tributária	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Administração de Receitas (receita própria) • Sistema de Produção Primária (repassse de ICMS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Código Tributário • Planta Genérica de Valores • Lançamento e arrecadação de impostos, taxas e contribuição de melhoria • Fiscalização tributária • Controle de dívida ativa

Atendimento aos Serviços Sociais Básicos

Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Atendimento à Saúde • Sistema de Atendimento à Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos, atividades, rotinas e controles exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outras • Procedimentos, atividades, rotinas e controles exigidos pelo Sistema Único de Saúde e pelos demais instrumentos operacionais pertinentes.

Atendimento ao Cidadão

Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Atendimento ao Cidadão • Sistema de Controle e Tramitação de Processos • Sistema de Ouvidoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Portal Internet • Central de Atendimento ao Cidadão • Protocolo e Arquivo



Abertura para a Gestão Democrática

Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Democratização da Informação • Participação da Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> - Estímulos à dinamização dos vários conselhos comunitários e associações - Abertura para o associativismo com caráter regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a participação em debates, audiências, consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano, iniciativa popular de projeto de lei • Apoio financeiro aos instrumentos de participação dentro dos distintos projetos • Projetos em parcerias com outras secretarias e entidades

Monitorização e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Municipal

Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Democratização da Informação • Participação da Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> - Estímulos à dinamização dos vários conselhos comunitários e associações - Abertura para o associativismo com caráter regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de custos (estruturação, pessoal, treinamento, equipamentos, outros custos eventuais) para a implementação e manutenção dos produtos do Projeto • Proposição de indicadores e/ou metas para avaliação do impacto do projeto, com vistas à monitorização a <i>posteriori</i> da qualidade, eficiência e eficácia da Estrutura Organizacional implementada • Promover o acesso da comunidade aos indicadores municipais • “Popularizar” os indicadores de avaliação de desempenho e de desenvolvimento municipal • Apresentar na homepage do PARANACIDADE os indicadores de desempenho das administrações municipais

Gestão do Conhecimento

Instrumentos Gerenciais	Instrumentos Operacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Informações Gerenciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Organizacional • Competências das Unidades Organizacionais

Gestão do Conhecimento é a atividade de divulgar e explicitar o conhecimento que está embutido nas práticas individuais ou coletivas da organização. O conhecimento, por sua fluidez, necessita de gerenciamento. Para tanto é necessária sua identificação. Necessita de uma logística subjacente quando transportado, transferido ou armazenado e processado. O processamento de informações é fortemente influenciado pelos avanços das tecnologias de informática, sendo o papel preponderante dos gerentes a tomada de decisões.

O processamento das informações é eficaz quando as unidades organizacionais interagem entre si e com o meio, resultando na geração de novas informações que induzem à geração do conhecimento. Esta evolui de dois tipos de aprendizado: da aquisição de know-how e do estabelecimento de novas premissas para eliminar as existentes. É necessário estabelecer uma organização que aprende. Trazer à superfície os modelos mentais predominantes e questioná-los, desenvolver uma visão compartilhada e facilitar o aprendizado da equipe.



Reorganização do Sistema de Identificação dos Recursos Financeiros

Nota: as ações de Reorganização de Sistema de Identificação dos Recursos Financeiros encontram-se melhor explicitadas no Anexo 5 do presente documento.

Programas Estaduais de Desenvolvimento Urbano e Regional são a mais significativa forma de ação de governo para implementar planos, projetos e obras de infra-estrutura e serviços urbanos, de equipamentos e serviços sociais, de infra-estrutura regional, de ordenamento urbano e regional e de gestão municipal.

O volume de recursos destinado aos programas representa o esforço da União, do Estado e dos Municípios para atacar as raízes dos problemas que ameaçam as cidades.

O Estado do Paraná é um dos estados brasileiros que melhor gerenciam, aplicam e executam os programas financiados tanto por agentes internacionais quanto brasileiros e locais.

Nos últimos 25 anos o Estado aplicou 2,678 bilhões de dólares em Educação, Saúde, Cultura, Recursos Hídricos, Saneamento Ambiental, Gestão Pública, Habitação, Transporte, Rodovias e Vias Urbanas.

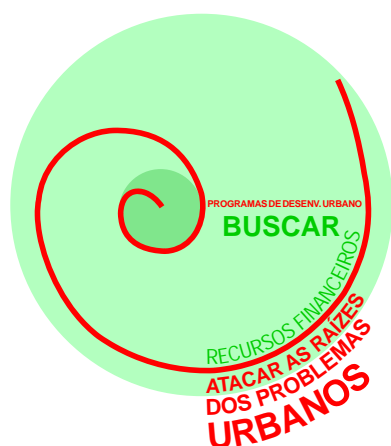
Estes recursos foram utilizados envolvendo diversas Secretarias de Estado.

Sob responsabilidade direta da SEDU foram concedidos 777 milhões de dólares provenientes de Agentes Externos e 108 milhões de dólares provenientes de Recursos Internos (FDU).

As fontes de recursos neste período foram principalmente o BIRD, BID, BNDES, CAIXA ECONÔMICA, FDU e TESOURO DO ESTADO.

Com o objetivo de facilitar a tomada de decisões na avaliação dos recursos disponíveis e na busca de novos recursos, foram identificadas as fontes utilizadas no período de 1977/2002, destacando nome do programa, data de início, conclusão, valores, o que foi utilizado e o saldo ainda disponível para investimentos, conforme apresentado no Anexo 5.

É possível concluir, a partir dos dados coletados, que o tempo entre a



formulação e a montagem de um programa, o período de análises e avais, empréstimos, assinatura de contrato e efetiva aplicação dos recursos na maioria dos casos ultrapassa o período de mandato de um governo.

Agilizar os procedimentos para obtenção de recursos é a proposta a ser implementada através de trabalho nos planos político e técnico. Para o êxito da proposta é necessário o conhecimento das fontes, dos trâmites e dos condicionantes, assim como o estabelecimento de uma rede de contatos.

Os quadros das fontes potenciais de recursos e daquelas a serem prospectadas, apresentados no Anexo 5, são referenciais iniciais para dinamizar e diversificar a busca de financiamentos.

Pelos quadros que demonstram o número de fontes e a diversidade de objetivos, percebe-se que as iniciativas do Estado do Paraná na busca de recursos financeiros podem ser reorganizadas e ampliadas.

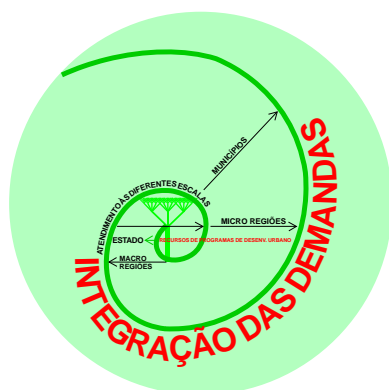
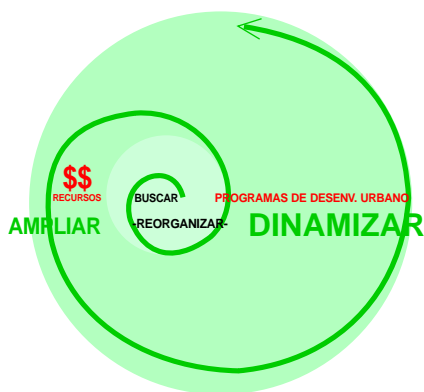
No contexto estadual do planejamento urbano e regional, sua estrutura organizacional deve contemplar com ênfase estratégica e prioritária a busca de recursos que viabilizem as ações programadas.

Desta maneira, a SEDU estaria preparada para fazer a integração entre as demandas e a oferta de recursos para atender diferentes escalas de atuação (Regiões e Municípios) exigidas para reorientar o atual modelo de desenvolvimento.

Nesta direção serão dados os passos necessários para que as diversas ações setoriais do Governo sejam integradas e se possa alcançar uma das propostas do Programa de Governo, qual seja:

"Os paranaenses devem poder viver bem e felizes onde nasceram e foram criados. Que o deslocamento da população seja por opção, e não forçado pelas condições econômicas e sociais."

Para isso as cidades devem SER ATRAENTES, TER ENERGIA E VIGOR ECONÔMICO.



Referências Bibliográficas

1. SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo : Hucitec. 1993. p11.
2. IPARDES. Redes Urbanas Regionais: Sul. Brasília : IPEA, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/ NESUR, IPARDES. 2000.
3. IPEA. Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: IPEA. 2002.
4. IPARDES. Op. cit.
5. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná. Curitiba : UFPR, 1973. (Coordenação Geral: Luiz Forte Netto e Coordenação de Urbanismo: Vicente Ferreira de Castro Neto). Convênio Governo do Estado do Paraná, SUDESUL, SERFHAU, UFPR, 1972.
6. IPEA. Op. cit.



Participantes

Governador do Estado

Roberto Requião de Mello e Silva

Secretários de Estado

Renato Guimarães Adur

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU

Eleonora Bonato Fruet

Secretária de Estado do Planejamento e
Coordenação Geral - SEPL

Luis Claudio Romanelli

Secretário Especial da Política Habitacional - SEPH

Edson Luiz Strapasson

Secretário Especial para Assuntos
da Região Metropolitana de Curitiba

Técnicos Convidados

Alcidino Bittencourt Pereira

Advogado/urbanista

Enio Luiz Perin

Arquiteto/urbanista

Francisco José Lobato da Costa

Engenheiro Civil

Luiz Forte Netto

Arquiteto/urbanista

Luis Henrique Cavalcante Fragomeni

Arquiteto/urbanista

Mirna Cortopassi Lobo

Arquiteta/urbanista

Orlando Busarello

Arquiteto/urbanista

Sigrid Andersen

Socióloga/especialista em Avaliação Impacto
Ambiental

Vicente Ferreira de Castro Neto

Arquiteto/urbanista

Governo do Estado do Paraná

SEDU

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

Participantes da Administração Estadual

Carlos Augusto Storer
SEDU/PARANACIDADE

Danielle de Mello e Silva
SEDU/PARANACIDADE

Geraldo Luiz Farias
SEDU/PARANACIDADE

Jocely Maria Thomazoni Loyola
COHAPAR

Karen Barreto Campêlo
SEDU/PARANACIDADE

Liana M. Frota Carleial
IPARDES

Luiz Eduardo Marques Halila
SEDU

Marco Rucinski
Copel

Mariano Macedo
Tecpar

Miryam Kravchychyn
SEDU/PARANACIDADE

Moisés Farah Júnior
SEPL/CIR

Patricia de Toledo Quintino
SEDU/PARANACIDADE

Reinaldo dos Santos
Sanepar

Reginaldo Cordeiro
SEDU/PARANACIDADE

Ronaldo Piazzalunga
SEDU/PARANACIDADE

Rosa Moura
IPARDES

Virginia Thereza Nalini
SEDU/PARANACIDADE

Colaboradores

Ana Lucia Marchezetti
Cartógrafa

Fábio Freire
Arquiteto/urbanista

Maurício Alexandre Maas
Elaboração de Mapa

Regina Maria Martins de Araujo
Elaboração de Mapa

Segmento Comunicação & Marketing



